

RELATÓRIO ANUAL

2023



ÍNDICE

Apresentação	5
Mensagem da Diretoria	6
Gestão Estratégica	8
> Governança	9
> Organograma da FAPERS	15
> Cenário Econômico 2023	17
> Educação financeira e previdenciária	17
> Dia das Crianças	17
> Dia Mundial da Poupança	17
> Live Pensando em Você	18
> Guia de Boas Práticas	18
> Habilitação e Certificação	19
> Planejamento Estratégico da Gestão 2020-2025.....	20
> Comunicação	22
> Recadastramento Digital	23
> Demonstrativo de pagamento.....	24
> Portal da FAPERS	24
> Redes sociais	25
> Atendimentos pela secretaria	25
> FAPERS nas Comissões da ABRAPP	26
> FAPERS na Tchê Previdência	26
> Encontro anual da ASAPAS.....	27
> Atualização do Código de Ética	27
> Ações Judiciais	28
Gestão Previdenciária	30
> Estatísticas dos planos	32
> Evolução do Passivo	38
Gestão dos Investimentos	44
> Cenário Econômico 2023	45
> Análise dos Investimentos	48
> Evolução dos Investimentos	52
> Rentabilidades	53

> Resumo da Política de Investimentos 2023	61
Gestão Contábil	68
> Balanço Patrimonial	70
> Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)	71
> Demonstrac�o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DMAL)	72
> Demonstrac�o do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DAL).....	75
> Demonstrac�o das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios (DPT)	79
> Demonstrac�o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidada.....	83
> Notas Explicativas �s Demonstrac�es Contábeis	84
Pareceres Atuariais	120
Relatório do Auditor Independente	134
Parecer do Conselho Fiscal	137
Manifestac�o do Conselho Deliberativo	138



Expediente:

Patrocinador: Associa o Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR

Elabora o: Diretoria Executiva, Gestão 2023-2026, e empregados da Funda o

Diagrama o: Mirador Comunica o

Aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 26 de março de 2024, Ata n  368.

Divulga o eletr nica no portal: www.fapers.org.br.



APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva 2023/2026 apresenta neste relatório os resultados dos planos de benefícios previdenciários, bem como as demonstrações contábeis e atuariais, Notas Explicativas acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho Deliberativo.

Ao publicar o Relatório Anual de Informações (RAI) a FAPERS reafirma seu compromisso em atender os dispositivos legais e os padrões de Governança Corporativa para que os participantes, assistidos, pensionistas e Patrocinador acompanhem o desempenho dos planos de benefícios.

A Diretoria Executiva agradece a confiança de seus participantes, assistidos e pensionistas, o apoio do Patrocinador ASCAR, a participação e o compromisso dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, o empenho e responsabilidade dos componentes da Comissão Eleitoral, Comissão Permanente, Comitê de Controles Internos, Comitê de Investimentos e Riscos, da equipe de empregados e assessorias.

Boa leitura!

MENSAGEM DA DIRETORIA

Neste Relatório Anual vamos trazer todos os destaques do ano 2023, os resultados dos planos de benefícios e outras novidades que fizeram parte de uma temporada repleta de desafios, mudanças e oportunidades para a FAPERS.

Com um cenário econômico favorável, todos os planos administrados pela FAPERS registraram retornos positivos, a maior parte acima de suas respectivas metas. Tudo isso é fruto de muito empenho do nosso time de gestores, que faz um acompanhamento ativo do mercado para garantir a segurança do patrimônio dos participantes sem abrir mão da busca por ganhos mais expressivos. Para 2024, desafios não faltarão, mas seguimos com algum grau de otimismo para 2024 e estamos preparados para os mais diversos cenários econômicos que podem impactar nossos planos de benefícios.

Como entidade responsável pela administração de planos de previdência, é crucial que estejamos atentos a esses eventos globais e nacionais (lembrando que também tivemos eleições presidenciais em 2022, que reverberaram ainda ao longo de 2023). Nosso objetivo é ajustar nossas posições para proteger o investimento feito com tanto apreço por nossos participantes ativos e aposentados.

Além dos investimentos, também estamos sempre olhando para os aspectos de

governança, estrutura corporativa e nossos canais de comunicação. Continuaremos realizando campanhas de incentivo à adesão, como fizemos em 2023 com a Campanha Sementes do Futuro, as ações presenciais junto à Emater, lives e palestras online. No final do segundo semestre, demos início internamente a um processo de reformulação da identidade visual de nossos materiais de comunicação (que já está em vigor nas redes sociais), ou seja, aqueles que chegam até os nossos participantes. Ao longo de 2024, você irá notar mudanças significativas em muitas coisas. O objetivo disso tudo é tornar a nossa comunicação cada vez mais clara, transparente e eficaz.

Mas sabemos que os desafios não param por aí. No entanto, estamos preparados e nossa expectativa para 2024 é alta. Vamos trabalhar incansavelmente para entregar os melhores resultados combinando-os a um relacionamento de excelência com nossos participantes e assistidos.

Boa leitura a todos!

Diretoria Executiva



PERFIL ORGANIZACIONAL

A Fundação FAPERS

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, foi criada em 1981, com a missão de elaborar e administrar planos de previdência complementar, com segurança, dentro da política de recursos humanos dos Patrocinadores, promovendo a qualidade de vida dos seus participantes, aposentados e pensionistas.

A FAPERS é uma entidade fechada de previdência complementar que administra quatro planos de benefícios em conformidade com a legislação em vigor.

A busca pelas melhores estratégias, antecipar-se às mudanças, assegurar índices crescentes de segurança e previsibilidade, são os pilares da gestão da FAPERS pela melhoria contínua dos seus resultados.

A Missão, Visão e os Valores que norteiam as ações e decisões do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitês, Comissões e empregados da FAPERS estão descritos no Mapa Estratégico disposto neste relatório no item Planejamento Estratégico.

PATROCINADORES

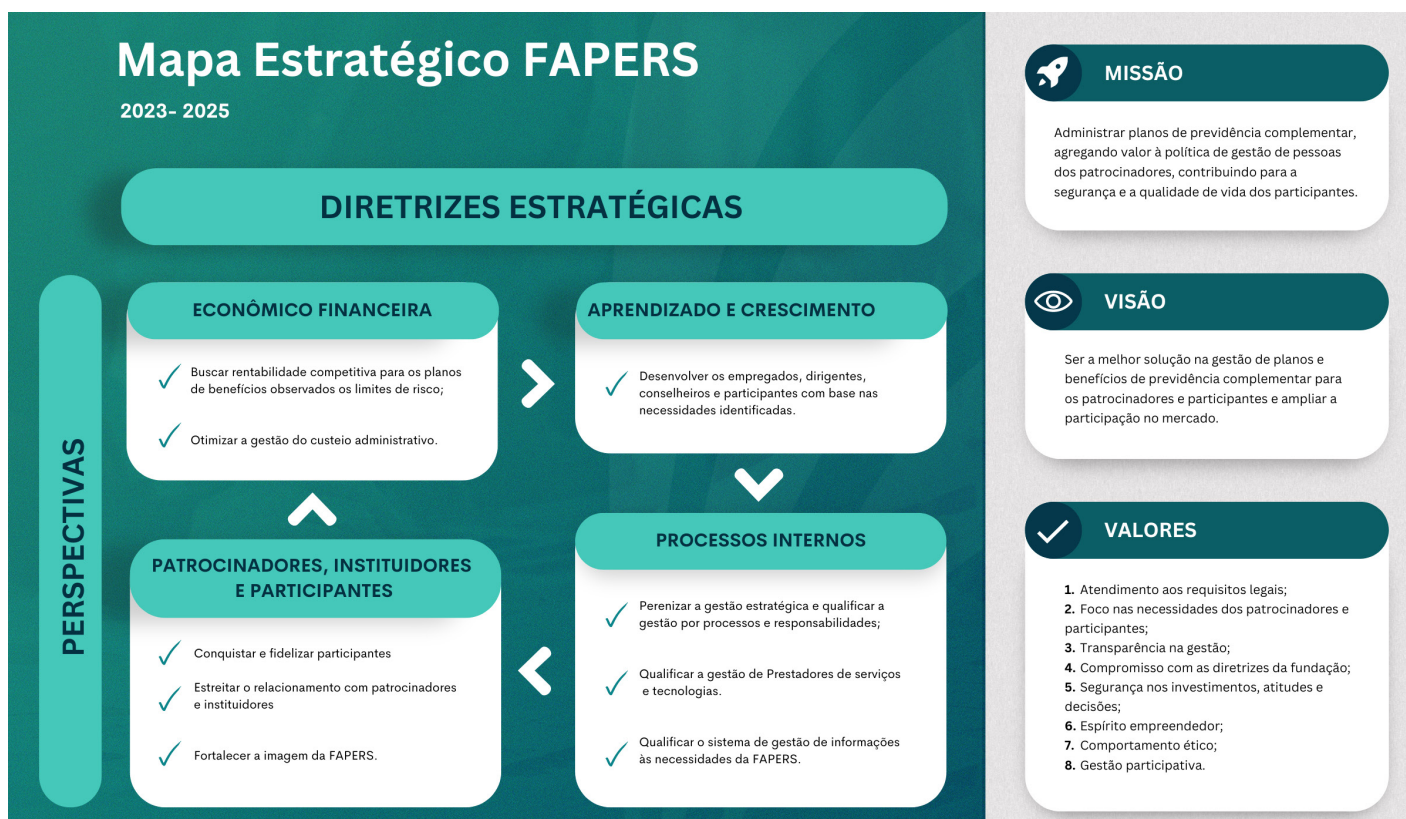


PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

As mudanças na sociedade e no regime de previdência complementar impulsionam as Entidades Fechadas de Previdência Complementar a repensarem sua competitividade e sustentabilidade.

A construção de um Planejamento Estratégico implica na formalização objetiva e criteriosa das pretensões de uma Entidade. A FAPERS em 2017 iniciou um movimento de promoção da cultura estratégica, a qual é revisada anualmente.

Em 2023, o Planejamento Estratégico seguiu pautado pela Diretoria Executiva, tendo sido revisado conforme demonstra o Mapa Estratégico abaixo, o qual também está disponível no ícone Institucional no site <http://www.fapers.org.br>:



Fonte: <https://fapers.org.br/new-portal/mapa-estrategico/>



GOVERNANÇA



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Governança Corporativa da FAPERS está pautada na legislação e em princípios essenciais como responsabilidade, confiança, ética e integridade, orientando-se pela defesa dos direitos dos participantes e assistidos dos planos de benefícios, que confiam seus recursos à entidade com propósito de obter os benefícios contratados.

Três órgãos estatutários são responsáveis pela gestão estratégica, fiscalização e administração da FAPERS: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com atribuições específicas, conforme segue:

Conselho Deliberativo

Órgão máximo de administração da Fundação, sendo responsável pela definição da política geral de administração e dos planos de benefícios da FAPERS. É composto por 16 membros, sendo 8 indicados pelo Patrocinador ASCAR e 8 eleitos pelos participantes e assistidos.

As indicações da presidência e vice-presidência do órgão são prerrogativas estatutárias exercidas pelo Patrocinador ASCAR.

Entre as suas principais atribuições estão aprovar políticas que norteiam a gestão e que devem ser seguidas pela Diretoria Executiva e fiscalizadas pelo Conselho Fiscal.

Em 2023, o Conselho Deliberativo realizou 5 reuniões ordinárias e 5 reuniões extraordinárias para tratar de temas estratégicos, e ou de sua competência, como:

- Aprovação de política de investimento e demais normativos de alçada do conselho.
- Aprovação das premissas atuarias e taxa de juros atuarial.
- Aprovação das demonstrações contábeis.
- Aprovação de Plano de custeio.
- Aprovação do Orçamento Administrativo e Previdenciário, entre outras atribuições.

Em 31 de dezembro, o Conselho Deliberativo estava constituído da seguinte forma:

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Célio Alberto Colle
Cristiano Ramos Moreira
Diego Barden dos Santos
Ricardo Machado Barbosa
Marli Theresinha Buhler
Mateus Stefanello
André Macke Franck

SUPLENTES

Roblein Cristal Coelho Filho
Eduardo Mariotti Gonçalves
Eduardo Rigon Gelain
Luana Machado
Derli Paulo Bonine
Leonir Bonavigo
Claudio Fernando Lucca da Cunha
Flávio Abreu Calcanhoto

Conselho Fiscal

Órgão de controle interno, tendo como atribuições, dentre outras, a análise da execução orçamentária e a emissão de parecer sobre as Demonstrações Contábeis.

A composição do Conselho Fiscal contempla 2 (dois) membros titulares e seus respectivos suplentes indicados pelo Patrocinador ASCAR e 1 (um) membro e o respectivo suplente eleitos pelos participantes, pensionistas e assistidos.

Em 2023, o Conselho Fiscal realizou 3 reuniões ordinárias e 4 extraordinárias. Entre suas obrigações destaca-se a emissão do parecer sobre as Demonstrações Contábeis para envio ao Conselho Deliberativo para aprovação, em cumprimento à forma e prazos estabelecidos pelos órgãos competentes. Também emite relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

- as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;
- as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
- análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Em 31 de dezembro, o Conselho Fiscal estava assim constituído:

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Clairto Dal Forno
Gladimir Ramos de Souza
Guilherme Cezere Celi

SUPLENTES

Maria Luiza Brezinski
Elias Davi Kuck

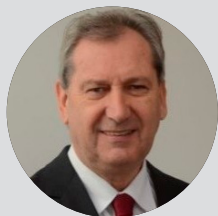
Diretoria Executiva

Órgão de administração geral responsável pela execução das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo e das boas práticas de governança. É composta por três membros, sendo dois indicados pelo Patrocinador ASCAR (Diretor-Superintendente e Diretor Financeiro) e um eleito pelos participantes e assistidos (Diretor de Seguridade).

Cada membro da diretoria executiva é responsável por fazer cumprir a legislação, o Estatuto, o Regimento Interno da Diretoria, os Regulamentos dos planos de benefícios, as políticas, diretrizes e normas. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é por três anos, sendo permitida uma recondução pelo igual período.

Em 31 de dezembro sua formação era a seguinte:

DIRETORIA EXECUTIVA



Ricardo Altair Schwarz

Diretor-Superintendente

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1975 e com Mestrado em Ciência do Solo (UFRGS, 1996), possui certificação CPA-20 pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Na FAPERS, foi Vice-Presidente do Conselho de Curadores (2001/04); membro titular eleito do Conselho Deliberativo e membro do Comitê de Investimentos da FAPERS (2019/2020); Diretor Superintendente no período de 2021/2023.



José Cláudio Sechi Motta

Diretor de Seguridade

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1986 e com Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia (UFRGS, 2001), possui certificação CPA-20 pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Na FAPERS, foi membro do Conselho Fiscal indicado pelo Patrocinador e, por duas gestões, eleito membro titular do Conselho Deliberativo.



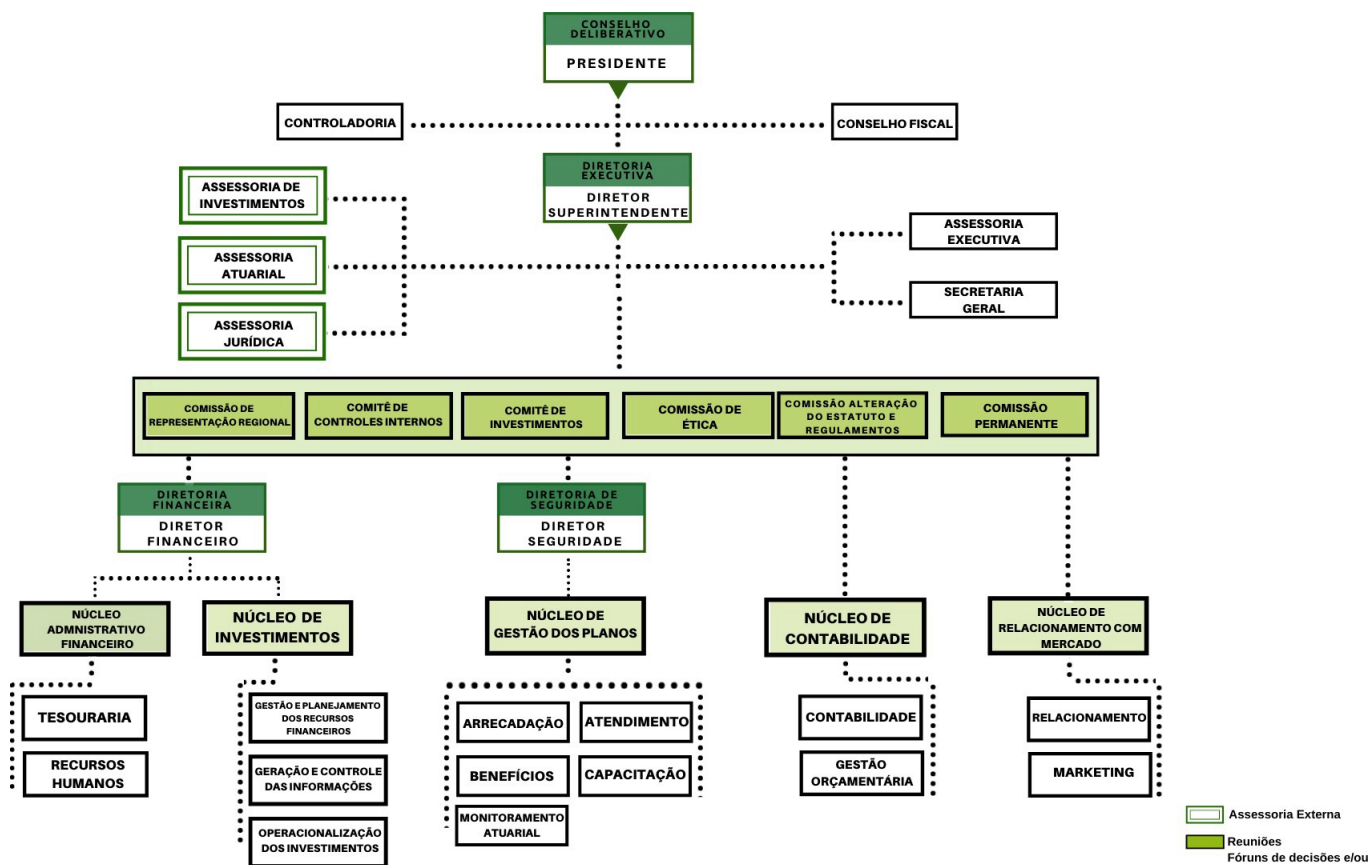
Michel Bueno Giacobbo

Diretor Financeiro

Formando em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, possui formação em Tecnologia da Informação, MBA em Gestão de Projetos e pós-graduação em Contabilidade e Gestão de Pessoas. Possui Certificação CPA-20 pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Na FAPERS, foi membro do Comitê de Investimentos de março/2020 a março/2021. Também atuou como conselheiro suplente eleito de junho/2018 a maio/2021 e como membro titular indicado de junho/2021 a junho/2023 junto ao Conselho Deliberativo, onde foi indicado como presidente no período junho/2022 a junho/2023.

ORGANOGRAMA

A FAPERS está estruturada internamente conforme demonstrado no organograma que segue:



Comitês e Comissões

Em caráter consultivo, a Fundação também dispõe do Comitê de Investimentos e Riscos, Comitê de Controles Internos, Comissão Permanente, Comissão de Ética, podendo contar também com outras comissões especiais designadas pelo Conselho Deliberativo.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS E RISCOS

O Comitê de Investimentos e Riscos-CIR tem como finalidade assessorar, em caráter consultivo, a Diretoria Executiva nas deliberações acerca da aplicação dos recursos correspondentes às reservas técnicas, provisões e fundos dos planos administrados pela entidade, observados os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos.

Em 2023, o CIR realizou cinco reuniões, nas quais foram pautados os seguintes temas:

- I. Conjuntura econômica;
- II. Monitoramento da implementação da Política de Investimentos;
- III. Monitoramento do desempenho da carteira de investimentos;
- IV. Monitoramento de risco da carteira de investimentos;
- V. Demonstrativo de entradas e saídas dos investimentos;
- VI. Apreciação de propostas de novos investimentos e
- VII. Seleção, monitoramento e avaliação dos prestadores de serviços relacionados à gestão de investimentos da Fundação.

Em dezembro/2023 o Comitê de Investimentos e Riscos estava com a seguinte composição:

Membros do Comitê de Investimentos e Riscos	
Diretoria Executiva	Diretor Financeiro e AETQ – Michel Bueno Giacobbo* Diretor de Seguridade e ARPB – José Cláudio Secchi Motta*
Empregados da FAPERS	Cássio Zarpelon* e Sabrina Giacomoni Comelli*
Consultores de Investimentos	Marco Antônio S. Martins** e Clever Renato Neuenfeldt*

*CPA 20 Certificação Profissional ANBIMA

** CPNI ApimecSul-279

AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

ARPB – Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios

Fonte: Comitê de Investimentos e Riscos

Comitê de Controles Internos

O Comitê de Controles Internos assessorar a Diretoria Executiva na tomada de decisões referentes aos riscos e aos controles internos da Entidade.

O referido Comitê tem como objetivo avaliar se os princípios, regras, práticas de governança e controles internos estão adequados aos riscos inerentes ao segmento de Previdência Privada e se os riscos dos Planos de Benefícios geridos pela Fundação estão aderentes às políticas internas da Entidade, à legislação em vigor e dimensionados na Matriz de Risco aprovada pelos Órgãos Estatutários.

Em 2023, foram realizadas três reuniões com foco nos temas que seguem:

- I – Avaliação dos Registros de Ocorrências;
- II – Alteração de Legislação;
- III – Análise dos Pareceres dos Auditores Independentes;
- IV – Solicitações dos Conselhos da Fundação e
- V – Monitoramento da Matriz de Risco.

Em dezembro/2023 o Comitê de Controles Internos estava composto conforme segue:

Membros do Comitê	
01 membro da Diretoria Executiva	José Cláudio Secchi Motta - Diretor de Seguridade
Controller / Coordenadora	Neiva Minussi Bidinotto
01 empregado do Núcleo de Gestão dos Planos	Flavio Rocha
01 empregado do Núcleo de Investimentos	Cássio Zarpelon
01 empregado do Núcleo de Contabilidade	Sabrina Giacomoni Comelli

Fonte: Comitê de Controles Internos

COMISSÃO PERMANENTE

Criada em 2012, a Comissão Permanente tem como objetivo estimular a ampliação do diálogo interinstitucional, bem como fortalecer a transparência e o monitoramento da gestão corporativa.

Em 2023 foram realizadas duas reuniões (junho e novembro), nas quais foram apresentados temas sobre a gestão dos Planos Benefícios, entre outros assuntos pertinentes à governança da FAPERS. A Comissão Permanente conta a seguinte composição:

Membros da Comissão Permanente	
Coordenador	José Cláudio Secchi Motta Diretor de Seguridade
Representantes das entidades	AGC – Associação Gaúcha dos Classificadores AESR– Associação das Extensionistas Sociais Rurais do RS ASAE–Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/ RS ASAPAS – Associação dos Aposentados da Ascar SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS SENGE/RS – Sindicato dos Engenheiros do RS SIMVET/ RS – Sindicato dos Médicos Veterinários no RS SINTARGS – Sindicato dos Técnicos Agrícolas do RS

Fonte: Comissão Permanente

COMISSÃO ELEITORAL

A organização e operacionalização do processo eleitoral dos órgãos de administração e fiscalização é realizado pela Comissão Eleitoral designada anualmente pelo Conselho Deliberativo.

A Diretoria Executiva agradece a todos o empenho e a dedicação dos envolvidos no processo eleitoral e, em especial, aos membros da Comissão Eleitoral: Ari Henrique Uriartt, Eunice Teresinha da Rocha de Oliveira, Cátia Berger Rolim, Ricardo Gutierrez Oliveira e das Assistidas Ana Maria Anonni e Nélcia Maria Machado Pinto.





DESTAQUES 2023



POSTERGAÇÃO EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

A ocorrência de déficits atuariais em planos de benefício do tipo BD (Benefício Definido) não é fato anormal no segmento da previdência complementar do país. As provisões matemáticas aumentam em função de premissas atuariais (tábua de mortalidade, inflação, longevidade, idade e sexo dos beneficiários dos assistidos, etc.), enquanto a rentabilidade dos ativos pode não alcançar a meta atuarial. Quando o déficit ultrapassa determinado limite estabelecido pela legislação, a entidade é obrigada a fazer o equacionamento, como uma medida necessária e preventiva para atender a todos assistidos e pensionistas no futuro.

O balanço contábil de 2022 da Fundação, ainda como reflexo da pandemia nos mercados financeiros do Brasil e mundiais, apontou a necessidade de equacionar déficit no Plano Geral Saldado (R\$ 11.925.317,82) e no Plano Misto (R\$ 5.153.184,06), a partir de 2024.

No entanto, tendo em vista a Resolução nº 58 do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC/2023, esse equacionamento pode ser postergado para 2025 justamente devido à crise da economia, alta volatilidade e baixa rentabilidade das diferentes classes de ativos em 2022.

A faculdade dessa prorrogação exigiu a realização de estudos técnicos por consultoria atuarial independente, que demonstrasse os efeitos da medida nos resultados dos planos de benefícios, bem como na sua solvência e liquidez. Posteriormente o tema foi apreciado pelo Conselho Deliberativo da FAPERS em reunião extraordinária no dia 1º/12/2023, que deliberou por unanimidade pela postergação do equacionamento de déficit relativo ao exercício de 2022.

Essa medida busca beneficiar os assistidos e pensionistas do PGS e aqueles com benefícios vitalícios do Plano Misto, bem como à Patrocinadora ASCAR, enquanto aguardemos que os cenários econômicos proporcionem melhores expectativas de rentabilidade para os próximos períodos.

CNPJ POR PLANO DE BENEFÍCIOS

As Entidades fechadas de previdência complementar tiveram até 31 de dezembro de 2023 para cumprirem as disposições normativas complementares editadas pela PREVIC, quanto a implementação do CNPJ por plano de benefícios. Na FAPERS, em decorrência da união de esforços da diretoria e equipe, foi possível efetivar a implantação do CNPJ por plano no mês de outubro de 2023.

A determinação de CNPJ próprio visou a modernização normativa do setor de previdência complementar fechado, garantindo a independência patrimonial dos planos.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

A educação financeira e previdenciária é um dos desafios do sistema de previdência privada, pois é necessário prover aos participantes, cada vez mais, a capacidade de tomada de decisões, o cuidado com a gestão do seu patrimônio e a percepção de que o sonho da aposentadoria depende de planejamento e disciplina.

Frente ao compromisso de estimular a educação financeira e previdenciária, estrutura enxuta e foco nas despesas administrativas, a FAPERS realizou em 2023 as seguintes ações:

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DO PATROCINADOR ASCAR

No período de junho a outubro/2023 a Gerência de Recursos Humanos da EMATER/RS-ASCAR realizou os eventos Dia de Campo da Saúde e Segurança do Trabalhador.

Os eventos foram realizados nas 12 regiões administrativas da EMATER/RS-ASCAR contemplando exames médicos e palestras sobre saúde e segurança no trabalho, além de possibilitar a interação com a FAPERS.

A FAPERS foi representada pelo Diretor-Superintendente, Ricardo Altair Schwarz, e pelo Diretor de Seguridade, José Cláudio Secchi Motta, os quais apresentaram a importância da previdência complementar, a síntese dos principais acontecimentos ao longo dos seus 42 anos, vantagens de aderir ao Plano Prever, além de esclarecer as dúvidas dos participantes e incentivo a novas adesões.

Convém destacar que a Diretoria entende que a participação da Fundação possibilita a aproximação com os participantes e potenciais novos participantes, a disseminação de uma consciência financeira e previdenciária, além de agregar valor à política de gestão de pessoas do Patrocinador ASCAR-EMATER/RS.



**CAMPANHAS
DE INCENTIVO
A NOVAS
ADESÕES**

Em 2023 foi realizada campanha de incentivo a novas adesões intitulada com o slogan “Sementes do Futuro”, com a entrega de brinde personalizado (bomba de chimarão) para o novo participante que aderisse ao Plano Prever e ao participante ou assistido que estimulou a referida adesão. Como resultado da campanha e de ações citadas anteriormente houve o ingresso de 29 novos participantes no Plano Prever no ano de 2023.

COMUNICAÇÃO

A FAPERS tem se esforçado, ao longo dos últimos anos, para melhorar a sua comunicação, sobretudo com seus participantes e assistidos. Isso tem sido feito com a inserção de novos canais de comunicação e a valorização daqueles já existentes, com destaque para as seguintes ações:

- Publicação de 128 matérias sobre finanças, gestão e educação financeira e previdenciária;
- Realização de live sobre o desempenho dos planos de benefícios, e na oportunidade o time de gestores da FAPERS compartilhou com os participantes e assistidos uma análise completa sobre o desempenho dos planos de benefícios administrados pela entidade. Prezando pela transparência e clareza nas informações, pilares da gestão 2023/2026, a palestra teve como objetivo contextualizar os resultados dos planos e proporcionar aos participantes um melhor entendimento de como funcionam os investimentos.

Além de informações quanto aos resultados recentes dos investimentos, foram respondidos questionamentos dos participantes, bem como reforçadas as duas campanhas em andamento na ocasião: Recadastramento dos Assistidos e Pensionistas e a campanha Sementes do Futuro.

Perdeu a transmissão ao vivo? Acesse na íntegra a gravação da live sobre o desempenho dos planos no Acesso Restrito do site da FAPERS!

[Clique aqui para acessar o vídeo na Área Restrita!](#)

COMUNICAÇÃO

- A convite da ASAPAS, a FAPERS foi representada pelo Diretor-Superintendente, Ricardo Altair Schwarz, e pelo Diretor de Seguridade, José Cláudio Secchi Motta, que na oportunidade apresentaram dados pertinentes aos resultados de rentabilidades nos planos de benefícios em 2023 e perspectivas para 2024.



ACESSOS ÀS MÍDIAS SOCIAIS

 **522 SEGUIDORES**
48 POSTAGENS

 **974 SEGUIDORES**
47 POSTAGENS





 **85 SEGUIDORES**
47 POSTAGENS

SITE INSTITUCIONAL:
88.417 ACESSOS

DADOS COLETADOS EM 31/12/2023

ATENDIMENTOS

Os números de atendimentos realizados em 2023 pela Secretaria Geral da Fundação, através dos canais de comunicação WhatsApp, e-mail, telefone e também de modo presencial são os seguintes:

	2023
 E-MAIL	1351
 TELEFONE	659
 PRESENCIAL	261
 WhatsApp	414
TOTAL	2685

HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

A exigência para a certificação de dirigentes (diretores, conselheiros, membros de Comitê de Investimentos e Riscos) e profissionais de fundos de pensão é importante para atender a legislação vigente, mas, fundamentalmente, amplia a qualificação do processo decisório nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Entre os membros dos órgãos de gestão e fiscalização da FAPERS, há certificados na modalidade Certificação por Experiência Profissional com ênfase em Administração, junto ao ICSS e outros que se certificam junto à ANBIMA mediante aprovação em exame para o CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20). As duas modalidades de certificação têm o prazo de validade de três anos, sendo necessária a renovação delas de acordo com as regras de cada certificadora.

Em 2023, na modalidade de certificação junto à ANBIMA, o Conselheiro Titular do Conselho Deliberativo, Mateus Stefanello foi aprovado na prova de certificação CPA 20 junto à ANBIMA. Também junto a Anbima, o Diretor de Segurança, José Cláudio Secchi Motta foi recertificado na modalidade CPA 20.

FAPERS NAS COMISSÕES DA ABRAPP

As Comissões Técnicas Regionais da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP atuam como instância consultiva, dando apoio técnico às ações da Diretoria Integrada do Sistema, sob a forma de projetos, estudos e pareceres, mantendo relação e sintonia com o Planejamento Estratégico e o Programa Anual de Trabalho da referida Associação.

A FAPERS participa das Comissões Técnicas Sul de Contabilidade, Investimentos, Planos Previdenciários, e de Estratégias e Criação de Valor. Também participa do Colégio de Coordenadores das Comissões Técnicas de Estratégias e Criação de Valor. A Diretoria apoia a participação da equipe nas referidas Comissões por entender que além de uma contribuição para o sistema de previdência complementar, a troca de experiências contribui para a melhoria dos processos da Fundação.

AÇÕES JUDICIAIS

A diminuição gradativa das ações judiciais é resultado da atuação ativa da diretoria e assessoria jurídica, com foco na solução dos contenciosos e recuperação de valores já provisionados. No quadro abaixo é demonstrada a evolução dos processos judiciais desde 2017:

EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS							
ANOS	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GRAU DE RISCO							
REMOTA	60	52	41	41	33	30	26
POSSÍVEL	3	3	8	7	9	7	5
PROVÁVEL	1	2	2	5	2	2	2
TOTAL	64	57	51	53	44	39	33

Do total de processos vigentes em 31/12/2023, 70% representam empréstimos, 18% previdencial e 12% administrativo

De acordo com a legislação vigente, as contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

O pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC nº 25, de 26 de setembro de 2009, define três tipos de graus de risco, de acordo com a probabilidade de perda dos processos, como segue:

- Remota: eventos julgados pela assessoria jurídica como decisão favorável, não havendo obrigatoriedade de reconhecimento contábil e de registro em notas explicativas;
- Possível: eventos julgados pela assessoria jurídica como perda possível, não havendo obrigatoriedade de registro contábil, mas deverão ser citados em Notas Explicativas;
- Provável: eventos julgados pela assessoria jurídica como perda provável, sendo obrigatório o registro de provisão contábil e a menção em Notas Explicativas.

Apresentamos o quadro consolidado da quantidade de processos em relação à exposição ao grau de risco. Cabe destacar que, do total de processos, a maioria encontra-se com probabilidade de risco “remota” conforme a situação das ações em andamento em 2023.

PROCESSOS CONSOLIDADOS FAPERS			
DESCRIÇÃO	AUTORA	RÉ	TOTAL
GRAU DE RISCO			
REMOTA	25	1	26
POSSÍVEL	1	4	5
PROVÁVEL	0	2	2
TOTAL	26	7	33

Fonte: Controladoria

O monitoramento das ações judiciais é pauta permanente da diretoria executiva, tendo em vista os possíveis impactos no patrimônio e no resultado dos planos previdenciários.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

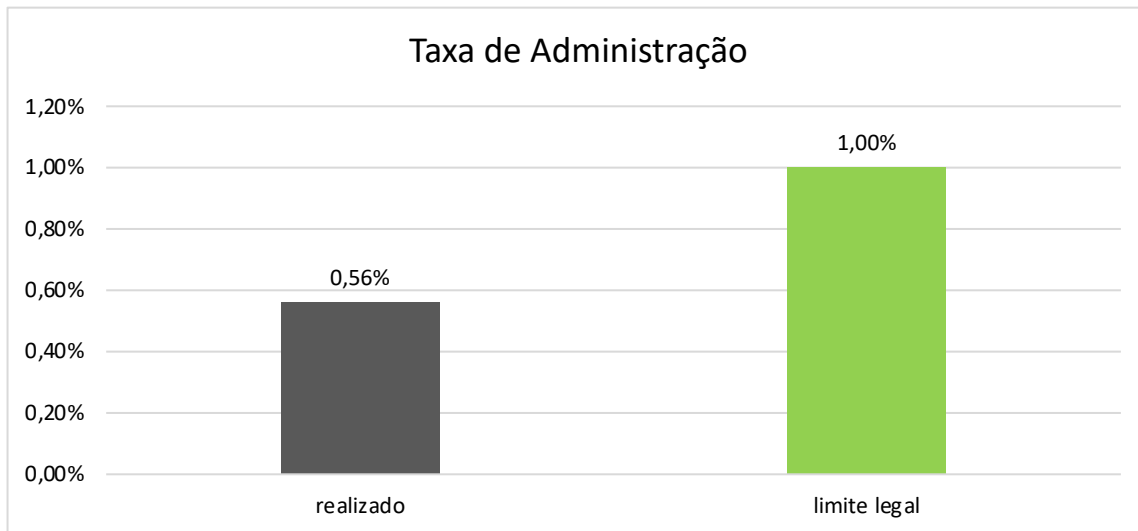
Em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução CNPC nº 48/2021, que dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo além dos critérios e controles relativos às despesas administrativas no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, revogando a Resolução CGPC nº 29/2009.

Destaca-se que sobre o controle e a transparência em relação às despesas administrativas, a Resolução 48 determina que tanto as fontes de custeio administrativo passíveis de inclusão no orçamento anual, como os critérios quantitativos e qualitativos para a realização das despesas administrativas e também os indicadores de gestão devem estar expressamente previstos no regulamento do plano de gestão administrativa. Além disso, as EFPC devem publicar no Relatório Anual de Informações (RAI) item específico sobre as despesas administrativas, indicando as fontes de custeio administrativo utilizadas, as despesas administrativas incorridas e os indicadores previstos.

Em consonância com a legislação vigente, apresentamos a seguir os indicadores de gestão para acompanhamento e controle da FAPERS:

- **Taxa de Administração:** é calculada tendo como base o total das Fontes de Custeio em relação ao total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRT) dos Planos de Benefícios.

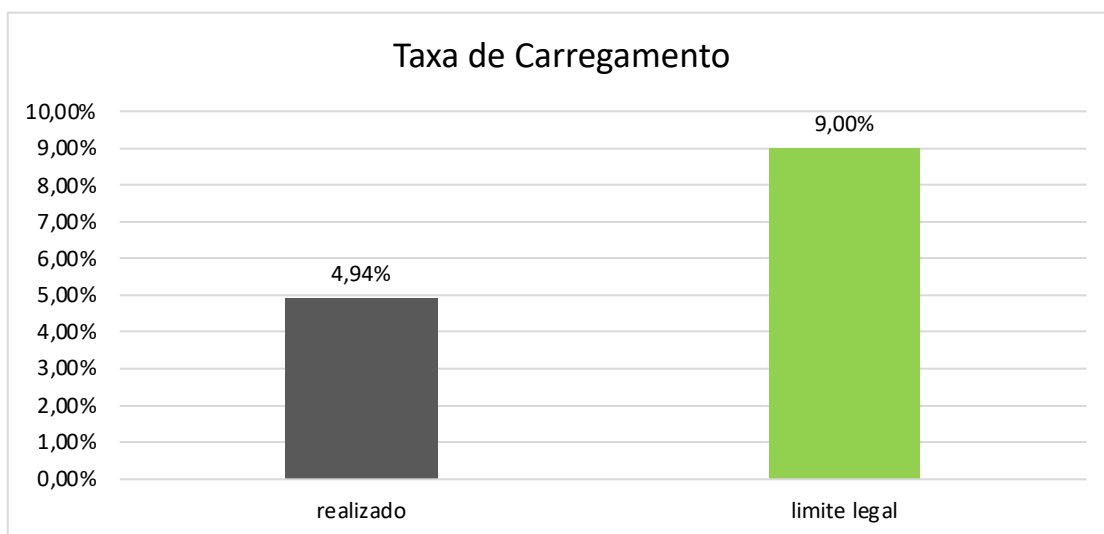
Em 2023 a Taxa de Administração realizada foi de 0,56%, sendo inferior ao limite legal de 1% ao ano, conforme legislação vigente.



Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Taxa de Carregamento:** é calculada tendo como base o total das Fontes de Custeio em relação ao somatório das Contribuições e Benefícios realizados no período.

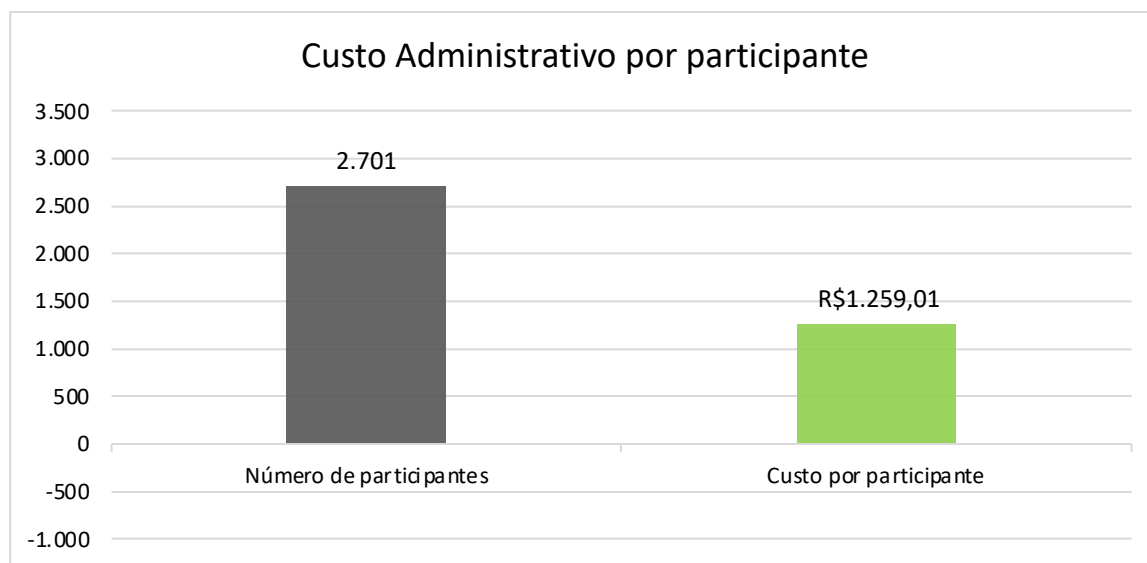
Em 2023 a Taxa de Carregamento efetuada foi de 4,94%, sendo inferior ao limite legal de 9% ao ano, em atendimento à legislação vigente.



Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Custo Administrativo por participante:** é calculado tendo como base o total das Despesas Administrativas realizadas no período em análise em relação ao número total de participantes existentes na Entidade.

Em 2023 o Custo Administrativo por participante da FAPERS foi de R\$ 1.259,01, conforme demonstrado no quadro abaixo:

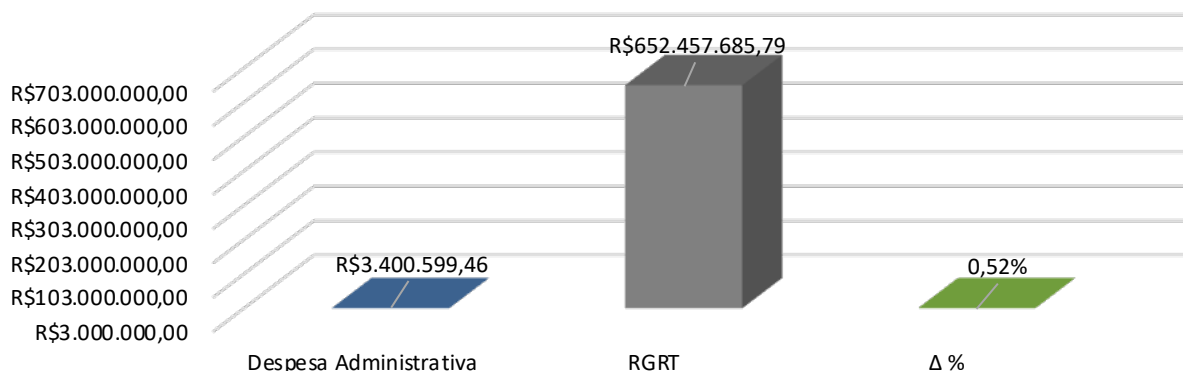


Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Custo Administrativo em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas -RGRT:** considera o total das Despesas Administrativas em relação ao Patrimônio Acumulado dos RGRT da Entidade.

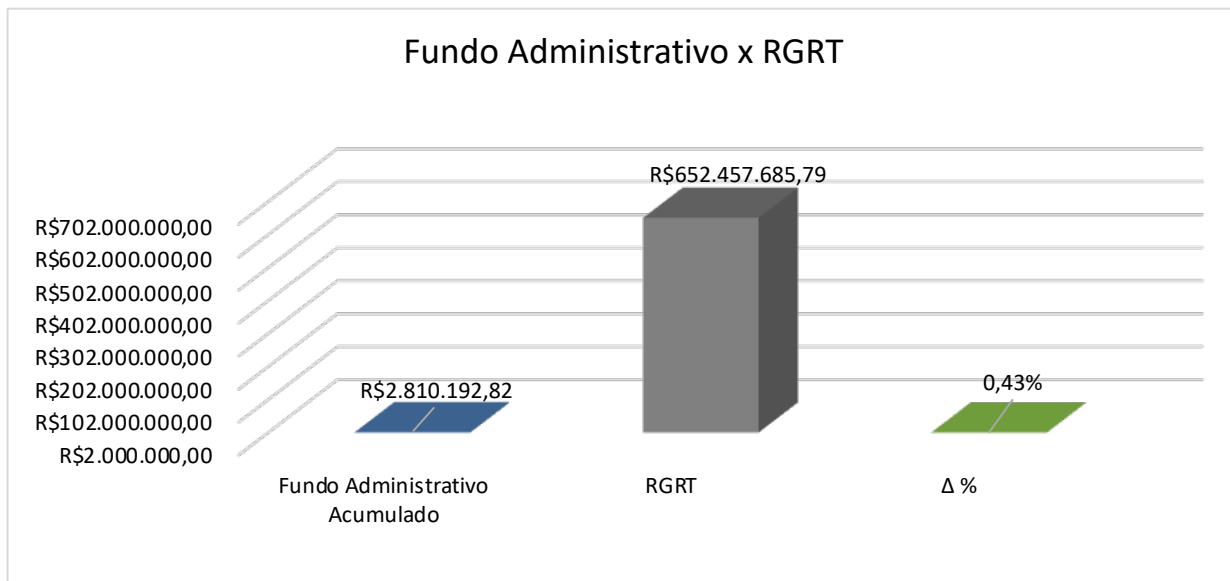
Em 2023, o referido indicador foi de 0,52%, ou seja, o total das Despesas Administrativas da FAPERS de R\$ 3.400.599,46 representa 0,52% do total dos RGRT dos planos de benefícios de R\$ 652.457.685,79.

Custo Administrativo x RGRT



Fonte: Núcleo de Contabilidade

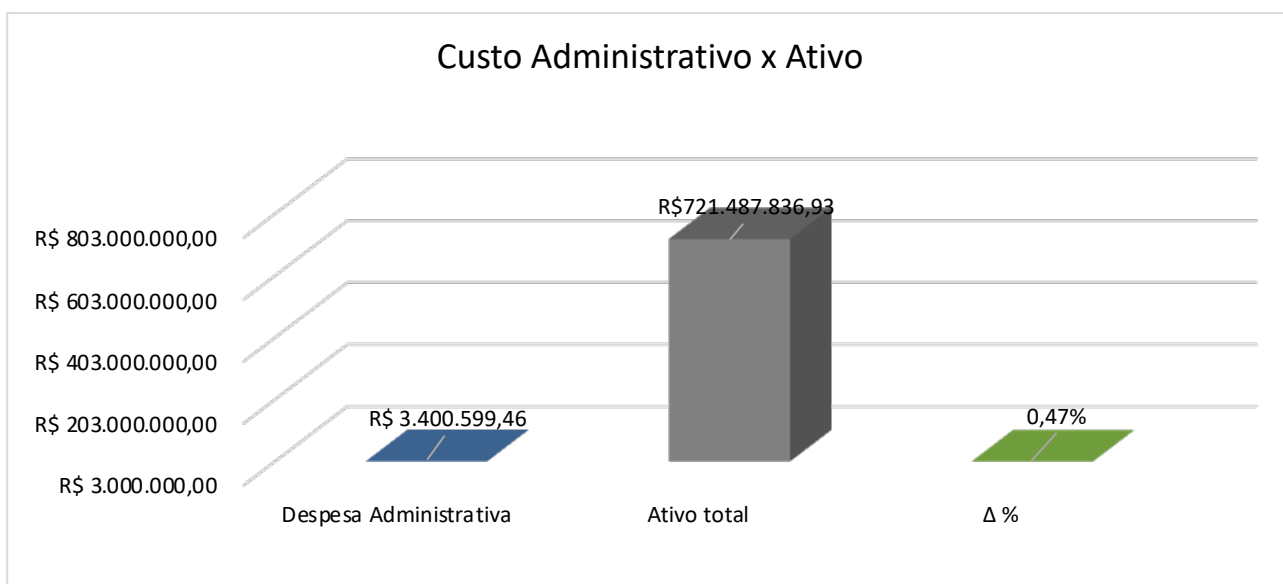
- **Fundo Administrativo Acumulado em relação aos RGRT:** em 2023 foi de 0,43%, ou seja, o total do Fundo Administrativo da FAPERS, de R\$ 2.810.192,82, representa 0,43% do total dos RGRT dos planos de benefícios, de R\$ 652.457.685,79.



Fonte: Núcleo de Contabilidade

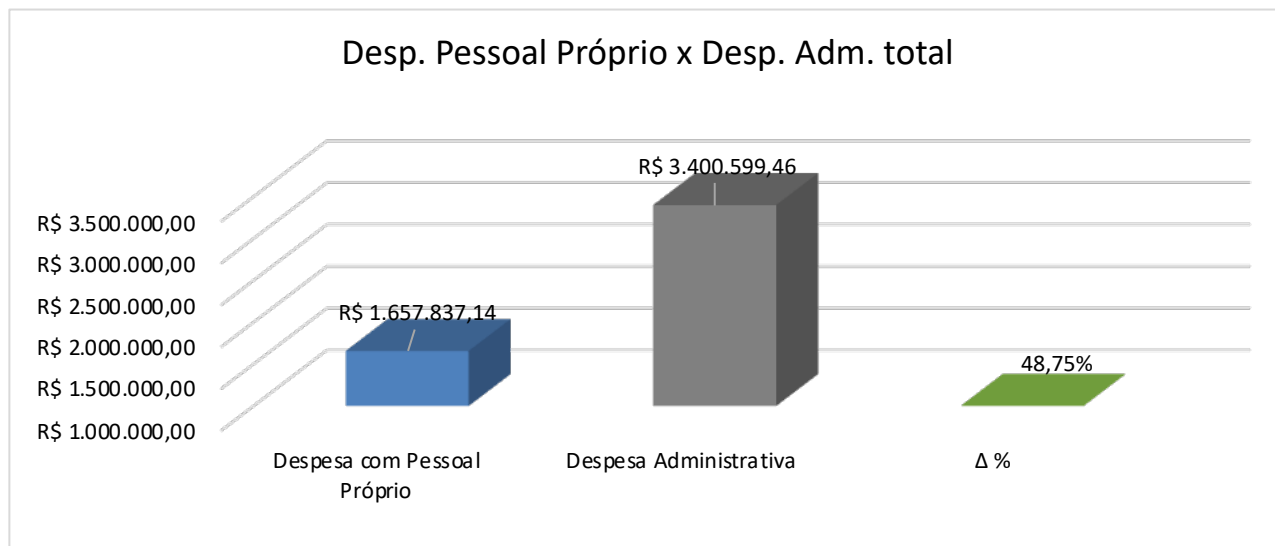
- **Custo Administrativo em relação ao Ativo:** considera o total das Despesas Administrativas em relação ao Ativo total da Entidade.

Em 2023, o referido indicador foi de 0,47%, ou seja, o total das Despesas Administrativas da FAPERS, de R\$ R\$ 3.400.599,46, representa 0,47% do Ativo total de R\$ 721.487.836,93.



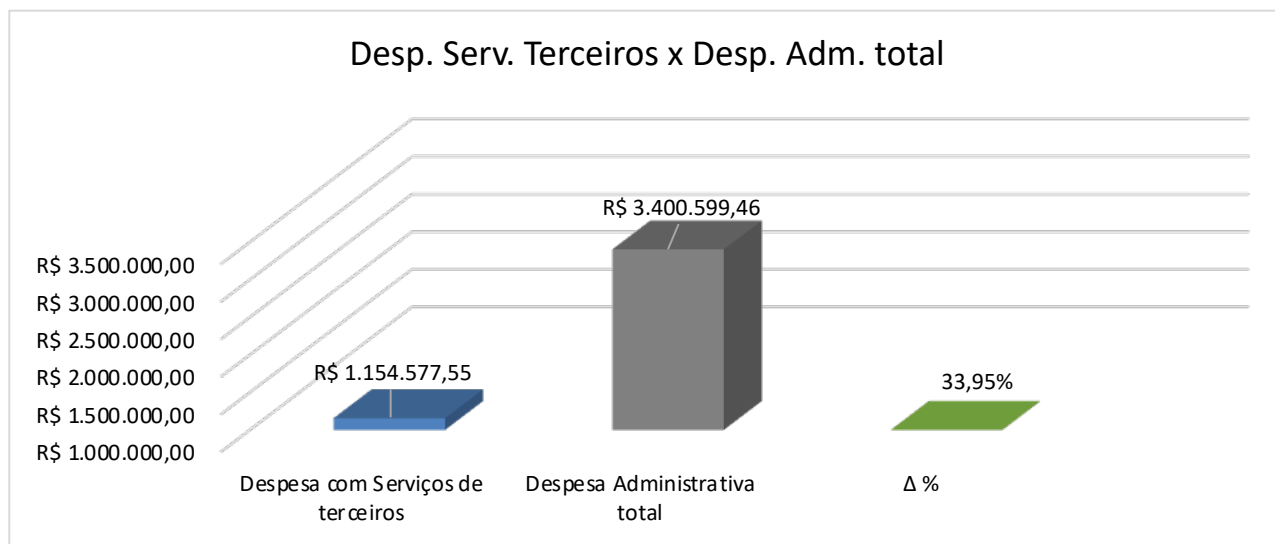
Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Despesa com Pessoal Próprio em relação ao total de Despesas Administrativas:** neste ano o indicador Despesa com Pessoal Próprio em relação ao total de Despesas Administrativas foi de 48,75%, ou seja, o total das despesas realizadas com Pessoal Próprio, de R\$ R\$ 1.657.837,14, representa 48,75% do total das despesas administrativas de R\$ R\$ 3.400.599,46.



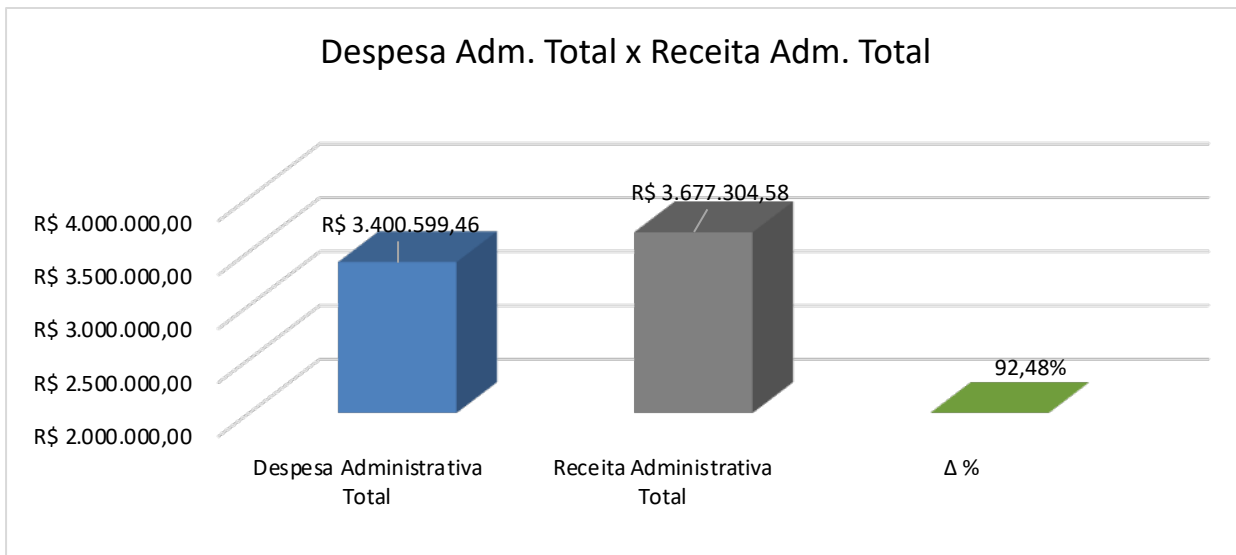
Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Despesa com Serviços de Terceiros em relação ao total de Despesas Administrativas:** em 2023 foi de 33,95%, ou seja, o total das despesas realizadas com Serviços de Terceiros, de R\$ R\$ 1.154.577,55, representa 33,95% do total das despesas administrativas de R\$ R\$ 3.400.599,46.



Fonte: Núcleo de Contabilidade

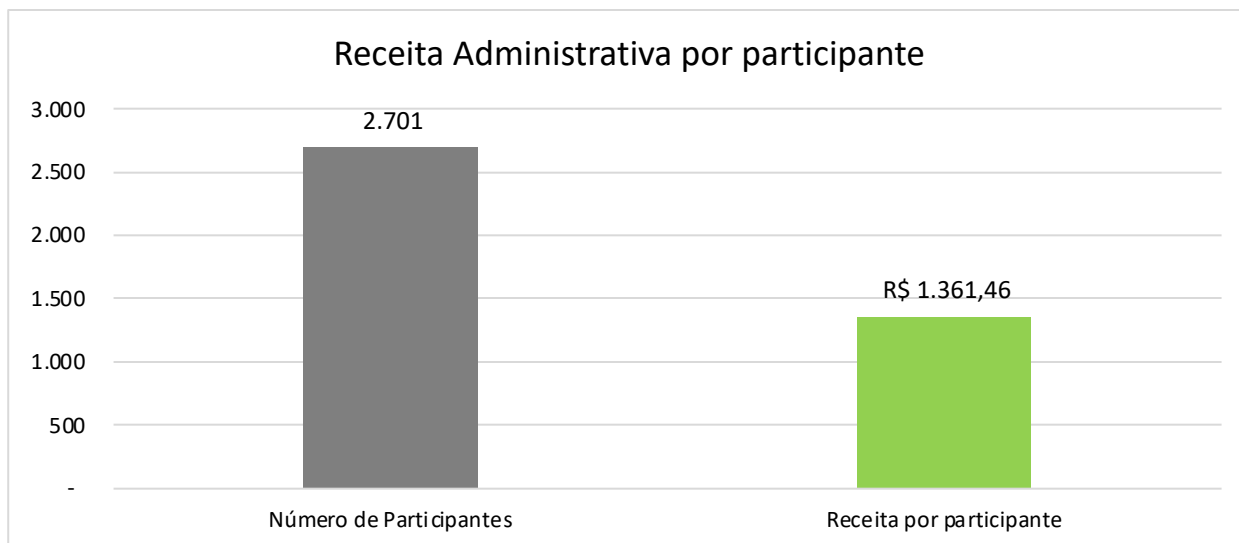
- **Total das Despesas Administrativas:** é a despesa administrativa total em relação à receita administrativa, foi realizado, em 2023, representou 92,48% do total das Despesas Administrativas.



Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Receita Administrativa por participante:** é calculado tendo como base o total das Receitas Administrativas realizadas no período em análise em relação ao número total de participantes existentes na Entidade.

Em 2023 a Receita Administrativa por participante da FAPERS foi de R\$ 1.361,46.



Fonte: Núcleo de Contabilidade



GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Fonte de dados:
Núcleo de Gestão dos Planos



GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Os Fundos de Previdência Complementar Fechados, no qual a FAPERS se enquadra, não fogem à regra quanto ao impacto da longevidade na administração de seus planos de benefícios. Quando o sistema foi concebido na década de 70 a expectativa de vida era de 56 anos. Decorridos quase meio século do início das atividades das primeiras Entidades, muitas das quais hoje pagando benefícios vitalícios, a expectativa de vida aproxima-se dos 80 anos. Isto coloca todos, previdência oficial e previdência privada na mesma discussão. Consolidar esses avanços e aperfeiçoar o trabalho de educação previdenciária e financeira em parceria com a Gerência de Recursos Humanos da ASCAR com vistas à adesão de novos participantes é uma das pautas permanentes desta diretoria e conselheiros da FAPERS.

Em 2023 novos ingressos, concessões de aposentadorias, resgates e pagamentos de pecúlio, mudaram o perfil da massa de Participantes. Estes dados se verificam nos quadros e gráficos abaixo:

NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS ÚLTIMOS ANOS

EVOLUÇÃO DOS PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS

Ano	Participantes	Assistidos	Total
2017	1.619	822	2.441
2018	1.635	821	2.456
2019	1.628	838	2.466
2020	1.529	906	2.435
2021	1.449	907	2.356
2022	1.430	916	2.346
2023	1.398	921	2.319



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante observar que uma leitura aritmética dos números pode levar a conclusões equivocadas. O número real de ingresso de novos participantes está descrito no item Ingresso de Novos Participantes.

SIMULADOR DE BENEFÍCIOS - METODOLOGIA DE PROJEÇÃO

A FUNDAÇÃO disponibiliza aos seus Participantes o Simulador de Benefícios. Nele constam as informações cadastrais do Participante, saldo acumulado de reserva de contribuições do Participante e do Patrocinador acrescidos dos rendimentos financeiros.

O resultado do Simulador apresentará o valor do Benefício de acordo com os critérios estabelecidos no preenchimento dos dados. Importante destacar que o resultado obtido não assegura a futura percepção do valor pois os critérios utilizados podem variar pois levam em conta a rentabilidade fixada em taxa percentual ao ano, a projeção de idade do participante até a data da aposentadoria e ainda não é considerado o crescimento salarial do Participante ao longo do tempo. A projeção do Simulador para o Plano Misto é de 4,95% a.a. e para o Plano Prever é de 4,46% a.a.

SER PARTICIPANTE DE UM FUNDO DE PENSÃO PATROCINADO É UM PRIVILÉGIO PARA POUCOS.

O Patrocinador ASCAR oferece através da FAPERS uma oportunidade que, se entendida pelo novo empregado no momento do seu ingresso, garante a tranquilidade de uma aposentadoria segura à sua família. A FUNDAÇÃO proporciona assistência e paga benefícios desde 1986 a todos que completaram suas carências para usufruir os benefícios a que tinham direito. Ao encerrar o ano de 2023 os Planos administrados pela FAPERS apresentaram o seguinte desempenho:



**PLANO DE
BENEFÍCIO I - PBD-I
CNPB: 1981.000747**

O Plano de Benefício I – PBD-I criado em 1981 se mantém equilibrado com 13 assistidos e 1 pensionista.



**PLANO DE
BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO
CNPB: 2000.008038**

O Plano de Benefícios II - Plano Misto encerrou o ano de 2023 com 514 assistidos/pensionistas em gozo de benefício continuado ou pensão e 541 participantes.



**PLANO
GERAL SALDADO - PGS
CNPB: 2008.004783**

O Plano Geral Saldado - PGS, fechado desde 2009, apresenta anualmente movimentação devido às aposentadorias. Encerra o ano de 2023 tendo como números finais 603 assistidos/pensionistas em gozo de benefício continuado ou pensão e 62 participantes aguardando benefício.



**Plano DE BENEFÍCIOS
Prever
CNPB: 2016.000619**

O Plano de Benefícios PREVER conta atualmente com 87 assistidos/pensionistas em gozo de benefício continuado ou pensão e 880 participantes.

Em atendimento a Resolução CNPC nº 32, de 04/12/2019, art. 3º, inciso XIV e Instrução PREVIC nº 10 de 27/09/2017, art. 6º, inciso I, disponibilizamos as informações referente ao DSI – Demonstrativo de Sexo e Idade dos Participantes, Assistidos e Pensionistas da FUNDAÇÃO:

Demonstrativo de Sexo e Idades dos Participantes, Assistidos e Pensionistas

PARTICIPANTES				ASSISTIDOS				PENSIONISTAS			
Idade	Homens	Mulheres	Total	Idade	Homens	Mulheres	Total	Idade	Homens	Mulheres	Total
=< 24	0	0	0	=< 24	0	0	0	=< 24	0	5	5
25 - 34	54	46	100	25 - 34	0	0	0	25 - 34	0	1	1
35 - 54	393	375	768	35 - 54	0	0	0	35 - 54	0	6	6
55 - 64	245	198	443	55 - 64	71	78	149	55 - 64	4	37	41
65 - 74	50	31	81	65 - 74	313	137	450	65 - 74	5	48	53
75 - 84	0	3	3	75 - 84	90	59	149	75 - 84	3	28	31
>= 85	1	2	3	>= 85	12	12	24	>= 85	1	11	12
Total	743	655	1398	Total	486	286	772	Total	13	136	149

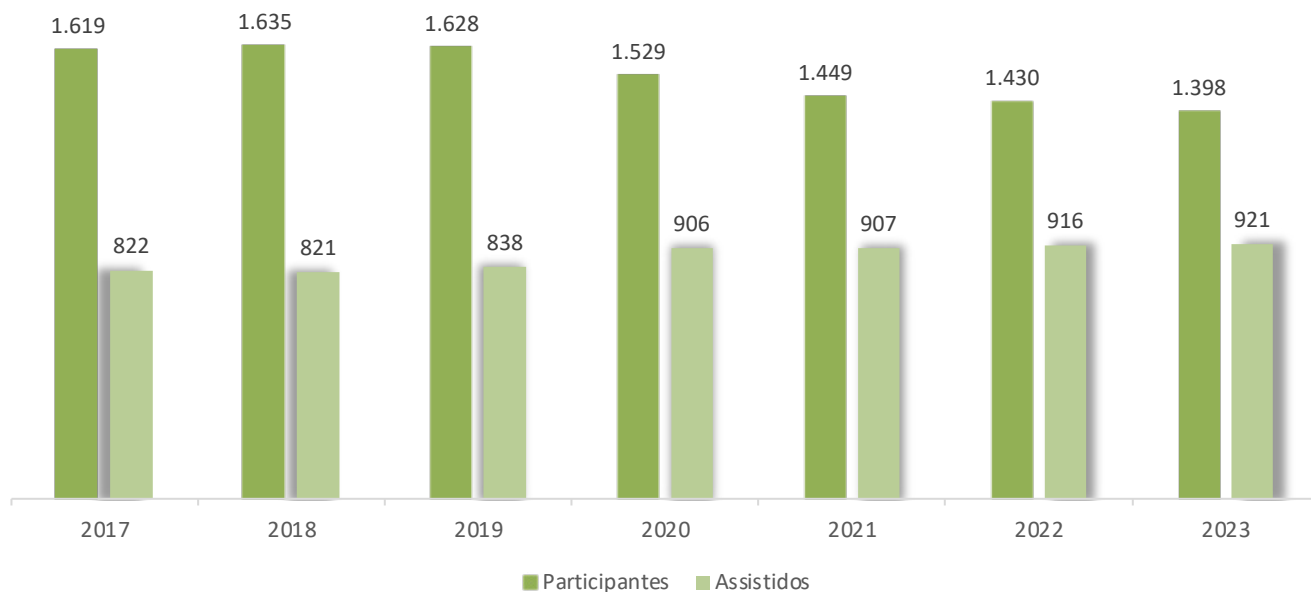
Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Solidez e longevidade dos Planos:

Os três primeiros Planos de Benefícios da FAPERS, na modelagem de benefício definido e contribuição variável, têm seu equilíbrio baseado nos cálculos atuariais e desempenho financeiro da Fundação.

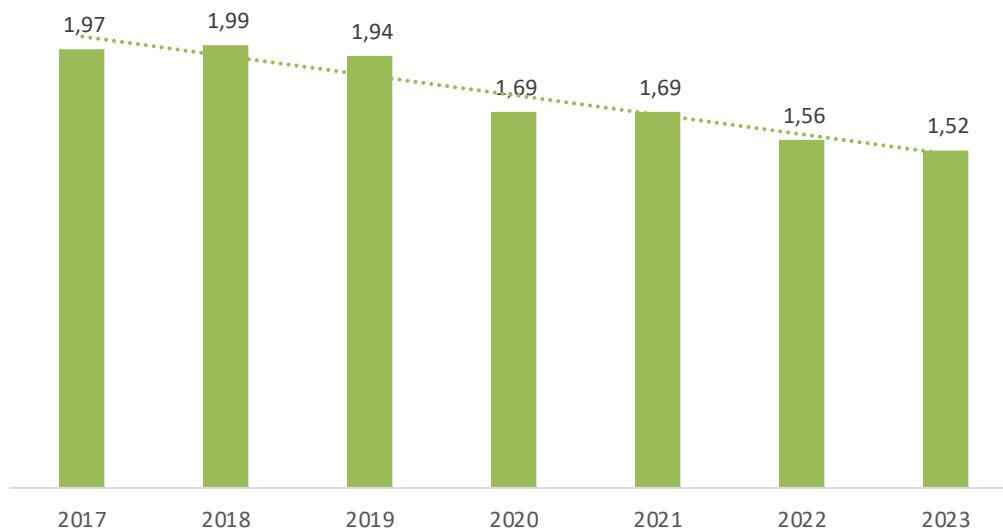
Com a criação do Plano de Benefícios PREVER essa lógica fica alterada, em razão dos Planos PBD-I - Plano de Benefícios I, Plano Misto - Plano de Benefícios II e PGS - Plano Geral Saldado estarem fechados a novas adesões. As premissas e modelagem que regem o Plano de Benefícios Prever tem como característica a individualidade e a não existência de mutualidade para cobertura de benefícios. Os quadros que seguem se referem a projeções feitas a partir dos dados dos Planos PBD-I - Plano de Benefícios I, Plano Misto - Plano de Benefícios II, Plano de Benefícios Prever e PGS – Plano Geral Saldado. Os participantes dos Planos apresentam, no conjunto, a seguinte distribuição:

Participantes Ativos e Assistidos



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Participante para cada Assistido

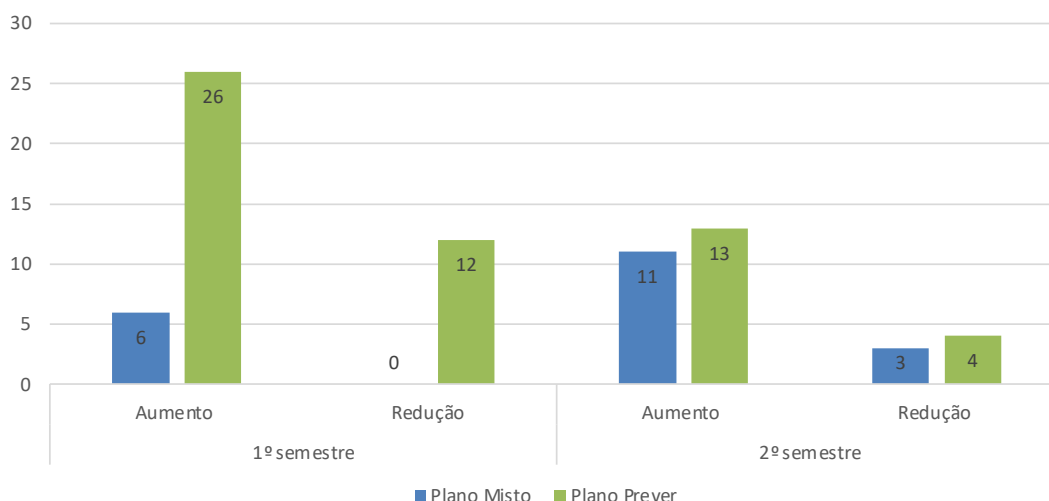


Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Pensar previdência é estar atento ao seu Futuro!

O Plano Misto oferece a oportunidade de realizar duas alterações de percentual de contribuição ao ano, nos meses de junho e dezembro. O Plano Prever permite estas alterações também em duas vezes, mas podendo ser realizadas em quaisquer meses. Ambos permitem a variação de 3,5% até o limite de 15%, para ajustar o valor da contribuição ordinária. Ainda existe a possibilidade de o participante realizar aportes adicionais, duas vezes ao ano, de qualquer valor, sem a contrapartida do Patrocinador e sem incidência de contribuição administrativa. Em 2023 os percentuais de aumento/redução de contribuições ordinárias podem ser acompanhados no gráfico abaixo:

Alteração de percentuais de contribuições em 2023

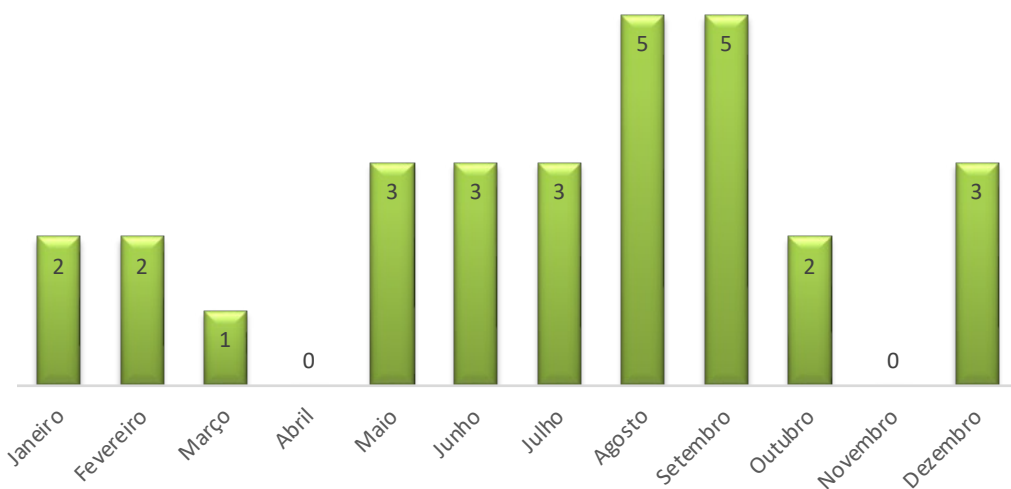


Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Ingresso de Novos Participantes

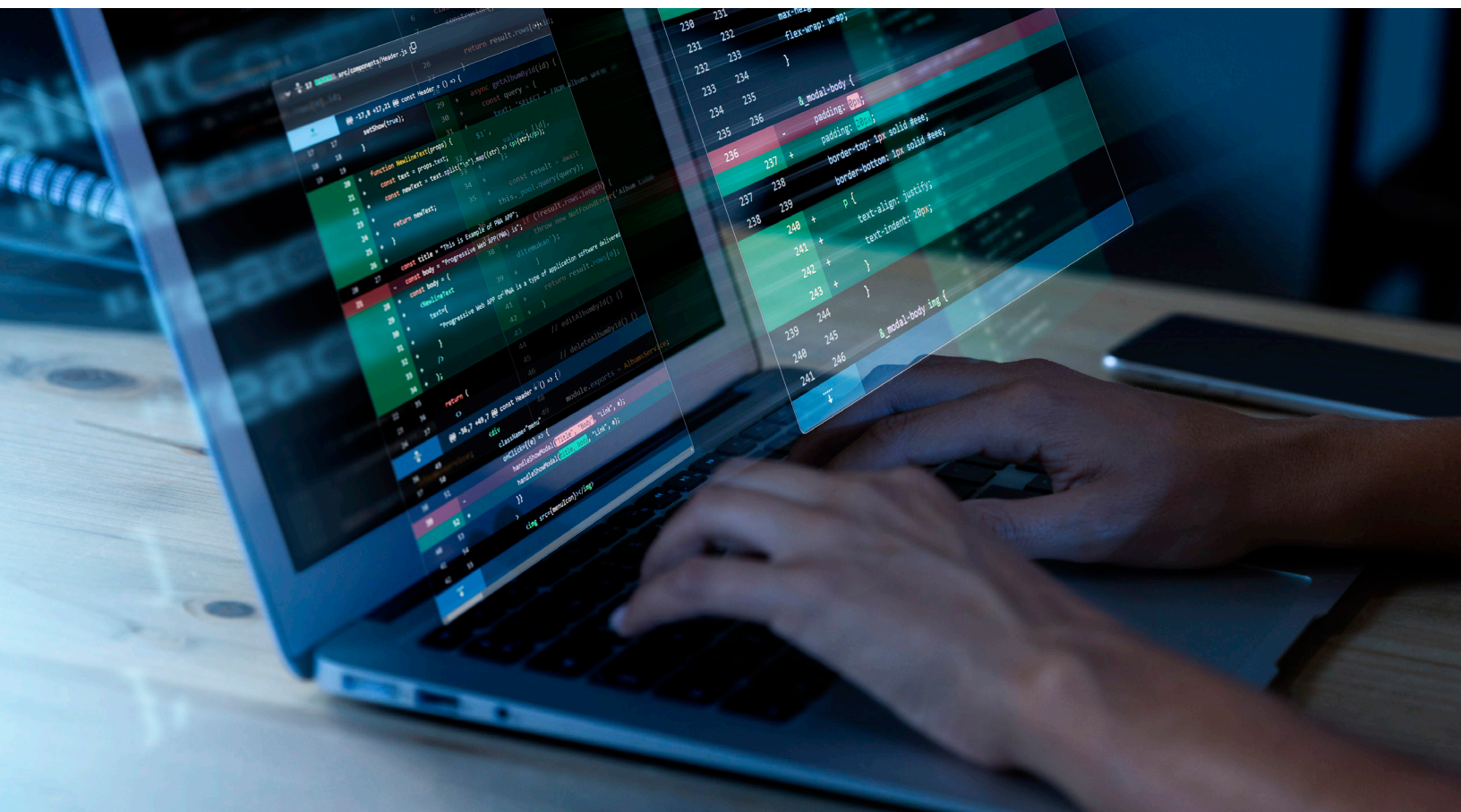
O gráfico abaixo mostra mês a mês a adesão de 29 novos participantes na FAPERS durante o ano de 2023:

Novos Participantes em 2023



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante destacar que desde junho/2016 as novas adesões ocorrem somente no Plano Prever.



FLUXO PREVIDENCIÁRIO POR PLANO

Na sequência apresentamos a movimentação financeira ocorrida nos planos de benefícios no ano de 2023.

No quadro abaixo, o Fluxo Previdenciário do Núcleo de Gestão de Planos, demonstra os valores pagos de benefícios e resgates, bem como as contribuições normais e adicionais dos participantes e contribuições normais dos patrocinadores e, ainda as contribuições extraordinárias dos participantes, realizadas durante o ano de 2023. As contribuições extraordinárias dos Patrocinadores não aparecem no fluxo porque as mesmas são firmadas em Contrato, portanto são remuneradas de acordo com o estabelecido no documento.

O saldo apresentado é uma estimativa da situação financeira da FUNDAÇÃO e tem como objetivo básico demonstrar o que será coberto pelo retorno dos investimentos para cumprir os compromissos com o pagamento de benefícios. Os planos de benefícios sofrem oscilações devido a processos de ingresso ou desligamento de participantes, assim como concessões de benefícios.

FLUXO PREVIDENCIÁRIO (2023)

Receitas	R\$
Plano Benefício I - PBD I	318.993,08
Plano Benefício II - Plano Misto	6.434.266,84
Plano Geral Saldado - PGS	11.297.469,63
Plano de Benefícios Prever	5.832.873,82
Total de Receitas	23.883.603,37
Despesas	
Plano de Benefício I - PBD I	1.067.439,00
Plano de Benefícios II - Plano Misto	15.057.722,64
Plano Geral Saldado - PGS	30.519.724,38
Plano de Benefícios Prever	5.837.993,31
Total de Despesas	52.482.879,33

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA FAPERS. AS PRINCIPAIS HIPÓTESES ADOTADAS NA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2023 FORAM:



PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional; indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC; Taxa Real Anual de Juros de 3,19%; Fator de Capacidade de 97,99%; Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000 (feminina suavizada em 10%).



PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional; indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC; Taxa Real Anual de Juros - 4,95%; Fator de Capacidade de 97,99%; Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000 Masculina e Feminina; Tábua de Entrada em Invalidez - ÁLVARO VINDAS (com redutor de 76%); Tábua de Mortalidade de Inválidos - AT 49.



PLANO GERAL SALDADO - PGS

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional; indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC; Taxa Real Anual de Juros - 5,04%; Fator de Capacidade de 97,99%; Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000 Masculina e Feminina.



PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional; Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - Rentabilidade da Cota Mensal; Taxa Real Anual de Juros - 4,46 %.

SITUAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS DA FAPERS EM 2023

Destaca-se que os pareceres da avaliação atuarial por plano de benefício, disponíveis na íntegra no capítulo Caderno Completo ao final deste Relatório, apresentam a situação financeira e atuarial, conforme segue:

Plano de Benefício I - PBD-I

A situação financeira – atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2023, um superávit técnico de R\$ 1.430.619,01 equivalente a 9,95% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 14.385.234,08 demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

***Superávit* R\$ 1.430.619,01**
9,95% do Ativo Líquido

Plano Geral Saldado - PGS

A situação financeira–atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2023 um déficit técnico de R\$ 36.823.753,86, demonstrando um desequilíbrio do plano equivalente a 13,20% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 278.908.194,71.

***Déficit* R\$ 36.823.753,86**
13,20% do Ativo Líquido

Plano de Benefícios II - Plano Misto

A situação financeira e atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto da FAPERS apresentou, em 31/12/2023, um déficit técnico de R\$ 14.188.868,65 equivalente a 5,92% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 239.689.680,26.

Déficit R\$ 14.188.868,65

5,92% do Ativo Líquido

Plano de Benefícios Prever

O Plano PREVER apresentou, em 31/12/2023, Equilíbrio Técnico nulo, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano corresponde exatamente ao valor das Provisões Matemáticas avaliadas em R\$ 182.956.617,52.

9,86% rentabilidade em 2023

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2023, foi de 9,86%.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Fonte de dados: Núcleo de Investimentos



MELHOR QUE O ESPERADO

O ano começa com os investidores enfrentando uma perspectiva desafiadora, pois, quando ainda tentavam entender os efeitos sobre a governabilidade do País dos condenáveis acontecimentos de oito de janeiro - quando o Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal foram invadidos e destruídos por manifestantes inconformados com o resultado da eleição -, foram sacudidos em 10 de janeiro pelo anúncio de um rombo contábil bilionário, estimado inicialmente em R\$ 20 bilhões, nas Lojas Americanas, com ativos de R\$ 47 bilhões, Patrimônio Líquido de R\$ 14 bilhões e valendo no mercado, no final de dezembro, R\$ 8,7 bilhões. A empresa controlada pela 3G, dos badalados investidores Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sucupira, entrou em recuperação judicial, gerando pesados prejuízos aos credores, grandes bancos e investidores que possuíam ações e debêntures, sendo uma verdadeira tsunami no mercado, com a aversão ao risco tomando conta do mercado de crédito, seja pelo temor de que outras empresas poderiam ter irregularidades semelhantes, levantando dúvidas sobre a qualidade das informações disponíveis, ou pelo simples fato de que os prejuízos gerados pelas Americanas poderiam gerar uma crise de liquidez no sistema, afetando o fluxo de crédito para bancos e empresas.

O curto mês de fevereiro transcorre dentro do

clima de perplexidade em relação ao “Caso Americanas”, assumindo contornos mais preocupantes em março com a possibilidade dos Estados Unidos entrar em recessão diante dos eventos envolvendo dois bancos regionais, o Silicon Valley Bank e o Signature Bank, que apresentaram perdas significativas em seus portfólios de títulos do governo em um tradicional descasamento entre ativos e passivos, agravado pelas perdas geradas pela marcação a mercado dos títulos públicos que estavam em seus ativos. O resultado foi uma clássica corrida aos bancos, trazendo à memória os nefastos episódios da crise bancária de 2008. As autoridades governamentais se apressaram a sinalizar ao mercado que haviam aprendido com o passado, com o governo intervindo rapidamente com linhas de socorro ao sistema financeiro e anunciando proteção aos depositantes dos dois bancos.

As repercussões se amplificaram aos mercados globais gerando extrema volatilidade nos preços dos ativos. Os títulos de dívida do governo americano tiveram oscilação recorde e, do outro lado do Oceano Atlântico, os problemas enfrentados pelo Credit Suisse desde o ano passado, ganharam proporções sistêmicas, de forma que em uma operação de emergência, o Credit Suisse, que viu suas ações despencarem 30%, foi comprado pelo UBS, com o aval das autoridades monetárias



suíças, a fim de acalmar a crise de liquidez.

No Brasil, os investidores também aumentaram sua aversão ao risco, temendo as repercussões no mercado de crédito de mais um evento capaz de restringir a liquidez do sistema. Além disso, também contribuiu negativamente a sensação de que o Executivo e Legislativo continuam tentando se afastar da questão técnica para discutir a política monetária, o Copom manteve a taxa Selic em 13,75% em um comunicado técnico, afastando qualquer intenção de afrouxar a política monetária no curto prazo. Já a proposta de arcabouço fiscal que substituirá o teto de gastos, apesar de projetar a volta dos superávits primários e a estabilização da dívida até o final do governo atual, indica que estas metas serão atingidas com muito aumento de arrecadação e pouco ou quase nada de redução de despesas. Parte dos analistas está cético, pois as proposições de aumento de arrecadação dependem da aprovação do Congresso, o que por si só, já implica em dificuldades de implementação.

Após um trimestre de muito receio e aversão ao risco em relação à economia global e brasileira, os investidores encerraram o mês de abril mais otimistas, mudando a perspectiva, buscando um olhar menos pessimista. Assim, em que pese os receios em relação ao setor bancário nos EUA, os primeiros sinais sugeriram que o risco de uma crise bancária está arrefecendo, com impactos limitados sobre a economia americana no curto prazo. Isso posto, como a atividade econômica e a inflação nos EUA seguem desacelerando, mesmo que lentamente, resultado do aperto monetário promovido pelo FED e da queda dos preços do petróleo, os investidores começaram a precificar um final de ciclo de alta dos juros americanos.

De outro lado, os indicadores mostram que a atividade econômica na China segue em rápida e forte recuperação, dando espaço para uma revisão mais otimista para o PIB Chinês. Assim sendo, em consequência da forte correlação entre a atividade na China e na Europa, pode ser descartada a ocorrência de PIB negativo na Zona

do Euro em 2023. Contudo, o crescimento será fraco por conta dos efeitos do maior aperto da política monetária e das condições de crédito.

No cenário interno, em resposta ao aperto monetário, a atividade econômica doméstica continua em desaceleração. O mercado continua apontando para um crescimento ao redor de 1,3% para o PIB em 2023, com a expectativa de uma safra recorde de grãos mais que compensando números próximos à estagnação para o PIB dos serviços e da indústria.

O mês de maio consolida o otimismo com o cenário externo, onde as atenções se voltaram para as negociações do aumento do teto da dívida nos EUA, com o governo democrata e a oposição republicana chegando finalmente a um acordo que evitou o cenário de default nos títulos do tesouro americano. Com isto, após um período de intensa volatilidade, os mercados globais voltaram a exibir maior apetite a risco, liderado pelo rally das ações de tecnologia.

Já no cenário local, as surpresas positivas vieram pelos dados de atividade e de inflação, ocorrendo o rebalanceamento das expectativas. A projeção do PIB foi majorada para números que superam 1,5% e as de inflação para 2023 para números inferiores a 5%. Por outro lado, a redução da percepção de risco fiscal e uma postura ainda conservadora do banco central têm ajudado a fortalecer a moeda e reduzir o prêmio de risco nos juros e na bolsa.

Os meses de junho e julho embalam uma forte onda de recuperação nos preços dos ativos com uma perspectiva otimista, como consequência do crescente distensionamento do cenário, em função dos indicadores bem mais favoráveis que as expectativas. Dentre eles a queda da inflação, o resultado do PIB superando as projeções e a decisão do CMN em manter em 3% a meta de inflação para o médio prazo, revertendo o custoso ruído criado pelo Governo em torno do tema nos primeiros meses do ano e aprovação da reforma tributária. Além disso, o mercado se beneficiou

com as boas notícias vindas do exterior, com os investidores acreditando que existe um ambiente relativamente propício para uma pausa do aperto monetário, afastando cada vez mais a probabilidade de recessão, mesmo com o FED demonstrando suas preocupações com a pressão dos salários sobre a inflação e alertando que, se necessário for, não hesitará em aumentar os juros.

A onda de bom humor nos mercados foi se desfazendo nos meses seguintes, com o mercado gerando preocupações em torno da resiliência da inflação americana, com os dados negativos da economia chinesa até chegar ao trágico mês de outubro, onde a súbita eclosão dos conflitos no Oriente Médio, aumentaram a aversão a risco. Além da indescritível e lamentável tragédia humanitária, os temores dos investidores ficaram por conta da possibilidade de que a guerra possa se escalar pela região, envolvendo as grandes potências e aumentando as pressões nos preços do petróleo e nos gastos militares dos Estados Unidos, gerando mais volatilidade nos mercados.

Em meio a perplexidade do cenário global, a repercussão dos acontecimentos internacionais foi amplificada no mercado brasileiro, a partir da desconfiança dos investidores em relação aos compromissos do governo para cumprir a meta fiscal.

Após a grande tempestade que se abateu pelos mercados ao redor do mundo no mês de outubro, os dois últimos meses do ano foram extremamente positivos com os investidores transformando rapidamente a aversão em apetite ao risco. Vale lembrar que em agosto o rendimento (yield) do título americano de 10 anos (T-note) iniciou um rali de alta atingindo os maiores níveis desde antes da crise de 2008, o que provocou uma aversão por risco generalizada. Como resultado, o bônus de referência global chegou a testar a marca

simbólica de 5% em outubro, com a guerra em Israel.

Assim, a recuperação veio com arrefecimento do movimento de alta dos Treasuries americanos, com o papel de 10 anos voltando aos menores níveis em dois meses. Isso porque o mercado de títulos nos EUA (Treasuries) começou a apostar em cortes nos juros pelo Fed já para o início do ano que vem, muito por conta dos dados da economia americana que vieram melhores do que o esperado, tanto de inflação quanto de emprego, mudando o tom de alguns membros do Federal Reserve, o que também contribuiu para a queda da taxa de juros de longo prazo nos EUA, aumentando a percepção de que a economia norte-americana caminha para o “pouso suave”, pois a melhora consistente do cenário inflacionário nos últimos meses cria condições para os principais bancos centrais, entre eles o Federal Reserve, anteciparem o início da flexibilização monetária.

Já em relação ao Brasil, apesar da questão fiscal ainda trazer certa cautela, o cenário também jogou a favor, em meio à queda da taxa Selic, mesmo que paulatinamente e o fortalecimento da posição do Ministro da Economia em relação às metas fiscais para 2024, vem trazendo bastante conforto para o Banco Central levar adiante o corte da taxa Selic.

Em termos de atividade econômica, as perspectivas sinalizam para uma perda de fôlego do crescimento que deverá se mostrar levemente mais modesta, assim, após crescer 3,0% em 2023, o PIB de 2024 deverá apresentar uma expansão entre 1,5% a 1,7%. O calcanhar-de-aquiles, contudo, continua sendo a política fiscal.

Em termos de perspectivas, o comportamento dos ativos vai estar intimamente ligado ao comportamento da taxa de juros americana,

que por vez, poderá ser afetado por eventuais complicações no quadro geopolítico. A amplificação dos conflitos no Oriente Médio tende a pressionar preços do petróleo, custos de frete e gastos do tesouro americano. A conjugação de tais fatores pode restringir o apetite no FED em reduzir juros. No Brasil, além dos reflexos da política internacional, a gestão fiscal tende a ser o mais relevante para garantir a trajetória de queda da inflação e da Selic.

Em dezembro de 2023, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 0,56% e ficou 0,28 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de novembro (0,28%). Em dezembro de 2022, a variação havia sido de 0,62%. O IPCA fechou o ano com alta acumulada de 4,62%.

O CDI encerrou o mês em 0,90% e acumulando um ganho de 13,04% no ano, superando com folga o acumulado do IPCA que foi de 4,62%, com um ganho real de 8,05% no ano. Os demais índices de renda fixa também experimentaram recuperação em função da melhoria do cenário. O índice IRF-M, calculado pela Anbima e que reflete o desempenho de uma carteira teórica de títulos públicos prefixados, registrou uma alta de 1,48% no mês, com um ganho acumulado de 16,51%. Já o IMA-B, de papéis atrelados à inflação, apresentou uma valorização de 2,75% no mês, com um acumulado no ano de 16,05%.

O IBOVESPA, por sua vez, operou o mês em alta, fechando o mês em 134.185 pontos, com uma alta de 5,38% no mês. O acumulado do ano ficou em 22,28%. No mesmo clima, o dólar PTAX fechou o mês em R\$ 5,2177, com queda de 1,44% no mês e acumulando perdas de 6,50% no ano.

Artigo escrito por:

Marco A. S. Martins, Professor do DCCA da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Doutor em Administração, com ênfase em Finanças e Mestre em Economia pela UFRGS

DIRETRIZES DA GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

Boas práticas de governança demandam uma liderança forte e consciente, as informações referentes às decisões, operações e resultados dos investimentos da entidade precisam ser disponibilizadas de forma regular e tempestiva, utilizando-se linguagem clara e acessível, com conteúdo, abrangência e grau de detalhamento compatível com seu público-alvo, sendo ponderada a razoabilidade de seus custos operacionais.

Os interesses dos dirigentes das EFPC devem estar alinhados aos dos participantes e patrocinadores. A FAPERS deve elaborar e utilizar procedimentos e parâmetros que atribuam responsabilidades aos gestores pelas próprias decisões, tornando possível monitorar constantemente o processo decisório e a adequação à conformidade legal e interna. São princípios gerais de boas práticas de governança que devem ser observados:

- **Transparência:** disponibilizar informações que sejam de interesse dos participantes, assistidos e dos patrocinadores, principalmente as relacionadas aos processos de escolha de serviços de terceiros, gestão de riscos e outras que permitam aferir o grau de diligência e monitoramento que a alta administração tem em relação aos processos da FAPERS;
- **Prestação de Contas:** formalizar sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões. Prestar contas regularmente de sua atuação aos patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos, não se limitando às exigências regulamentares.
- **Responsabilidade Corporativa:** incorporar em suas decisões considerações de ordem socioambiental na definição dos negócios e operações. Ter consciência de como a sua

atuação na Entidade afeta o público interessado e a sociedade como um todo.

Com relação a diretrizes aplicadas a governança de investimentos, cabe ressaltar:

- Responsabilidade do dever fiduciário;
- Capacitação profissional;
- Comunicação com o participante e assistido; e
- Segregação de funções.

PATRIMÔNIO DOS INVESTIMENTOS

Em 2023 a FUNDAÇÃO continuou com a estratégia de buscar ganhos com a renda fixa, devido a atratividade de títulos e fundos que tem o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) como indexador de rentabilidade e analisando opções que pudessem ter ganho de valor com o início do fechamento da curva de juros, bem como com a valorização da renda variável.

Em 31/12/2023 o patrimônio dos Investimentos da FAPERS atingiu R\$ 652.803.612,46, um aumento de 7,94% em valores absolutos em relação à 31/12/2022, contribuíram para este crescimento o resultado da rentabilidade e os ingressos de contribuições, abatidos os pagamentos de benefícios e despesas.

Na posição consolidada da Fundação, 89,45% dos investimentos estão no segmento de renda fixa, com uma concentração em Títulos Públicos Federais (69,94% do total da renda fixa) de diversos vencimentos, observando a previsão de pagamento de benefícios futuros. O restante da carteira de renda fixa é composto por fundos de investimento e por ativos de crédito privado.

O segmento de renda variável em 31/12/2023 representa 7,45% do total do patrimônio de investimentos, sendo composto por um fundo de investimento exclusivo.

Os investimentos estruturados são compostos

por fundos de investimento multimercado, nos quais é permitido posições alavancadas. A posição neste segmento em 31/12/2023 é de 1,23%.

O segmento de investimentos imobiliários é composto por imóveis físicos (casa sede e 20% de participação no Shopping Lindóia). Estes investimentos representam 1,12% do total.

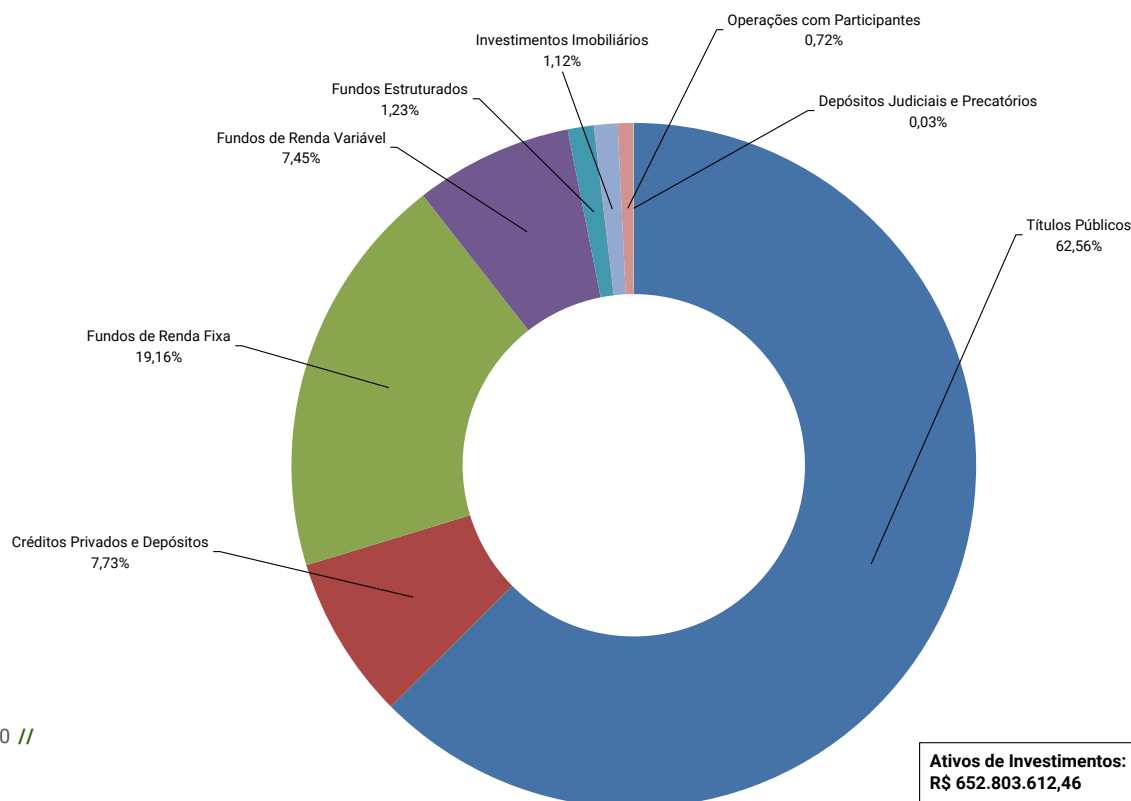
O segmento de operações com participantes representa 0,72% do total e é composto pelos empréstimos a participantes.

No ano de 2023 não houve investimentos em ativos do exterior.

Os quadros e Gráficos a seguir demonstram o patrimônio da FAPERS por planos, segmentos e ativos:

PATRIMÔNIO POR PLANO E POR SEGMENTO

SEGMENTO	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA	TOTAL
RENDA FIXA	12.596.353,05	214.116.050,21	197.401.936,57	157.295.518,89	2.492.534,57	583.902.393,29
RENDA VARIÁVEL	88.043,43	20.230.610,95	10.971.975,09	17.283.858,85	88.685,26	48.663.173,58
ESTRUTURADO	14.136,22	2.256.710,99	1.939.838,49	3.774.549,70	52.835,48	8.038.070,88
IMOBILIÁRIO	214.991,07	1.524.155,83	4.757.124,10	783.418,30	-	7.279.689,30
OP. C/ PARTICIPANTES	-	1.637.477,81	432.054,08	2.656.729,02	-	4.726.260,91
EXTERIOR	-	-	-	-	-	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	80.958,34	-	-	-	80.958,34
PRECATÓRIOS	6.508,44	-	106.557,72	-	-	113.066,16
TOTAL PLANO	12.920.032,21	239.845.964,13	215.609.486,05	181.794.074,76	2.634.055,31	652.803.612,46



INVESTIMENTOS DA FAPERS EM 31/12/2023

Investimentos de Renda Fixa	Valor (R\$)	Gestor
Títulos Públicos do Tesouro Nacional e/ou do Bacen e Créditos Securitizados do Tesouro Nacional		
- NTNBL/LTN	408.387.609,47	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
Total		408.387.609,47
Cotas de FI/FIDC Renda Fixa (Fundo de Investimento, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)		
FDO. VINCI FIRF IMOB CPIX	12.455.658,78	VINCI PARTNERS
FDO. STARKE FICFIMCP	18.266.423,15	TERCON INVEST. LTDA.
FDO. SULAMÉRICA EXCELLENCE FIRF CP	20.772.294,04	SUL AMÉRICA INVEST.
FDO. SAFRA CAPITAL MARK P	19.880.440,81	SAFRA ASSET
FDO. ASA FIC FIDC 90	3.250.389,83	ASA INVESTMENTS
FDO. SAFRA EXTRA BANCOS	18.523.020,51	SAFRA ASSET
FDO. SULAMÉRICA RF ATIVO LP	20.153.097,73	SUL AMÉRICA INVEST.
FDO. VINCI VALOREM	11.778.542,38	VINCI PARTNERS
Total		125.079.867,23
CDB - CERTIFICADOS DE DEPÓSITO BANCÁRIO		
BANCO SAFRA	2.559.371,85	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
BANCO XP	3.130.997,59	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
Total		5.690.369,44
LETRAS FINANCEIRAS		
BANCO SAFRA	29.612.255,11	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
BANCO XP	6.067.913,31	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
BANCO BRADESCO	4.186.524,30	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
Total		39.866.692,72
Debêntures		
DEB. VALE S.A.	499.192,66	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
DEB. LOCALIZA RENT A CAR S.A.	3.848.622,40	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
DEB. AMERICANAS S.A.	530.039,37	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
Total		4.877.854,43
Total dos Investimentos em Renda Fixa		583.902.393,29

Investimentos de Renda Variável	Valor (R\$)	Gestor
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (FIA)		
FDO. VINCI FAPERS FIA	48.663.173,58	VINCI PARTNERS
Total		48.663.173,58
Total dos Investimentos em Renda Variável		48.663.173,58

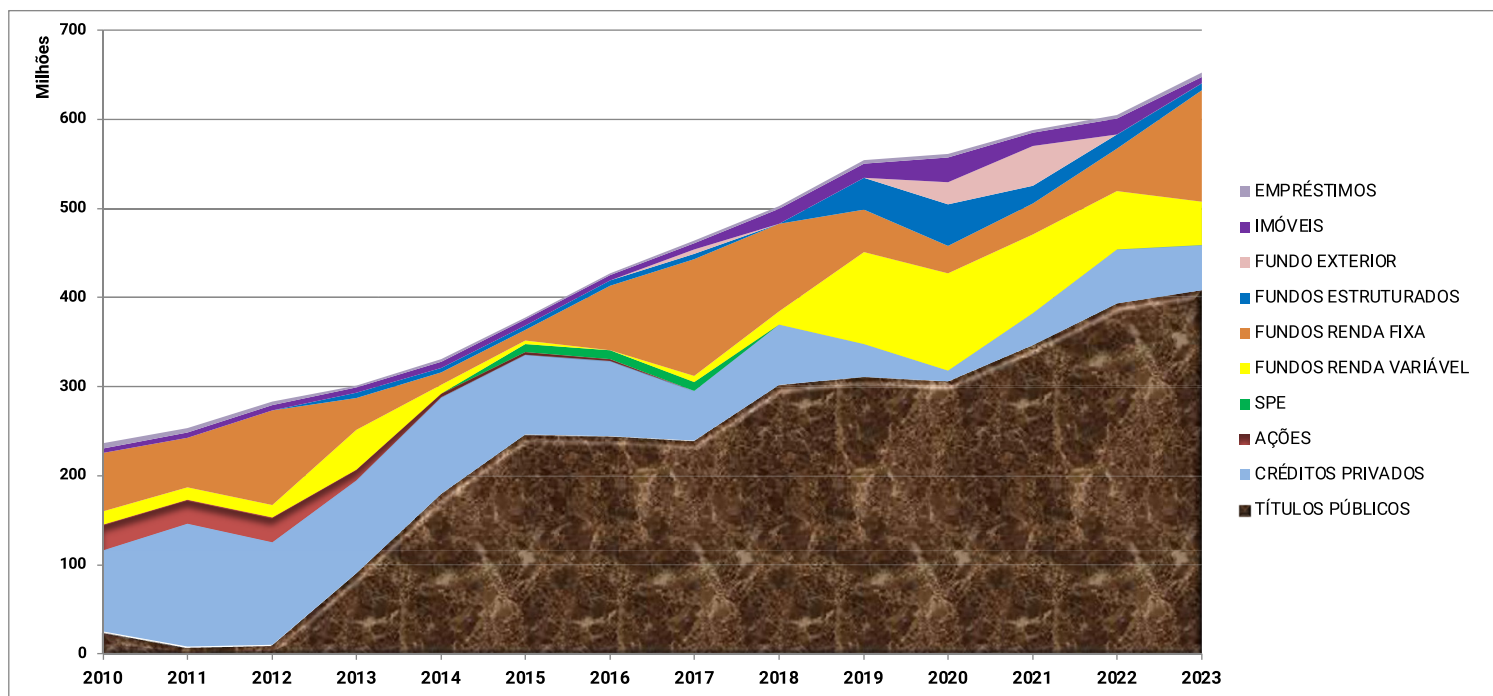
Investimentos Estruturados	Valor (R\$)	Gestor
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO		
FDO. ASA HEDGE FIC FIM	5.301.084,06	ASA INVESTMENTS
FDO. SULAMÉRICA ALOCAÇÃO FICMCP	2.736.986,82	SUL AMÉRICA INVEST.
Total		8.038.070,88
Total dos Investimentos Estruturados		8.038.070,88

Investimentos Imobiliários	Valor (R\$)	Total (R\$)
Casa - Rua Marcílio Dias, 1073, Porto Alegre:		
Imóvel uso próprio	1.759.689,30	FAPERS
		1.759.689,30
Investimento em Shopping Center, Porto Alegre		
Lindóia Shopping - 20%	5.520.000,00	FAPERS
Total Shopping		5.520.000,00
Total dos Investimentos Imobiliários		7.279.689,30

Operações com Participantes	Valor (R\$)
Total dos Empréstimos aos Participantes	4.726.260,91
Depósitos Judiciais/Recursais e Precatórios	Valor (R\$)
Total dos Depósitos Judiciais/Recursais	80.958,34
Total dos Recursos a Receber - Precatórios	113.066,16
TOTAL GERAL	Valor (R\$)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	652.803.612,46



GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



RENTABILIDADE

Rentabilidade Bruta: é o rendimento obtido pelo investimento, calculado pelo sistema de cota mensal, somando-se os ingressos e diminuindo-se as retiradas ocorridas no mês.

Rentabilidade Líquida: é o rendimento calculado pelo sistema de cota mensal, a partir da rentabilidade bruta subtraindo a despesa dos serviços de custódia e corretagem.

Meta de Rentabilidade: são os indicadores usados como referência de desempenho da FUNDAÇÃO estabelecidos anualmente no estudo da taxa de juros.

Abaixo a rentabilidade bruta e líquida obtida em 2023, comparada a meta de rentabilidade por plano e por segmentos:

Rentabilidade Bruta	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
PLANO	7,06%	12,09%	11,55%	10,24%	1,39%
RENDA FIXA	7,11%	11,69%	11,70%	9,38%	0,43%
RENDA VARIÁVEL	20,14%	20,32%	20,31%	20,44%	20,14%
ESTRUTURADO	0,97%	5,58%	5,25%	6,95%	2,79%
IMOBILIÁRIO	0,40%	2,21%	1,34%	3,02%	-
OP. C/ PARTICIPANTES	-	17,33%	13,61%	12,76%	-
EXTERIOR	-	-	-	-	-

Rentabilidade Líquida	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
PLANO	7,01%	12,05%	11,51%	10,21%	1,36%
RENDA FIXA	7,06%	11,65%	11,67%	9,34%	0,39%
RENDA VARIÁVEL	20,09%	20,29%	20,27%	20,40%	20,11%
ESTRUTURADO	0,93%	5,55%	5,22%	6,91%	2,76%
IMOBILIÁRIO	0,35%	2,18%	1,30%	2,98%	-
OP. C/ PARTICIPANTES	-	17,29%	13,58%	12,73%	-
EXTERIOR	-	-	-	-	-

Meta de Rentabilidade	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
PLANO	6,81%	8,54%	8,60%	8,17%	7,50%
RENDA FIXA	9,89%	9,89%	9,89%	9,89%	9,89%
RENDA VARIÁVEL	9,25%	9,25%	9,25%	9,25%	9,25%
ESTRUTURADO	12,88%	12,88%	12,88%	12,88%	12,88%
IMOBILIÁRIO	11,52%	11,52%	11,52%	11,52%	-
OP. C/ PARTICIPANTES	-	12,92%	12,92%	12,92%	-
EXTERIOR	-	-	-	-	-

Fonte: Núcleo de Investimentos



Month

Year

March

April

May

Total E
\$ 20

50%

80%

5

6

7

8

9

Rentabilidade Patrimonial

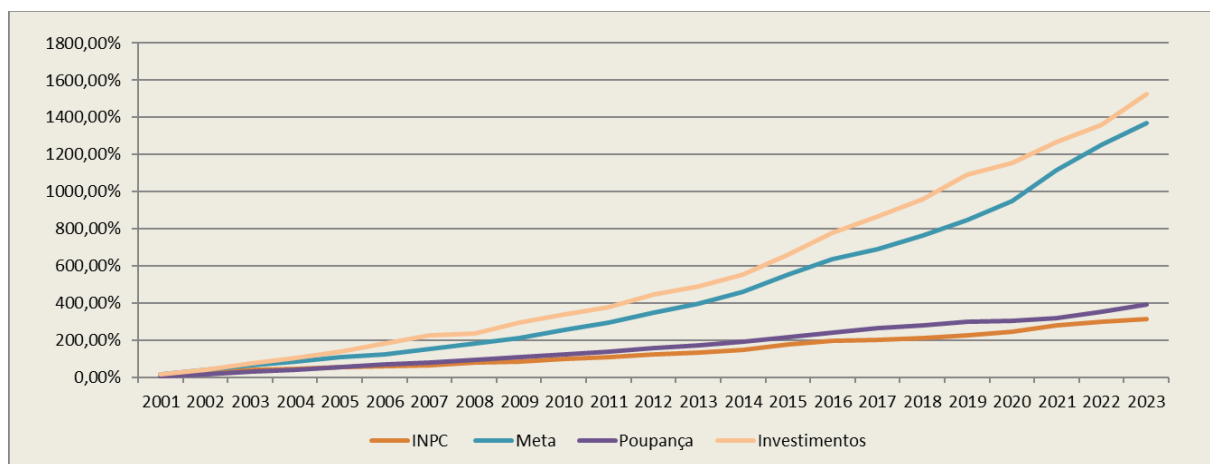
A Rentabilidade Patrimonial é calculada pelo sistema de cotas mensais, considerando todas receitas e despesas do plano. As receitas são: remuneração dos investimentos e dos contratos de dívida e reversão de fundos e provisões. As despesas são: as despesas administrativas e constituição de fundos e provisões. Esta é a rentabilidade líquida do plano. No Plano Misto, e Plano Prever é a rentabilidade que corrige o saldo de contas dos participantes. A rentabilidade dos planos em 2023 superou a meta atuarial ou meta de rentabilidade em todos os planos.

Mês	PBD-I		PLANO MISTO		PGS		PREVER	
	Meta Atuarial	Rent. %	Meta Atuarial	Rent. %	Meta Atuarial	Rent. %	Meta Rent.	Rent. %
Janeiro	0,72%	-2,52%	0,86%	1,26%	0,86%	1,24%	0,83%	-0,97%
Fevereiro	1,03%	0,93%	1,17%	0,25%	1,17%	0,37%	1,14%	0,14%
Março	0,90%	1,26%	1,04%	0,92%	1,04%	0,97%	1,01%	0,54%
Abril	0,79%	0,93%	0,93%	0,97%	0,93%	1,02%	0,90%	1,04%
Maio	0,62%	0,95%	0,76%	1,44%	0,76%	1,27%	0,73%	1,72%
Junho	0,15%	0,85%	0,29%	1,30%	0,30%	1,11%	0,26%	1,77%
Julho	0,16%	0,72%	0,30%	0,86%	0,31%	0,72%	0,27%	1,13%
Agosto	0,46%	0,71%	0,59%	0,22%	0,60%	0,27%	0,57%	0,09%
Setembro	0,37%	0,68%	0,50%	0,68%	0,51%	0,73%	0,47%	0,39%
Outubro	0,38%	0,55%	0,51%	0,23%	0,52%	0,35%	0,48%	-0,08%
Novembro	0,35%	0,94%	0,49%	1,67%	0,50%	1,16%	0,46%	2,14%
Dezembro	0,81%	0,99%	0,96%	1,40%	0,96%	1,22%	0,92%	1,57%
Acumulado Ano	6,93%	7,15%	8,73%	11,78%	8,79%	10,94%	8,33%	9,86%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Histórico de Rentabilidade

A rentabilidade dos investimentos da FUNDAÇÃO de 2001 a 2023 acumula 1.527,01%, sendo que o índice acumulado da Meta Atuarial foi de 1.367,95%, o índice acumulado da Caderneta de Poupança foi de 391,14% e o INPC acumulado foi 315,90% no mesmo período.



Fonte: Núcleo de Investimentos

Gestão de Riscos

A FUNDAÇÃO realiza o monitoramento dos riscos da carteira de investimentos através de relatórios extraídos de sistemas, por meio de relatório elaborado pelo Custodiante e relatórios elaborados por assessoria especializada, contratados para este fim.

Risco de Mercado: monitorado com base no orçamento de risco aprovado na Política de Investimentos, conforme quadro demonstrado a seguir.

Classe de Ativos	Benchmark	Indicador Risco	Orçamento Risco
Renda Fixa	CDI	VaR	5,00%
Renda Fixa IMA	IMA-B	VaR	5,00%
Multimercado Institucional	110% CDI	VaR	5,00%
Multimercado Estruturado	CDI + 2,00% a.a.	VaR	20,00%
Renda Variável	IBOVESPA	VaR	25,00%
Renda Variável Small Caps	SMLL	VaR	20,00%
Fundos Imobiliários	IFIX	VaR	20,00%
Investimentos no Exterior	MSCI World (BRL)	VaR	20,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

Durante o ano, nas posições verificadas no final de cada mês e publicadas no Boletim Conjuntural dos Investimentos, não se verificou nos fundos investidos quebra dos limites estabelecidos.

Risco de Crédito: os ratings permitidos pela política de investimentos estão no quadro abaixo.

TABELA DE RATINGS							
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Liberum	Austin	Grau	
1	AAA (bra)	brAAA	AAA.br	AAA	brAAA	Investimento	
2	AA+ (bra)	brAA+	Aa1.br	AA+	brAA+		
	AA (bra)	brAA	Aa2.br	AA	brAA		
	AA- (bra)	brAA-	Aa3.br	AA-	brAA-		
3	A+ (bra)	brA+	A1.br	A+	brA+		
	A (bra)	brA	A2.br	A	brA		
	A- (bra)	brA-	A3.br	A-	brA-		
4	BBB+ (bra)	brBBB+	Baa1.br	BBB+	brBBB+		
	BBB (bra)	brBBB	Baa2.br	BBB	brBBB		
	BBB- (bra)	brBBB-	Baa3.br	BBB-	brBBB-		
5	BB+ (bra)	brBB+	Ba1.br	BB+	brBB+		Especulativo
	BB (bra)	brBB	Ba2.br	BB	brBB		
	BB- (bra)	brBB-	Ba3.br	BB-	brBB-		
6	B+ (bra)	brB+	B1.br	B+	brB+		
	B (bra)	brB	B2.br	B	brB		
	B- (bra)	brB-	B3.br	B-	brB-		
7	CCC (bra)	brCCC	Caa.br	CCC	brCCC		
	CC (bra)	brCC	Ca.br	CC	brCC		
	C (bra)	brC	C.br	C	brC		
8	D (bra)	brD	D.br	D	brD		

Fonte: Núcleo de Investimentos

Houve rebaixamento de rating do conglomerado Americanas, cuja crise veio à tona no dia 11 de janeiro de 2023, com a divulgação de uma fraude que refletiu um rombo bilionário e resultou num pedido, aceito, de recuperação judicial no valor de R\$ 43 bilhões.

Com o objetivo de trazer clareza e transparência, a FAPERS informou aos seus participantes e assistidos, em 24 de janeiro de 2023, que fez aquisição de debêntures da empresa B2W Digital em maio de 2021, a qual foi incorporada posteriormente por sua controladora Americanas S/A, atendendo a estratégia de diversificação do portfólio de ativos, com investimento em papéis de empresas privadas com rating máximo (AAA). Na oportunidade, foram investidos R\$ 5 milhões, distribuídos nos planos PGA (6,1%), PBD-I (12,3%) e PREVER (81,6%), com remuneração de IPCA + 6,957% a.a. e pagamentos de juros semestrais. Em termos de renda variável a exposição da Fundação estava restrita a valores reduzidos em um dos fundos que compõe o Fundo Exclusivo da FAPERS, isto significa que a FAPERS não investia diretamente em ações do grupo Americanas por meio da carteira própria.

Com a decretação da recuperação judicial pela justiça federal, os valores que constam nos balancetes foram reduzidos, valendo apenas 10,6% do valor de face. Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial há a possibilidade de recuperar uma parte maior do valor aplicado, sendo que para isso a FAPERS terá que receber ações da Companhia e também debêntures que vão ser lançadas para este fim. A Diretoria da FAPERS está em contato com a Abrapp e a Previc, visando assegurar a legalidade de sua opção, além de seguir acompanhando atentamente a apuração dos fatos, avaliando sempre com o apoio das assessorias as medidas administrativas e judiciais eventualmente cabíveis.

Risco de Liquidez: o monitoramento do risco de liquidez é efetuado através do Estudo da ALM para planos de Benefício monitoramento do risco de liquidez é efetuado através do Estudo da ALM para planos de Benefício Definido e Contribuição Variável, e para o plano de Contribuição Definida, a liquidez é definida pelo estudo comparativo dos fluxos de entradas e saídas. Os estudos são atualizados anualmente e servem de parâmetro para as aplicações de médio e longo prazo, na compatibilização do fluxo de caixa do ativo com o do passivo.

Descrição	Categoria	Montante em 31/12/2023	Dias para Liquidez
TÍTULOS PÚBLICOS		408 387 609,47	
LTN	Títulos para Negociação (a mercado)	2 531 866,95	1
NTN-B	Títulos para Negociação (a mercado)	69 808 691,20	228
NTN-B	Títulos para Negociação (a mercado)	6 892 541,57	501
NTN-B	Títulos para Negociação (a mercado)	1 103 568,31	4 153
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	30 623 775,88	228
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	28 584 567,24	958
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	15 297 760,78	1 689
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	63 345 937,56	2 419
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	63 900 592,40	4 153
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	33 542 562,32	6 072
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	40 463 362,42	7 806
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	42 093 934,22	9 724
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	10 198 448,62	11 458
ATIVO FINANCEIRO DE CRÉDITO PRIVADO		50 434 916,59	-
Instituições Financeiras		45 557 062,16	-
CDB			-
Banco XP S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	3 130 997,59	208
Banco Safra S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	2 559 371,85	159
LF/LFSN			
Banco Safra S/A	Mantidos até o Vencimento (na curva)	14 255 036,69	1 614
Banco Safra S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	6 479 307,44	1 697
Banco Safra S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	2 461 193,56	1 905
Banco Safra S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	6 416 717,42	2 787
Banco Bradesco S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	4 186 524,30	28
Banco XP S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	346 715,54	196
Banco XP S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	5 721 197,77	225
Companhias Abertas		4 877 854,43	-
Debênture Simples-Vale	Mantidos até o Vencimento (na curva)	499 192,66	5 864
Debênture Simples- Localiza Rent a Car	Títulos para Negociação (a mercado)	3 848 622,40	2 631
Debênture Incentivada - B2W Cia Digital	Títulos para Negociação (a mercado)	530 039,37	2 541
FUNDOS DE INVESTIMENTO		181 781 111,69	-
Renda Fixa		95 034 901,70	-
ASA FICFIDC 90	Títulos para Negociação (a mercado)	3 250 389,83	90
SAFRA EXTRA BANCOS	Títulos para Negociação (a mercado)	18 523 020,51	0
SAFRA CAPITAL MARKET	Títulos para Negociação (a mercado)	19 880 440,81	0
SULAMERICA EXCELENCE FIRF CP	Títulos para Negociação (a mercado)	20 772 294,04	1
SULAMERICA RF ATIVO LP	Títulos para Negociação (a mercado)	20 153 097,73	1
VINCI FIRF IMOB CPII	Títulos para Negociação (a mercado)	12 455 658,78	2 180
Ações		48 663 173,58	-
Vinci FAPERS FIA	Títulos para Negociação (a mercado)	48 663 173,58	3
Multimercado		30 044 965,53	-
STARKE FICFIMCP	Títulos para Negociação (a mercado)	18 266 423,15	30
VINCI VALOREM	Títulos para Negociação (a mercado)	11 778 542,38	2
Multimercado Estruturado		8 038 070,88	-
ASA HEDGE FIC FIM	Títulos para Negociação (a mercado)	5 301 084,06	31
SULA ALOCACAO FICMCP	Títulos para Negociação (a mercado)	2 736 986,82	31
IMÓVEIS		7 279 689,30	N/D
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		4 726 260,91	Diversos
DEPÓSITOS JUDICIAIS		80 958,34	N/D
PRECATÓRIOS - OFND		113 066,16	N/D

Fonte: Núcleo de Investimentos

Monitoramento da Política de Investimentos

A Política de Investimentos, em conjunto com a Resolução CMN nº 4.994, regem a alocação dos recursos dos planos administrados pela FUNDAÇÃO, este documento é elaborado anualmente pela Diretoria Executiva, analisada pelo Comitê de Investimentos e Riscos e é aprovada pelo Conselho Deliberativo, antes do exercício a que se refere. Na reunião do dia 17 de novembro de 2022 o Conselho Deliberativo aprovou a Política de Investimentos para o exercício de 2023-2027, registrado na ata nº 356 do referido órgão, cujos limites são:

Plano de Benefício Definido I (PBD-I)				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	70,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,00%	0,00%	25,00%
Estruturado	20%	5,00%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	2,50%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	0,50%	0,00%	10,00%
Exterior	10%	7,00%	0,00%	10,00%

Plano de Benefícios II – (Plano Misto)				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	68,00%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	17,00%	0,00%	30,00%
Estruturado	20%	3,00%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	4,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	1,00%	0,00%	10,00%
Exterior	10%	7,00%	0,00%	10,00%

Plano Geral Saldado (PGS)				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	68,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	17,00%	0,00%	25,00%
Estruturado	20%	3,00%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	4,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	1,00%	0,00%	10,00%
Exterior	10%	7,00%	0,00%	10,00%

Plano de Benefícios Prever				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	50,00%	30,00%	100,00%
Renda Variável	70%	27,00%	0,00%	50,00%
Estruturado	20%	10,00%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	5,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	1,00%	0,00%	10,00%
Exterior	10%	7,00%	0,00%	10,00%

Plano de Gestão Administrativa (PGA)				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	65,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,00%	0,00%	30,00%
Estruturado	20%	8,00%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	5,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	7,00%	0,00%	10,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

Estes limites são controlados pelo Núcleo de Investimentos e pelo Banco Custodiante Safra, por meio de seu Setor de Enquadramento. A Custódia emite mensalmente um relatório apontando a aderência dos investimentos das carteiras da FUNDAÇÃO aos limites estabelecidos. O referido relatório é analisado pelo Núcleo de Investimentos, pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Investimentos e Riscos, sendo também item constante na análise do Conselho Fiscal.

No dia 31/12/2023 as carteiras de investimentos estavam assim constituídas:

Descrição do Investimento	Limite Legal	PBD - I			PLANO MISTO			PGS		
		Res. 4.994	Pol. Invest.	RS	%	Pol. Invest.	RS	%	Pol. Invest.	RS
Renda Fixa	Até 100%	100%	12 596 353,05	97,49%	100%	214 116 050,21	89,27%	100%	197 401 936,57	91,56%
Renda Variável	Até 70%	25%	88 043,43	0,68%	30%	20 230 610,95	8,43%	25%	10 971 975,09	5,09%
Investimentos Estruturados	20%	15%	14 136,22	-	15%	2 256 710,99	0,94%	15%	1 939 838,49	0,90%
Investimentos Imobiliários	20%	20%	214 991,07	1,66%	20%	1 524 155,83	0,64%	20%	4 757 124,10	2,21%
Operações com Participantes	15%	10%	-	-	10%	1 637 477,81	0,68%	10%	432 054,08	0,20%
Investimentos Exterior	10%	10%	-	-	10%	-	0,00%	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	0%	80 958,34	0,03%	-	-	-
Precatórios	-	-	6 508,44	0,05%	0,00%	-	0,00%	-	106 557,72	0,05%
Total dos Investimentos			12 920 032,21	100,00%		239 845 964,13	100,00%		215 609 486,05	100,00%

Descrição do Investimento	Limite Legal	PREVER			PGA			CONSOLIDADO	
		Res. 4.994	Pol. Invest.	RS	%	Pol. Invest.	RS	%	RS
Renda Fixa	Até 100%	100%	157 295 518,89	86,52%	100%	2 492 534,57	94,63%	583 902 393,29	89,45%
Renda Variável	Até 70%	50%	17 283 858,85	9,51%	30%	88 685,26	3,37%	48 663 173,58	7,45%
Investimentos Estruturados	20%	15%	3 774 549,70	2,08%	15%	52 835,48	-	8 038 070,88	1,23%
Investimentos Imobiliários	20%	20%	783 418,30	0,43%	20%	-	-	7 279 689,30	1,12%
Operações com Participantes	15%	10%	2 656 729,02	1,46%	0%	-	-	4 726 260,91	0,72%
Investimentos Exterior	10%	10%	-	-	10%	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	80 958,34	0,01%
Precatórios	-	-	-	-	-	-	-	113 066,16	0,02%
Total dos Investimentos			181 794 074,76	100,00%		2 634 055,31	100,00%	652 803 612,46	100,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

Limites de Alocação por emissor:

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	I	-	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	-	Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	-	Demais Emissores	10%	10%

Fonte: Núcleo de Investimentos

Monitoramento da Alocação por Emissor – Posição 31/12/2023:

Plano	PBD-I		PLANO MISTO		PGS		PREVER		PGA		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Tesouro	9 218 523,65	71,39%	166 367 524,63	69,39%	158 770 422,79	73,67%	73 830 869,54	40,61%	200 268,86	7,60%	408 387 609,47	62,58%
Vinci	542 810,84	4,20%	28 038 140,79	11,69%	13 324 801,10	6,18%	30 822 412,74	16,95%	169 209,27	6,42%	72 897 374,74	11,17%
Safra	1 437 903,47	11,13%	16 338 406,10	6,81%	16 844 708,70	7,82%	35 330 287,58	19,43%	623 782,43	23,68%	70 575 088,28	10,81%
Sulamérica	362 853,65	2,81%	12 436 011,17	5,19%	9 363 492,30	4,34%	20 026 541,98	11,02%	1 473 479,49	55,94%	43 662 378,59	6,69%
XP	0,00	0,00%	2 412 484,46	1,01%	1 949 096,81	0,90%	4 837 329,63	2,66%	0,00	0,00%	9 198 910,90	1,41%
Starke	413 398,33	3,20%	5 866 881,53	2,45%	6 273 115,34	2,91%	5 630 408,46	3,10%	82 619,49	3,14%	18 266 423,15	2,80%
Asa Invest.	14 136,22	0,11%	2 913 235,80	1,22%	1 939 838,49	0,90%	3 631 427,90	2,00%	52 835,48	2,01%	8 551 473,89	1,31%
Imóveis	214 991,07	1,66%	1 524 155,83	0,64%	4 757 124,10	2,21%	783 418,30	0,43%	0,00	0,00%	7 279 689,30	1,12%
Op. Part.	0,00	0,00%	1 637 477,81	0,68%	432 054,08	0,20%	2 656 729,02	1,46%	0,00	0,00%	4 726 260,91	0,72%
Bradesco	0,00	0,00%	985 064,54	0,41%	985 064,54	0,46%	2 216 395,22	1,22%	0,00	0,00%	4 186 524,30	0,64%
Localiza	643 422,94	4,98%	1 073 454,77	0,45%	536 185,78	0,25%	1 595 558,91	0,88%	0,00	0,00%	3 848 622,40	0,59%
Americanas	65 483,60	0,51%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	432 695,48	0,24%	31 860,29	1,21%	530 039,37	0,08%
Vale	0,00	0,00%	172 168,36	0,07%	327 024,30	0,15%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	499 192,66	0,08%
Total	12 913 523,77	100,00%	239 765 005,79	100,00%	215 502 928,33	100,00%	181 794 074,76	100,00%	2 634 055,31	100,00%	652 609 587,96	100,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

A alocação no Banco Safra e na Sulamérica no plano PGA é anterior à explosão dos fundos, que é realizada pelo banco custodiante depois do fechamento contábil do mês. No PGA, a totalidade alocada no Safra e na Sulamérica está em fundos, com diversos ativos de diversos emissores diversificados dentro deles, que no momento da explosão das carteiras destes fundos as posições se diluem, ficando dentro do enquadramento legal.

Despesas com Administração dos Investimentos

O quadro demonstra os gastos com Custódia, Corretoras, Câmaras de Liquidação e Custódia e demais custos que envolvem diretamente a administração dos investimentos da FUNDAÇÃO. Os custos reduziram 28,59% em relação a 2022, principalmente pela alteração do Banco Custodiante em março de 2023.

DESPESAS COM CUSTODIANTE - POR PLANO	TOTAL 2022	TOTAL 2023	Δ %
PLANO DE BENEFÍCIOS I - PBD-I	6.535,45	4.663,77	-28,64%
PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO	113.114,10	83.272,54	-26,38%
PLANO GERAL SALDADO - PGS	111.894,62	76.065,13	-32,02%
PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER	89.494,28	65.405,65	-26,92%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	1.389,01	837,38	-39,71%
CONSOLIDADO	322.427,46	230.244,47	-28,59%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

A woman with curly brown hair and glasses is smiling and looking at a laptop screen. She is wearing a tan blazer. In the foreground, another person's hands are visible typing on the laptop. The table is covered with various documents, charts, and a small potted cactus. The background features a corkboard with several sticky notes.

GESTÃO CONTÁBIL

INTRODUÇÃO

Gestão Contábil

A contabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar deve ser elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios e administrativo, e disponibilizar um conjunto de dados consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar cada uma das atividades realizadas.

Para tal, utiliza-se as Demonstrações Contábeis, que apresentam a estrutura monetária da Entidade, espelhando a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do gerenciamento dos recursos que são confiados à Administração.

As Demonstrações são divulgadas por ocasião do encerramento do exercício, e elaboradas de forma individual, isto é, por plano (PBD-I, Plano Misto, PGS, PREVER e PGA) e também consolidadas, que é a soma de todos os planos trazendo, na essência, a combinação dos registros contábeis dos planos individuais, de acordo com a legislação e as práticas contábeis vigentes (descritas na Nota Explicativa de nº 3, do exercício de 2023).

As Demonstrações comparam o exercício atual com o exercício anterior, apresentando na coluna "Variação %" o acréscimo ou decréscimo ocorrido no ano atual em relação ao ano anterior. Os valores são expressos em milhares de reais (R\$ mil), por exemplo, onde consta R\$ 500 mil leia-se: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

As Notas Explicativas complementam as Demonstrações Contábeis, visando fornecer as informações necessárias para compreensão dos valores apontados.

Este capítulo apresenta as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas referentes ao exercício social de 2023, e seguirão a seguinte ordem:

1) Balanço Patrimonial: Demonstração que atesta, de forma consolidada, a situação patrimonial da entidade;

2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado - DMPS: Apresenta as modificações do Patrimônio Social dos planos de benefícios;

3) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL: Evidência, de forma individual, as modificações do Ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) dos planos de benefícios;

4) Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL: Esta Demonstração equivale ao Balanço Patrimonial individualizado por plano de benefícios;

5) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT: Elucida, de forma individual, a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Fundação. Em suma, apresenta os valores das obrigações presentes e futuras do plano para com seus participantes;

6) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado - DPGA: Apresenta o resultado da gestão administrativa da Fundação na administração dos planos de benefícios, por ocasião do encerramento do exercício, de forma consolidada. Demonstra as receitas e as despesas administrativas da Fundação, e o decorrente Fundo Administrativo Acumulado.

1) BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial em 31/12/2023

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Valores em RS Mil

ATIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	PASSIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
DISPONÍVEL	27	44	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1 538	1 269
REALIZAVEL	721 431	675 399	Gestão Previdencial	850	747
Gestão Previdencial	68 170	70 252	Gestão Administrativa	315	287
Gestão Administrativa	457	391	Investimentos	373	235
Investimentos	652 804	604 756	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	496	496
Títulos Públicos	408 388	393 440	Gestão Previdencial	496	496
Ativo Financeiro de Crédito Privado	50 435	60 441	PATRIMÔNIO SOCIAL	719 454	673 715
Fundos de Investimentos	181 781	139 737	Patrimônio de Cobertura do Plano	715 940	670 587
Investimentos em Imóveis	7 280	7 161	Provisões Matemáticas	765 522	731 326
Operações com Participantes	4 726	3 788	Benefícios Concedidos	494 292	492 364
Depósitos Judiciais/Recurais	81	81	Benefícios a Conceder	314 430	282 416
Recursos a Receber - Precatórios	113	108	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(43 200)	(43 454)
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	30	37	Equilíbrio Técnico	(49 582)	(60 739)
Imobilizado	16	22	Resultados Realizados	(49 582)	(60 739)
Intangível	14	15	Superávit Técnico Acumulado	1 431	1 397
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(51 013)	(62 136)
			Fundos	3 514	3 128
			Fundos Previdenciais	116	24
			Fundos Administrativos	2 810	2 498
			Fundos p/Garantia Operações c/participantes	588	606
TOTAL DO ATIVO	721 488	675 480	TOTAL DO PASSIVO	721 488	675 480

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacconi Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

2) DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS
 Consolidada - Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	ATUAL	ANTERIOR	(%)
	31/12/2023	31/12/2022	
A) Patrimônio Social - início do exercício	673 715	657 441	2,48
1. Adições	101 625	73 702	37,89
Contribuições Previdenciais	30 874	30 524	1,15
Reversão de Fundos Administrativos	-	1 585	-100,00
Outras Adições Previdenciais	1 608	2	80300,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	65 448	38 343	70,69
Receitas Administrativas	3 678	3 202	14,87
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	35	-	-
Constituição de Fundos p/Garantia das Operações com Participantes	(18)	46	-139,13
2. Deduções	(55 886)	(57 428)	-2,69
Benefícios	(47 068)	(43 742)	7,60
Resgates	(5 197)	(7 451)	-30,25
Portabilidades	(33)	(387)	-91,47
Outras Deduções	(187)	(877)	-78,68
Despesas Administrativas	(3 401)	(3 379)	0,65
Reversão de Recursos para Planos de Benefícios - Gestão Administrativa	-	(1 585)	-100,00
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(7)	-100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	45 739	16 274	181,06
Provisões Matemáticas	34 196	42 143	-18,86
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	11 157	(24 170)	-146,16
Fundos Previdenciais	92	24	283,33
Fundos Administrativos	312	(1 769)	-117,64
Fundos para Garantia das operações com Participantes	(18)	46	-139,13
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	719 454	673 715	6,79

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

3) DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DMAL)

DMAL do Plano de Benefício I – PBD-I - CNPB: 1981000747

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DMAL_PB

Plano de Benefício I - PBD-I

CNPB: 1981000747

CNPJ: 48.306.637/0001-37

Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2023	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2022	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	14 402	14 424	-0,15
1. Adições	1 051	1 003	4,79
Contribuições	186	233	-20,17
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	865	770	12,34
2. Deduções	(1 068)	(1 025)	4,20
Benefícios	(1 068)	(1 025)	4,20
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(17)	(22)	-22,73
Provisões Matemáticas	(51)	449	-111,36
Superávit Técnico do Exercício	34	(471)	-107,22
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	14 385	14 402	-0,12
C) Fundos não Previdenciais	1 148	1 204	-4,65
Fundos Administrativos	1 144	1 200	-4,67
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	4	4	0,00

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomon Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DMAL do Plano de Benefícios II – PLANO MISTO - CNPB: 2000008038

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DMAL_PB
 Plano de Benefícios II - Plano Misto
 CNPB: 2000008038
 CNPJ: 48.307.126/0001-30
 Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIACÃO (%)
	ATUAL	ANTERIOR	
	31/12/2023	31/12/2022	
A) Ativo Líquido - início do exercício	222 301	214 148	3,81
1. Adições	33 330	22 737	46,59
Contribuições	7 576	6 783	11,69
Reversão de Fundos Administrativos	-	380	-100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	25 724	15 572	65,19
Outras Adições	30	2	1400,00
2. Deduções	(15 825)	(14 584)	8,51
Benefícios	(12 316)	(11 467)	7,40
Resgates	(2 687)	(2 500)	7,48
Custeio Administrativo	(768)	(598)	28,43
Outras Deduções	(54)	(19)	184,21
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	17 505	8 153	114,71
Provisões Matemáticas	14 773	16 449	-10,19
Fundos Previdenciais	92	24	283,33
Déficit Técnico do Exercício	2 640	(8 320)	-131,73
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	239 806	222 301	7,87
C) Fundos não Previdenciais	782	615	27,15
Fundos Administrativos	399	244	63,52
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	383	371	3,23

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DMAL do Plano Geral Saldado – PGS - CNPB: 2008004783

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DMAL_PB
Plano Geral Saldado - PGS
CNPB: 2008004783
CNPJ: 48.307.421/0001-96
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	ATUAL	ANTERIOR	(%)
	31/12/2023	31/12/2022	
A) Ativo Líquido - início do exercício	273 525	272 879	0,24
1. Adições	36 408	30 516	19,31
Contribuições	12 139	13 873	-12,50
Reversão de Fundos Administrativos	-	537	-100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	22 691	16 106	40,89
Outras Adições	1 578	-	-
2. Deduções	(31 025)	(29 870)	3,87
Benefícios	(30 394)	(28 583)	6,34
Custeio Administrativo	(504)	(457)	10,28
Outras Deduções	(127)	(830)	-84,70
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5 383	646	733,28
Provisões Matemáticas	(3 100)	16 025	-119,34
Déficit Técnico do Exercício	8 483	(15 379)	-155,16
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	278 908	273 525	1,97
C) Fundos não Previdenciais	363	450	-19,33
Fundos Administrativos	212	294	-27,89
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	151	156	-3,21

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DMAL do Plano de Benefícios Prever - CNPB: 2016.0006-19

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DMAL_PB
Plano de Benefícios Prever
CNPB: 2016000619
CNPJ: 48.307.620/0001-02
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIÇÃO (%)
	ATUAL	ANTERIOR	
	31/12/2023	31/12/2022	
A) Ativo Líquido - início do exercício	160 383	151 163	6,10
1. Adições	29 124	17 841	63,24
Contribuições	12 956	11 278	14,88
Reversão de Fundos Administrativos	-	668	-100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	16 168	5 895	174,27
2. Deduções	(6 550)	(8 621)	-24,02
Benefícios	(3 295)	(2 687)	22,63
Resgates	(2 510)	(4 951)	-49,30
Portabilidade	(33)	(387)	-91,47
Custeio Administrativo	(711)	(588)	20,92
Outras Deduções	(1)	(8)	-87,50
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	22 574	9 220	144,84
Provisões Matemáticas	22 574	9 220	144,84
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	182 957	160 383	14,08
C) Fundos não Previdenciais	1 105	835	32,34
Fundos Administrativos	1 055	760	38,82
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	50	75	-33,33

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

4) DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DAL)

DAL do Plano de Benefício I – PBD-I - CNPB: 19810000747

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DAL_PB

Plano de Benefício I - PBD-I

CNPB: 1981000747

CNPJ: 48.306.637/0001-37

Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIACÃO (%)
	ATUAL	ANTERIOR	
	31/12/2023	31/12/2022	
1. Ativos	15 553	15 622	-0,44
Disponível	2	3	-33,33
Recebíveis Previdencial	2 631	2 743	-4,08
Investimentos	12 920	12 876	0,34
Títulos Públicos	9 218	9 202	0,17
Ativo Financeiros de Crédito Privados	1 132	1 577	-28,22
Fundos de Investimento	2 348	1 880	24,89
Investimentos em Imóveis	215	211	1,90
Recursos a Receber/Precatórios	7	6	16,67
2. Obrigações	20	16	25,00
Operacional	20	16	25,00
3. Fundos não Previdenciais	1 148	1 204	-4,65
Fundos Administrativos	1 144	1 200	-4,67
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	4	4	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	14 385	14 402	-0,12
Provisões Matemáticas	12 954	13 005	-0,39
Superávit Técnico	1 431	1 397	2,43
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	1 431	1 397	2,43
b) (+/-) Ajuste de Precificação	572	416	37,50
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	2 003	1 813	10,48

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DAL do Plano de Benefícios II - Plano Misto - CNPB: 200008038

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DAL_PB
Plano de Benefícios II - Plano Misto
CNPB: 200008038
CNPJ: 48.307.126/0001-30
Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2023	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2022	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	241 329	223 521	7,97
Disponível	14	8	75,00
Recebíveis Previdencial	1 469	1 274	15,31
Investimentos	239 846	222 239	7,92
Títulos Públicos	166 368	160 021	3,97
Ativo Financeiros de Crédito Privados	10 436	11 435	-8,74
Fundos de Investimentos	59 800	47 896	24,85
Investimentos em Imóveis	1 524	1 499	1,67
Operações com Participantes	1 637	1 307	25,25
Depósitos Judiciais/Recurais	81	81	0,00
2. Obrigações	741	605	22,48
Operacional	472	336	40,48
Contingencial	269	269	0,00
3. Fundos não Previdenciais	782	615	27,15
Fundos Administrativos	399	244	63,52
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	383	371	3,23
5. Ativo Líquido (1-2-3)	239 806	222 301	7,87
Provisões Matemáticas	253 879	239 106	6,18
Déficit Técnico	(14 189)	(16 829)	-15,69
Fundos Previdenciais	116	24	383,33
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(14 189)	(16 829)	-15,69
b) (+/-) Ajuste de Precificação	5 647	5 272	7,11
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(8 542)	(11 557)	-26,09

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DAL do Plano Geral Saldado – PGS - CNPB: 2008004783

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DAL_PB
Plano Geral Saldado - PGS
CNPB: 2008004783
CNPJ: 48.307.421/0001-96
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2023	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2022	VARIÇÃO (%)
1. Ativos	279 999	274 598	1,97
Disponível	3	16	-81,25
Recebíveis Previdencial	64 386	66 600	-3,32
Investimentos	215 610	207 982	3,67
Títulos Públicos	158 771	156 050	1,74
Ativo Financeiros de Crédito Privados	11 385	12 655	-10,04
Fundos de Investimentos	40 158	34 072	17,86
Investimentos em Imóveis	4 757	4 680	1,65
Operações com Participantes	432	423	2,13
Recursos a Receber/Precatórios	107	102	4,90
2. Obrigações	728	623	16,85
Operacional	501	396	26,52
Contingencial	227	227	0,00
3. Fundos não Previdenciais	363	450	-19,33
Fundos Administrativos	212	294	-27,89
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	151	156	-3,21
5. Ativo Líquido (1-2-3)	278 908	273 525	1,97
Provisões Matemáticas	315 732	318 832	-0,97
Déficit Técnico	(36 824)	(45 307)	-18,72
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(36 824)	(45 307)	-18,72
b) (+/-) Ajuste de Precificação	11 493	12 513	-8,15
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(25 331)	(32 794)	-22,76

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacconi Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DAL do Plano de Benefícios Prever - CNPB: 2016.0006-19**Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DAL_PB****Plano de Benefícios Prever****CNPB: 2016000619****CNPJ: 48.307.620/0001-02****Valores em RS Mil**

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	ATUAL	ANTERIOR	(%)
	31/12/2023	31/12/2022	
1. Ativos	184 292	161 452	14,15
Disponível	3	14	-78,57
Recebíveis Previdencial	2 494	2 133	16,92
Investimentos	181 795	159 305	14,12
Títulos Públicos	73 832	68 021	8,54
Ativo Financeiros de Crédito Privados	27 449	34 492	-20,42
Fundos de Investimentos	77 074	53 963	42,83
Investimentos em Imóveis	783	771	1,56
Operações com Participantes	2 657	2 058	29,11
2. Obrigações	230	234	-1,71
Operacional	230	234	-1,71
3. Fundos não Previdenciais	1 105	835	32,34
Fundos Administrativos	1 055	760	38,82
Fundos p/Garantia Operações c/Participantes	50	75	-33,33
5. Ativo Líquido (1-2-3)	182 957	160 383	14,08
Provisões Matemáticas	182 957	160 383	14,08

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

5) DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (DPT)

DPT do Plano de Benefício I – PBD-I - CNPJ: 19810000747

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT_PB
Plano de Benefício I - PBD-I
CNPB: 1981000747
CNPJ: 48.306.637/0001-37
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIÇÃO (%)
	ATUAL	ANTERIOR	
	31/12/2023	31/12/2022	
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	14 409	14 422	-0,09
1. Provisões Matemáticas	12 954	13 005	-0,39
1.1. Benefícios Concedidos	12 954	13 005	-0,39
Benefício Definido	12 954	13 005	-0,39
2. Equilíbrio Técnico	1 431	1 397	2,43
2.1. Resultados Realizados	1 431	1 397	2,43
Superávit Técnico Acumulado	1 431	1 397	2,43
Reserva de Contingência	1 431	1 397	2,43
3. Fundos	4	4	0,00
3.2. Fundos p/ Garantia Operações com Participantes - Gestão Previdencial	4	4	0,00
4. Exigível Operacional	20	16	25,00
4.1. Gestão Previdencial	14	13	7,69
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	3	100,00

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DPT do Plano de Benefícios II - Plano Misto - CNPJ: 200008038

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT_PB
Plano de Benefícios II - Plano Misto
CNPB: 200008038
CNPJ: 48.307.126/0001-30
Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2023	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2022	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	240 930	223 277	7,91
1. Provisões Matemáticas	253 879	239 106	6,18
1.1. Benefícios Concedidos	131 055	127 660	2,66
Contribuição Definida	2 788	3 145	-11,35
Benefício Definido	128 267	124 515	3,01
1.2. Benefício a Conceder	124 880	113 577	9,95
Contribuição Definida	124 880	113 577	9,95
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	52 958	47 554	11,36
Saldo de Contas - parcela participantes	71 922	66 023	8,93
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(2 056)	(2 131)	-3,52
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	(2 056)	(2 131)	-3,52
(-) Assistidos	(2 056)	(2 131)	-3,52
2. Equilíbrio Técnico	(14 189)	(16 829)	-15,69
2.1. Resultados Realizados	(14 189)	(16 829)	-15,69
(-) Déficit Técnico Acumulado	(14 189)	(16 829)	-15,69
3. Fundos	499	395	26,33
3.1. Fundos Previdenciais	116	24	383,33
3.2. Fundos p/Garantia Operações c/Participantes - Gestão Previdencial	383	371	3,23
4. Exigível Operacional	472	336	40,48
4.1. Gestão Previdencial	363	247	46,96
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	109	89	22,47
5. Exigível Contingencial	269	269	0,00
5.1. Gestão Previdencial	269	269	0,00

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacconi Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DPT do Plano Geral Saldado – PGS - CNPJ: 2008004783

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT_PB
Plano Geral Saldado - PGS
CNPB: 2008004783
CNPJ: 48.307.421/0001-96
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	ATUAL	ANTERIOR	(%)
	31/12/2023	31/12/2022	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	279 787	274 304	2,00
1. Provisões Matemáticas	315 732	318 832	-0,97
1.1. Benefícios Concedidos	328 991	331 004	-0,61
Benefício Definido	328 991	331 004	-0,61
1.2. Benefício a Conceder	27 885	29 151	-4,34
Benefício Definido	27 885	29 151	-4,34
1.3.(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(41 144)	(41 323)	-0,43
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	(41 144)	(41 323)	-0,43
(-) Assistidos	(41 144)	(41 323)	-0,43
2. Equilíbrio Técnico	(36 824)	(45 307)	-18,72
2.1. Resultados Realizados	(36 824)	(45 307)	-18,72
(-) Déficit Técnico Acumulado	(36 824)	(45 307)	-18,72
3. Fundos	151	156	-3,21
3.2. Fundos p/ Garantia Operações com Participantes- Gestão Previdencial	151	156	-3,21
4. Exigível Operacional	501	396	26,52
4.1. Gestão Previdencial	312	303	2,97
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	189	93	103,23
5. Exigível Contingencial	227	227	0,00
5.1. Gestão Previdencial	227	227	0,00

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DPT do Plano de Benefícios Prever - CNPB: 2016.0006-19

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT_PB
Plano de Benefícios Prever
CNPB: 2016000619
CNPJ: 48.307.620/0001-02
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2023	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2022	VARIÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	183 237	160 692	14,03
1. Provisões Matemáticas	182 957	160 383	14,08
1.1. Benefícios Concedidos	21 292	20 695	2,88
Contribuição Definida	21 292	20 695	2,88
1.2. Benefício a Conceder	161 665	139 688	15,73
Contribuição Definida	161 665	139 688	15,73
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	39 694	31 138	27,48
Saldo de Contas - parcela participantes	121 971	108 550	12,36
3. Fundos	50	75	-33,33
3.2. Fundos p/Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	50	75	-33,33
4. Exigível Operacional	230	234	-1,71
4.1. Gestão Previdencial	161	184	-12,50
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	69	50	38,00

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

6) DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA) CONSOLIDADA

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA)

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA

CNPJ: 87.752.200/0001-89

CONSOLIDADA - Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2023	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2022	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2 498	4 267	-41,46
1. Custeio da Gestão Administrativa	3 713	3 202	15,96
1.1. Receitas	3 713	3 202	15,96
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1 983	1 643	20,69
Custeio Administrativo dos Investimentos	1 663	1 520	9,41
Taxa de Administração de Empréstimos	6	5	20,00
Receitas Diretas	26	30	-13,33
Outras Receitas	-	4	-100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	35	-	-
2. Despesas Administrativas	(3 401)	(3 379)	0,65
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(3 401)	(3 379)	0,65
Pessoal e Encargos	(1 916)	(1 805)	6,15
Treinamentos/Congressos e Seminários	(19)	(17)	11,76
Viagens e Estádias	(24)	(8)	200,00
Serviços de Terceiros	(1 155)	(1 264)	-8,62
Despesas Gerais	(214)	(214)	0,00
Depreciações e Amortizações	(9)	(12)	-25,00
Tributos	(60)	(59)	1,69
Outras Despesas	(4)	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	(1 585)	-100,00
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(7)	-100,00
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-4-5)	312	(1 769)	-117,64
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	312	(1 769)	-117,64
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	2 810	2 498	12,49

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

NOTAS EXPLICATIVAS



As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras, contendo informações que visam esclarecer os critérios contábeis utilizados pela Entidade, bem como os registros realizados evidenciados nas Demonstrações.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul – FAPERS, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, com sede na Rua Marcílio Dias nº 1073, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, constituída pelo Patrocinador Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com autorização de funcionamento concedida em 24 de março de 1981, através da Portaria MPAS nº 2.463, e início efetivo de suas atividades em maio de 1981.

A FAPERS tem como missão administrar os planos de previdência complementar, agregando valor à política de gestão de pessoas dos patrocinadores, contribuindo para a segurança e a qualidade de vida dos participantes.

Os recursos de que a Entidade dispõe para seu funcionamento são provenientes das contribuições dos patrocinadores e de seus participantes, e pelos rendimentos obtidos

nas aplicações desses recursos.

Os recursos dos planos de benefícios e da gestão administrativa são aplicados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, com segregação real e individualizada dos investimentos, conforme documentação do custodiante Banco Safra S/A.

A Fundação é regulamentada pela Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, e pela Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 para fins de paridade contributiva, bem como pelas resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelas normas do órgão fiscalizador PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Com relação à gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas, segue também as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

NOTA 2 – PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Fundação administra quatro planos de benefícios, tendo como Patrocinadores a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, e a própria Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, patrocinando os seus empregados.

A FAPERS, quando de sua constituição, implantou o Plano de Benefício I - PBD-I.

Em fevereiro de 2001, por ocasião da reforma de seu Estatuto, instituiu um novo plano de benefícios, inicialmente chamado de Plano Previdenciário Misto, que em 06 de abril de 2006, passou a denominar-se Plano de Benefícios II – Plano Misto.

Em dezembro de 2008, foi autorizada a aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado - PGS, originado da cisão do Plano Misto e da opção dos participantes do PBD-I, vinculados a FAPERS em 31 de dezembro de 2000.

Em junho de 2016, a Fundação implantou o Plano de Benefícios Prever, a partir da aprovação do processo de migração voluntária de participantes e assistidos do Plano Misto.

O Prever é o plano de benefícios da FAPERS que está aberto para o ingresso de novos participantes, sendo que os demais estão fechados para novas adesões.

A identificação dos planos de benefícios está demonstrada no quadro de nº 01:

Quadro 01 – Identificação dos planos de benefícios

PLANO	CNPB	CNPJ	MODALIDADE
Plano de Benefício I - PBD-I	1981000747	48.306.637/0001-37	Benefício Definido - BD
Plano de Benefícios II - Plano Misto	2000008038	48.307.126/0001-30	Contribuição Variável - CV
Plano Geral Saldado - PGS	2008004783	48.307.421/0001-96	Benefício Definido - BD
Plano de Benefícios Prever	2016000619	48.307.620/0001-02	Contribuição Definida - CD

Fonte: Núcleo de Contabilidade

A composição populacional dos planos de benefícios, em 31 de dezembro de 2023, está descrita no quadro de nº 02, totalizando 2.701 participantes.

Quadro 02 – População dos planos de benefícios

Descrição	PBD-I		Plano Misto		PGS		Prever		Total
	Quantidade	Idade média	Quantidade	Idade média	Quantidade	Idade média	Quantidade	Idade média	
Ativos	-	-	541	52,75	62	60,11	880	47,60	1.483
Assistidos	13	77,92	445	69,83	513	70,87	78	66,14	1.049
Pensionistas	1	80,00	69	64,47	90	70,81	9	46,88	169
Total	14		1.055		655		967		2.701

Fonte: Site FAPERS

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, bem como as Notas Explicativas, foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil, em atendimento às exigências do CNPC e da PREVIC, e, quando aplicável, às normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, sendo apresentadas em milhares de reais e compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada – DPGA, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (facultativa) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT. Foram consideradas as seguintes normas do âmbito da Previdência Complementar Fechada:

- Instrução PREVIC de nº 31 de 20 de agosto de 2020;
- Resolução PREVIC de nº 18, de 22 de dezembro de 2022;
- Resolução PREVIC de nº 21, de 21 de março de 2023;
- Resolução PREVIC de nº 23, de 14 de agosto de 2023;
- Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021;
- Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que regulamenta o segmento de EFPC e aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001.

A FAPERS declara que todas as informações relevantes, e somente as relevantes, estão sendo divulgadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis pela Diretoria da FAPERS ocorreu em 28/02/2024.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela FAPERS, com base na legislação vigente citada na Nota 3 e em conformidade com a Política Contábil da Fundação, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 17 de novembro de 2022 conforme Deliberação nº 017/2022, foram as seguintes:

- Os Balancetes são emitidos por plano de benefícios, com a finalidade de dar maior transparência

na apuração dos resultados dos mesmos, além de manter a independência do patrimônio das diferentes gestões e planos administrados pela Entidade;

- os resultados são apurados pelo regime de competência, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada gestão e plano;
- o Realizável da Gestão Previdencial representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente no exercício e as escrituras referentes às Contribuições Contratadas junto ao Patrocinador ASCAR;
- o Realizável da Gestão Administrativa demonstra as Contribuições para o Custeio Previdencial e dos Investimentos a receber dos planos de benefícios, bem como as Despesas Antecipadas Realizadas;
- os Investimentos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e os montantes classificados na categoria de títulos para negociação são ajustados pelo valor de mercado, sendo de responsabilidade da Entidade a apuração deste valor, em consonância com as normas determinadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (Nota 5);
- quando aplicável, as ações adquiridas são registradas pelo custo de aquisição, reconhecidos os custos de transação, como

corretagens e outras taxas incidentes, e avaliadas pelo valor de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, já as ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores, ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o que for menor, sendo as vendas de ações no mercado a vista registradas pelo valor líquido;

- os montantes relativos aos Fundos de Investimentos são representados pelo valor de suas cotas, na data da última cotação de cada mês de competência;
- os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas conforme determinado na legislação vigente (Nota 5.4);
- as Operações com Participantes correspondentes à empréstimos simples, em seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência; (Nota 5.5);
- foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa – PCLD para Contribuições e Empréstimos dos planos de benefícios, seguindo os critérios definidos na legislação específica, conforme demonstrado no quadro de nº 03;

Quadro 03 - Prazos e percentuais aplicados na Constituição de PCLD

Atraso entre	% aplicado s/os valores dos créditos vencidos e vincendos
31 e 60 dias	1%
61 e 90 dias	5%
91 e 120 dias	10%
121 e 180 dias	25%
181 e 240 dias	50%
241 e 360 dias	75%
Superior a 360 dias	100%

• os bens que constituem o Imobilizado e o Intangível são registrados pelo custo de aquisição e depreciados ou amortizados mensalmente, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme determina a Seção V da Resolução PREVIC de nº 23, de 14 de agosto de 2023. O quadro de nº 04, demonstra os valores referentes ao Ativo Imobilizado e Intangível da FAPERS, em 31 de dezembro de 2023, em comparação a 31 de dezembro de 2022.

Quadro 04 - Ativo Imobilizado e Intangível

R\$ Mil

Descrição	Taxas de Depreciação / Amortização	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor residual
Total				30			37
Imobilizado		233	-217	16	231	-209	22
Móveis e Utensílios	10%a.a.	62	-59	3	63	-58	5
Máquinas e Equipamentos	10%a.a.	49	-48	1	49	-48	1
Computadores e Periféricos	20%a.a.	122	-110	12	119	-103	16
Intangível		97	-83	14	98	-83	15
Softwares	20%a.a.	85	-83	2	86	-83	3
Direito de Uso de Telefone		8	0	8	8	0	8
Marcas e Patentes		4	0	4	4	0	4

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 5 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Os investimentos são realizados conforme os objetivos definidos no planejamento estratégico da FAPERS, entre eles de garantir a rentabilidade dos investimentos, compatível com a meta dos planos de benefícios e da gestão administrativa. Os investimentos seguem os respectivos orçamentos de riscos, obedecendo os limites dispostos na legislação vigente e na Política de Investimentos.

O quadro de nº 05 apresenta a composição dos Investimentos de forma consolidada, em consonância com os saldos do Balanço Patrimonial de 2023, e em comparação a 2022.

Quadro 05 - Posição Consolidada dos Investimentos

R\$ Mil

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Varição %
Investimentos	652.804	604.756	8%
Títulos Públicos	408.388	393.440	4%
Títulos Públicos Federais	408.388	393.440	4%
Ativo Financeiro de Crédito Privado	50.435	60.441	-17%
Instituições Financeiras	45.557	50.704	-10%
Debêntures Companhias Abertas	4.878	9.737	-50%
Fundos de Investimentos	181.781	139.737	30%
Renda fixa	91.785	44.482	106%
FIDC	3.250	0	-
Ações	48.663	65.663	-26%
Multimercado	30.045	12.994	131%
Multimercado Estruturado	8.038	16.598	-52%
Investimentos em Imóveis	7.280	7.161	2%
Aluguéis e Renda	7.280	7.161	2%
Operações com Participantes	4.726	3.788	25%
Depósitos Judiciais/Recursais	81	81	0%
Recursos a Receber - Precatórios	113	108	5%

Fonte: Núcleos de Contabilidade e de Investimentos

O quadro de nº 06 demonstra a composição dos Investimentos dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, em conformidade com os saldos das Demonstrações do Ativo Líquido do exercício de 2023.

Quadro 06 - Posição dos Investimentos por Planos

R\$ Mil

Descrição	Saldos em 31/12/2023				
	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA
Investimentos	12.920	239.846	215.610	181.795	2.633
Títulos Públicos	9.218	166.368	158.771	73.832	199
Títulos Públicos Federais	9.218	166.368	158.771	73.832	199
Ativo Financeiro de Crédito Privado	1.132	10.436	11.385	27.449	33
Instituições Financeiras	423	9.191	10.522	25.421	0
Debêntures Companhias Abertas	709	1.245	863	2.028	33
Fundos de Investimentos	2.348	59.800	40.158	77.074	2.401
Renda fixa	1.378	28.782	18.620	40.908	2.097
FIDC	0	1.083	0	2.167	0
Ações	88	20.231	10.972	17.284	88
Multimercado	868	7.447	8.626	12.941	163
Multimercado Estruturado	14	2.257	1.940	3.774	53
Investimentos em Imóveis	215	1.524	4.758	783	0
Aluguéis e Renda	215	1.524	4.758	783	0
Operações com Participantes	0	1.637	432	2.657	0
Depósitos Judiciais/Recursais	0	81	0	0	0
Recursos a Receber - Precatórios	7	0	106	0	0

Fonte: Núcleos de Contabilidade e de Investimentos

Os Núcleos da FAPERS mantêm o permanente acompanhamento de novos regramentos emitidos pelos Órgãos Reguladores.

5.1 – CRITÉRIOS PARA REGISTRO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento à Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

- Títulos para Negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado; e
- Títulos Mantidos até o Vencimento - quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os referidos títulos até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

O quadro de nº 07 demonstra a classificação dos títulos dos planos de benefícios da FAPERS, em 31 de dezembro de 2023.



Quadro 07 - Classificação dos Investimentos

R\$ Mil

Descrição	Categoria	Natureza	Custo de Aquisição	Montante em 31/12/2023	Faixas de Vencimentos
TÍTULOS PÚBLICOS			280.188	408.388	
LTN	Títulos para Negociação (a mercado)	i	1.999	2.532	1
NTN-B	Títulos para Negociação (a mercado)	i	65.394	69.809	228
NTN-B	Títulos para Negociação (a mercado)	i	6.495	6.893	201
NTN-B	Títulos para Negociação (a mercado)	i	998	1.104	4.153
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	18.158	30.624	228
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	20.510	28.585	958
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	11.359	15.298	1.689
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	37.536	63.345	2.419
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	40.076	63.900	4.153
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	20.106	33.543	6.072
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	25.836	40.463	7.806
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	25.156	42.094	9.724
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	6.565	10.198	11.458
ATIVO FINANCEIRO DE CRÉDITO PRIVADO			45.021	50.435	
Instituições Financeiras			36.436	45.557	
CDB					
Banco XP S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	i	3.000	3.131	208
Banco Safra S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	i	2.400	2.559	159
LF/LFSN					
Banco Safra S/A	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	10.100	14.255	1.614
Banco Safra S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	i	5.000	6.479	1.697
Banco Safra S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	i	2.000	2.461	1.905
Banco Safra S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	i	5.000	6.417	2.787
Banco Bradesco S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	i	3636	4.187	28
Banco XP S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	i	300	347	196
Banco XP S/A	Títulos para Negociação (a mercado)	i	5.000	5.721	225
Companhias Abertas			8.585	4.878	
Debênture Simples-Vale	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	0	499	5.864
Debênture Simples- Localiza Rent a Car	Títulos para Negociação (a mercado)	i	3.585	3.849	2.631
Debênture Incentivada - B2W Cia Digital	Títulos para Negociação (a mercado)	i	5.000	530	2.541
FUNDOS DE INVESTIMENTO				181.781	
Renda Fixa				95.035	
ASA FICFIDC 90	Títulos para Negociação (a mercado)	i		3.251	
SAFRA EXTRA BANCOS	Títulos para Negociação (a mercado)	i		18.523	
SAFRA CAPITAL MARKET	Títulos para Negociação (a mercado)	i		19.880	
SULAMERICA EXCELENCE FIRF CP	Títulos para Negociação (a mercado)	i		20.772	
SULAMERICA RF ATIVO LP	Títulos para Negociação (a mercado)	i		20.153	
VINCI FIRF IMOB CPII	Títulos para Negociação (a mercado)	i		12.456	
Ações				48.663	
Vinci FAPERS FIA	Títulos para Negociação (a mercado)	i		48.663	
Multimercado				30.045	
STARKE FICFIMCP	Títulos para Negociação (a mercado)	i		18.266	
VINCI VALOREM	Títulos para Negociação (a mercado)	i		11.779	
Multimercado Estruturado				8.038	
ASA HEDGE FIC FIM	Títulos para Negociação (a mercado)	i		5.301	
SULA ALOCACAO FICMCP	Títulos para Negociação (a mercado)	i		2.737	

Fonte: Núcleo de Investimentos

5.2 – PROVISÕES PARA PERDAS NOS INVESTIMENTOS

5.2.1 – PROVISÃO PARA PERDA DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Decretada em 12 de novembro de 2004 a intervenção pelo BACEN no Banco Santos S/A., emissor de Certificados de Depósitos Bancários – CDB's nos quais a FAPERS possuía aplicações na época e, devido a posterior sentença da falência, a Fundação registrou a provisão para perda destes CDB's.

Desde então, foram deferidos pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Estado de São Paulo, os pagamentos de 8 parcelas aos credores da Massa Falida Banco Santos, sendo o último realizado em 20 de abril de 2023, conforme demonstra-se no quadro de nº 08.

A Fundação mantém o registro do valor total do ativo CDB's em provisão para perda, de R\$ 107 Mil, em 31 de dezembro de 2023.

Plano	Saldo em 31/12/2022	8ª parcela recebida em 20/04/2023	Saldo em 31/12/2023
PBD-I			
CDB - Valor a Receber	5		3
(-) CDB - Provisão Para Perda	-5	2	-3
Plano Misto			
CDB - Valor a Receber	40		22
(-) CDB - Provisão Para Perda	-40	18	-22
PGS			
CDB - Valor a Receber	125		70
(-) CDB - Provisão Para Perda	-125	55	-70
PREVER			
CDB - Valor a Receber	21		12
(-) CDB - Provisão Para Perda	-21	9	-12
Consolidado			
CDB - Valor a Receber	191		107
(-) CDB - Provisão Para Perda	-191	84	-107

Fonte: Núcleos de Contabilidade e de Investimentos

5.3 – INVESTIMENTOS AMERICANAS S/A

“A crise do conglomerado Americanas veio à tona no dia 11 de janeiro de 2023, com a divulgação de um rombo bilionário que resultou num pedido, aceito, de recuperação judicial no valor de R\$ 43 bilhões. Com o objetivo de trazer clareza e transparência, a FAPERS informou aos seus participantes e assistidos, em 24 de janeiro de 2023, que fez aquisição de debêntures da empresa B2W Digital em maio/2021, a qual foi incorporada posteriormente por sua controladora Americanas S/A, atendendo a estratégia de diversificação do portfólio de ativos, com investimento em papéis de empresas privadas com rating máximo (AAA). Na oportunidade, foram investidos R\$ 5 milhões distribuídos nos planos PGA (6,1%), PBD-I (12,3%) e PREVER (81,6%), com remuneração de IPCA + 6,957% a.a. e pagamentos de juros semestrais. Em termos de renda variável a exposição da Fundação estava restrita a valores reduzidos em um dos fundos que

compõe o Fundo Exclusivo da FAPERS. Com a decretação da recuperação judicial pela justiça federal, os valores que constam nos balancetes foram reduzidos, valendo apenas 10,6% do valor de face. Esse valor em 31 de dezembro de 2023, conforme posição do banco custodiante perfaz um montante de R\$ 530 mil. Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, há a possibilidade de recuperar uma parte maior do valor aplicado, sendo que para isso a Fapers terá que receber ações da Companhia, e também debentures que vão ser lançadas para este fim. A Diretoria da Fapers está em contato com a Abrapp e Previc visando assegurar a legalidade de sua opção e segue acompanhando atentamente a apuração dos fatos e avaliará oportunamente as medidas administrativas e judiciais eventualmente cabíveis.” - Fonte Núcleo de Investimentos da FAPERS.

5.4 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os Investimentos Imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou de construção e ajustados por reavaliações periódicas, sendo as depreciações calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de reavaliações, quando a reavaliação não for anual.

Até 31 de dezembro de 2020, as reavaliações dos Imóveis da FAPERS foram realizadas a cada três anos, em atendimento a Instrução

Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, que revogou a anterior, determinou que a partir do exercício de 2021 os imóveis deverão ser reavaliados a cada ano e, conseqüentemente, não havendo o impacto da depreciação.

O quadro de nº 09 demonstra as reavaliações dos investimentos imobiliários da FAPERS, registradas em outubro de 2023.

Quadro 09 - Resumo das últimas avaliações dos Investimentos Imobiliários

R\$ Mil

Imóvel	Classificação	Conta Contábil relacionada	Avaliador responsável	Número e data do laudo	R\$ até a data da reavaliação	R\$ da reavaliação	Resultado da reavaliação
Shopping Lindóia	Renda de Participações	1.02.03.07.04.04	CP2 Engenharia Diag.e Aval.	ART nº 12850756 DE 27/10/2023	5.404	5.520	116
Casa Marcílio Dias	Renda de Uso Próprio	1.02.03.07.04.01	CP2 Engenharia Diag.e Aval.	ART nº 12847274 DE 25/10/2023	1.748	1.750	2

Fonte: Núcleos de Contabilidade e de Investimentos

5.5 – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

A concessão de empréstimo pessoal é disponibilizada aos participantes dos Planos de Benefícios da Entidade, cujas regras e critérios estão descritas em regulamento próprio.

Os Empréstimos, que compõe a carteira de investimentos da FAPERS no segmento de Operações com Participantes, correspondem a empréstimos simples, e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de

cada mês de competência, sendo que os procedimentos e os limites estabelecidos para gestão dos mesmos encontram-se descritos nas políticas de investimentos de cada plano de benefícios.

No quadro de nº 10 apresenta-se a comparação dos valores consolidados referentes a Operações com Participantes em 31 de dezembro de 2023, em relação aos mesmos em 31 de dezembro de 2022.

Quadro 10 - Posição Consolidada das Operações com Participantes

Descrição	R\$ Mil		
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	%
Principal de Empréstimos	4.567	3.649	25,16%
Empréstimos a Receber	2.254	1.945	15,89%
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-2.095	-1.806	16,00%
Total	4.726	3.788	24,76%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD - das Operações com Participantes, referentes aos empréstimos dos planos de benefícios, segue os critérios definidos na Instrução PREVIC n.º 31, de 20 de agosto de 2020, apresentados no quadro nº 03 da Nota 4.

5.6 – DEPÓSITOS JUDICIAIS DOS INVESTIMENTOS

Em 2023 não houve alteração contabilizada referente ao depósito judicial dos investimentos existente no Plano Misto, originário de um empréstimo, permanecendo o saldo contábil de R\$ 81 mil na conta contábil 1.02.03.09.01.01, em 31 de dezembro de 2023.

5.7 – RECURSOS A RECEBER/PRECATÓRIOS

Em 1986, a FAPERS aderiu à uma ação ordinária ajuizada pela Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES e contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

A referida ação pleiteava a atualização dos investimentos compulsórios aplicados nas OFNDs – Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento, títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986 e da Resolução nº 1, de 09/04/1987, pelo IPC – Índice de Preços ao Consumidor, ao invés do BTN – Bônus do Tesouro Nacional, de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Reunidas em Assembleia Geral Extraordinária, em 23 de novembro de 2021, as EFPCs aprovaram o prosseguimento da negociação de acordo com a Procuradoria Regional da União, visando a resolução do litígio judicial, acatando as premissas básicas para a celebração do acordo pelas entidades, incluindo-se a FAPERS, conforme a deliberação registrada e o Termo de Adesão à Proposta de Acordo OFNDs.

O acordo judicial foi assinado e homologado, sendo os precatórios provenientes emitidos em 01

de abril de 2022.

Conforme teor do Ofício Circular nº 19/2022/PREVIC de 17/10/2022, a FAPERS foi autorizada a realizar a efetivação dos registros contábeis do precatório emitido em seu favor, no valor de face de R\$ 103 mil, o qual foi estabelecido como valor justo e contabilizado em 30 de setembro de 2022, tendo como base um parecer emitido por consultor externo contratado pela FAPERS, datado de 19 de outubro de 2022.

O quadro nº 11 demonstra o valor atualizado do precatório a receber em 31 de dezembro de 2023, devidamente corrigido pelo IPCA- E - Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial, conforme determinado no precatório, e segregado entre o PBD-I e o PGS, planos de benefícios existentes na data da aplicação nas OFNDs.

Quadro 11 – Precatórios a Receber

R\$ Mil

Plano de benefícios	Segregação Real %	Precatório OFND Data Base 01/12/21	Atualização IPCA-E de dez/21 a dez/22	Saldo Precatório em 31/12/2022	Atualização IPCA-E de jan/23 a dez/23	Saldo Precatório em 31/12/2023
PBD-I	5,76%	6	-	6	1	7
PGS	94,24%	97	5	102	4	106
Total	100%	103	5	108	5	113

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O Relatório Circunstanciado nº 003/2022, emitido pelo Núcleo de Contabilidade da FAPERS, em 19 de outubro de 2022, apresenta o detalhamento do referido processo, bem como os documentos que fundamentaram os referidos registros.

A FAPERS manterá a correção mensal dos valores do precatório a receber nos planos de benefícios PBD-I e PGS, até a efetivação do recebimento dos valores, prevista para o decorrer de 2024.

NOTA 6 – OPERAÇÕES CONTRATADAS

Em 24 de abril de 2013, escrituras de Confissão de Dívidas foram pactuadas e assinadas entre a Fundação e o Patrocinador ASCAR e o BANRISUL como interveniente.

O montante das Operações Contratadas entre FAPERS e ASCAR foi segregado em dois contratos e registrado no Ativo de cada plano de benefícios, como recursos a receber: um contendo a dívida financeira (Contribuições em Atraso Contratadas) e outro com a dívida atuarial (Déficit Técnico Contratado), em função da origem das dívidas.

Em 18 de novembro de 2021, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou a repactuação dos encargos das escrituras públicas de confissão de dívida do PBD-I e das dívidas financeira e atuarial do PGS, através da deliberação nº 014/2021 referente à Ata nº 347/2021. Em 29 de novembro de 2021 a Diretoria Executiva da FAPERS firmou as Escrituras Públicas de Retificação e Ratificação das dívidas dos referidos planos junto ao Patrocinador ASCAR.

No quadro de nº 12 apresenta-se o resumo das Operações Contratadas do Patrocinador Ascar, conforme Balancete Consolidado da Fundação, em 31 de dezembro de 2023, em comparação a 31 de dezembro do 2022.

Quadro 12 - Consolidado - Contribuições contratadas

em R\$ Mil

Grupo de Conta Contábil 1.02.01.01.04 do Ativo / Gestão Previdencial	31/12/2023	31/12/2022	%
Total Operações Contratadas	65.618	67.809	-3,23%
Contribuições em atraso contratadas	23.142	23.951	-3,38%
Escrituras nº 22807 e 38894- PBD-I	1.486	1.543	-3,69%
Escrituras nº 22808 e 38895 - PGS	21.656	22.408	-3,36%
Déficit técnico contratado	42.476	43.858	-3,15%
Escrituras nº 22806 e 38892 - PGS	42.476	43.858	-3,15%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

O montante das dívidas escrituradas que competem aos assistidos é descontado mensalmente em folha de benefícios, como contribuições extraordinárias, e o saldo acumulado por plano de benefícios é registrado em Provisões Matemáticas a Constituir.

O quadro de nº 13 apresenta um resumo dos Déficits Técnicos Contratados junto aos assistidos, valores de 31 de dezembro de 2023, comparados aos de 31 de dezembro do 2022, conforme Balancete Consolidado da FAPERS.

Quadro 13 - Consolidado - Déficits Técnicos contratados

em R\$ Mil

Grupo Conta Contábil 2.03.01.01.03. do Passivo / Provisões Matemáticas	31/12/2023	31/12/2022	%
Total Déficits Técnicos contratados	43.200	43.454	-0,58%
Déficit Equacionado Assistidos Plano Misto	2.056	2.131	-3,52%
Déficit Equacionado Assistidos PGS	41.144	41.323	-0,43%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

6.1. - DÍVIDA FINANCEIRA - CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO CONTRATADAS

6.1.1. - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do PBD-I de nº 22.807, registrada no Livro nº 125 e folhas nº 83 e 84 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a Fundação passou a ser de R\$ 1.253 mil, na data base de 31 de janeiro de 2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura. Em 29 de novembro de 2021, FAPERS e ASCAR firmaram a Escritura Pública de Retificação e Ratificação da dívida de nº 38.894 do PBD-I, registrada no Livro nº 228 e folhas nº 005 e 006 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, pactuando que para o cálculo do valor das prestações será tomado por base o sistema Tabela Price, e a taxa de juros a ser calculada sobre o saldo das parcelas vincendas, contadas a partir da parcela de competência de 30 de novembro de 2021, serão de 3,74%a.a.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, sendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034, e devidamente corrigidas pelo INPC + 3,74% de juros ao ano, a partir de novembro de 2021.

Em 2023, as parcelas contratadas foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R\$ 170 mil.

O valor atualizado da referida dívida, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 1.486 mil, registrados na conta contábil de nº 1.02.01.01.04.01.01.01, conforme verifica-se no quadro de nº 14.

Quadro 14 - Contribuições em atraso contratadas Escrituras nº 22807e 38894 Patrocinador ASCAR e PBD-I

Conta Contábil 1.02.01.01.04.01.01.01	31/12/2023	31/12/2022	%
Total em R\$ Mil	1.486	.543	-3,69%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

6.1.2 - PLANO GERAL SALDADO – PGS

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado de nº 22.808, registrada no Livro nº 125 e folhas nº 85 e 86 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a Fundação passou a ser de R\$ 18.537 mil, na data base de 31 de janeiro de 2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura. Em 29 de novembro de 2021, FAPERS e ASCAR firmaram a Escritura Pública de Retificação e Ratificação da dívida de nº 38.895 do PGS, registrada no Livro nº 228 e folhas nº 007 e 008 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, pactuando que para o cálculo do valor das prestações será tomado por base o sistema Tabela Price, e a taxa de juros a ser calculada sobre o saldo das parcelas vincendas, contadas a partir da parcela de competência de 30 de novembro de 2021, serão de 5,08%a.a.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034, e devidamente corrigidas pelo INPC + 5,08% de juros ao ano, a partir de novembro de 2021.

Em 2023, as parcelas contratadas foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R\$ 2.689 mil.

O valor atualizado da dívida, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 21.656 mil, registrados na conta contábil de nº 1.02.01.01.04.01.01.02, como demonstra-se no quadro nº 15.

Quadro 15 - Contribuições em atraso contratadas Escrituras nº 22808 e 38895 - Patrocinador ASCAR e PGS

Conta Contábil 1.02.01.01.04.01.01.02	31/12/2023	31/12/2022	%
Total em R\$ Mil	21.656	22.408	-3,36%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

6.2 - DÍVIDA ATUARIAL - DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO

6.2.1 – PLANO GERAL SALDADO – PGS

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida e outras avenças do Plano Geral Saldado, de n.º 22.806, registrada no Livro n.º 125 e folhas n.º 81 e 82 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, data base de 31 de janeiro de 2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, a dívida atuarial total com a Fundação era de R\$ 70.732 mil, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com a Lei Complementar n.º 108/2001, entre Patrocinador ASCAR, participantes e assistidos, conforme Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23 de julho de 2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02 de outubro de 2012. Em 29 de novembro de 2021, FAPERS e ASCAR firmaram a Escritura Pública de Retificação e Ratificação da dívida de n.º 38.892 do PGS, registrada no Livro n.º 228 e folhas n.º 002 e 003 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, pactuando que para o cálculo

do valor das prestações será tomado por base o sistema Tabela Price, e a taxa de juros a ser calculada sobre o saldo das parcelas vincendas, contadas a partir da parcela de competência de 30 de novembro de 2021, serão de 5,08%a.a.

O montante principal de R\$ 35.366 mil que compete ao Patrocinador ASCAR foi registrado em 24 de abril de 2013. A dívida do Patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034, e devidamente corrigidas pelo INPC + 5,08% de juros ao ano, a partir de novembro de 2021.

O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 42.476 mil, registrados na conta contábil de n.º 1.02.01.01.04.03.02.01.01, conforme demonstrado no quadro n.º 16, sendo as parcelas contratadas para este ano recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R\$ 5.176 mil.

Quadro 16 - Déficit Técnico contratado Escrituras n.º 22806 e 38892- Patrocinador ASCAR e PGS

Conta Contábil 1.02.01.01.04.03.02.01.01	31/12/2023	31/12/2022	%
Total em R\$ Mil	42.476	43.858	-3,15%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

Os outros R\$ 35.366 mil citados na escritura como dívida dos participantes, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, foram pactuados como segue:

- Participantes Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R\$ 2.518 mil;
- Participantes Elegíveis – São os participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo, sendo que pagarão contribuições no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual, a partir da inclusão dos mesmos em benefício, quando passarão à assistidos; e
- Assistidos – Pagarão contribuições extraordinárias mensalmente descontadas em folha de benefícios, no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício,

inclusive o abono anual. Em 2023, as parcelas foram devidamente descontadas nas folhas de benefícios do corrente ano, sendo dos assistidos da ASCAR o total de R\$ 5.775 mil, e dos assistidos da FAPERS valor total de R\$ 5 mil.

No encerramento do ano de 2021, o PGS apresentou um déficit excedente ao limite tolerável pela legislação no total de R\$ 1.033 mil, sendo que o mínimo que pode ser objeto de equacionamento é o correspondente a 1% do total das Provisões Matemáticas do plano (R\$ 302.805 mil em 31 de dezembro de 2021).

Atendendo à legislação, foi elaborado o Plano de Equacionamento do Déficit pela empresa Método Atuarial Ltda., analisado e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, e que apontou a necessidade de fazer o equacionamento no valor de R\$ 3.028 mil, sendo que 50% de responsabilidade dos Patrocinadores ASCAR e FAPERS, e os restantes 50% são de responsabilidade dos Participantes, Assistidos e Pensionistas.

Os patrocinadores integralizaram o valor total em parcela única, no dia 25 de abril de 2023, sendo R\$ 1.571 mil do Patrocinador ASCAR e R\$ 4 mil do Patrocinador FAPERS.

A cobertura dos assistidos e pensionistas se dará mediante cobrança de Contribuição Extraordinária II, na alíquota definida de 0,63% do benefício mensal, inclusive no abono anual, e a dos participantes foi integralizada via redução do valor do benefício saldado, sendo 0,50% do valor do benefício saldado. A contribuição extraordinária II foi implementada na folha de benefícios de maio de 2023 e se estenderá ao longo dos próximos 15 anos (180 meses).

Os saldos referentes às dívidas dos assistidos são reconhecidos na conta contábil de nº 2.03.01.01.03.02.03.01, e o valor total atualizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 41.144 mil.

Quadro 17 - Déficit Técnico contratado Escritura nº 22806 - Participantes assistidos ASCAR e FAPERS do PGS

Conta Contábil 2.03.01.01.03.02.03.01	31/12/2023	31/12/2022	%
Total em R\$ Mil	41.144	41.323	-0,43%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

6.2.2 – PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

No dia 28 de junho de 2013 foi firmada entre Patrocinador ASCAR e FAPERS a Escritura Pública de Confissão de Dívida Do Plano Misto de n.º 23.091, registrada no Livro n.º 127 e folhas n.º 07 e 08 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, referente ao equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto.

Por determinação da Lei Complementar n.º 108/2001 e do Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23 de julho de 2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02 de outubro de 2012, a dívida do Plano Misto

será suportada paritariamente (50/50) entre patrocinadores e participantes e assistidos.

Para os registros contábeis da dívida do Plano Misto consideramos como fato gerador, além da Escritura e do Termo acima citados, a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto emitida pela empresa Equipe Atuarial Ltda, em 05 de julho de 2013.

A dívida do Patrocinador ASCAR junto ao Plano Misto, foi quitada em 02 de junho de 2020.

Referente à dívida dos participantes junto ao Plano Misto, valor original de R\$ 3.787 mil, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial de 05 de julho de

2013, a parte que compete aos participantes foi equalizada por meio de redução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, e o equacionamento dos assistidos se dará por contribuições extraordinárias futuras, que deverá ser saldada no prazo de 21 anos, descontadas em folha de benefícios desde agosto de 2013, tanto para participantes da ASCAR quanto da FAPERS.

Em 2023 as parcelas citadas foram devidamente descontadas nas folhas de benefícios do corrente ano, sendo da ASCAR o total de R\$ 290 mil, e da FAPERS valor total inferior a R\$ 1 mil.

Os saldos referentes às dívidas dos assistidos são reconhecidos na conta contábil de nº 2.03.01.01.03.02.03.01, e o valor atualizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 2.056 mil.

Quadro 18 - Déficit Técnico contratado Escritura nº 23091 - Participantes assistidos ASCAR e FAPERS do Plano Misto

Conta Contábil 2.03.01.01.03.02.03.01	31/12/2023	31/12/2022	%
Total em R\$ Mil	2.056	2.131	-3,52%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

NOTA 7 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Plano de Gestão Administrativa - PGA está relacionado à atividade de registro e aos controles inerentes à administração dos planos de benefícios, e possui regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, com a definição de todos os requisitos necessários para a operacionalização da referida gestão.

7.1 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Custeio Administrativo são os recursos destinados à cobertura das despesas realizadas com a administração da Entidade, conforme disposto na Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021.

As principais Fontes de Custeio Administrativo existentes, em consonância com o Artigo 6º do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, são as seguintes:

- Contribuições dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;
- Contribuições dos patrocinadores definidas no plano de custeio anual;

- Resultado dos investimentos, como também a taxa de administração de empréstimos aos participantes;

- Fundo administrativo; e

- Receitas Administrativas.

As fontes de custeio são definidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e descritas no Anexo I do Regulamento do PGA, disponível no site <https://fapers.org.br> em Planos, Plano de Gestão Administrativa, Regulamento 2023.

Para o Plano de Custeio Administrativo de 2023, referente às contribuições previdenciais dos patrocinadores, participantes e assistidos, as alíquotas foram atualizadas, sendo que para o PBD-I, não houve contribuição para a cobertura do custeio administrativo, devido ao montante acumulado de participação do referido plano junto ao Fundo Administrativo.

No quadro de nº 19 verifica-se um resumo dos percentuais de contribuições, de patrocinadores e participantes, destinadas à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios, no exercício de 2023.

Quadro 19 - Custeio Administrativo dos Planos de benefícios em 2023

Descrição	PBD-I		Plano Misto		PGS		Prever	
	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante
	% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado	
Participantes	-	-	5,99	5,99	0,83	0,83	5,00	5,00
Assistidos e Pensionistas	-	-	1,66	1,66	0,83	0,83	1,05	1,05

Fonte: Plano de Custeio Administrativo

No quadro de nº 20 demonstram-se os valores das fontes de custeio, destinadas à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios, no exercício de 2023.

Quadro 20 - Fontes de Custeio Administrativo dos Planos de benefícios em 2023

Descrição	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	R\$ Mil
					PGA
Contribuição Patrocinadores e Participantes	-	768	504	681	1 953
Contribuições sem direito a resgate	-	-	-	30	30
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	627	598	438	1 663
Taxa de Administração de Empréstimos	-	2	4	-	6
Receitas Diretas	-	10	9	7	26
Outras Receitas	-	0	0	0	0
Total Receitas	0	1 407	1 115	1 156	3 678

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No exercício de 2023, realizou-se a transferência de R\$ 30 mil do Plano de Benefícios Prever ao Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa, decorrentes das parcelas da Conta Individual Vinculada – CIV sem direito a resgate, conforme determina o Artigo de nº 68 do Regulamento do Plano de Benefícios Prever.

Na conta contábil Receitas Diretas do Plano de Gestão Administrativa, registrou-se o total de R\$ 26 mil, oriundos de contratos de parcerias e patrocínios firmados entre a Entidade e empresas da área de gestão de recursos de títulos e valores mobiliários.

De acordo com os artigos 5º e 10 da Resolução CNPC nº 48/2021, cabe ao Conselho Deliberativo da EFPC estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa, sendo um entre os seguintes: Taxa de Administração (percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios previdenciais no último dia do exercício de referência) ou Taxa de Carregamento (percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir). Para o ano de 2023, o Conselho Deliberativo da FAPERS manteve como limite a Taxa de Administração de 1%.

7.2 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas Administrativas são os gastos realizados pela Entidade na administração de seus planos de benefícios, por meio do PGA.

A previsão de realização de despesas administrativas é apresentada anualmente pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo, por meio do Orçamento, documento onde demonstra-se a expectativa de gastos para o exercício vindouro, baseada nas despesas realizadas no ano anterior e nas mesmas já conhecidas para o período foco da análise.

Após aprovado, o orçamento é colocado em prática, e as situações de desalinhamento devem ser justificadas e apresentadas ao Conselho Deliberativo.

Em 2023 realizou-se o total de R\$ 3.401 mil de despesas administrativas, sendo 5,35% inferior ao valor total orçado para o exercício, de R\$ 3.592 mil, e 0,65% superior às despesas administrativas realizadas em 2022 de R\$ 3.379 mil, representando um acréscimo de R\$ 22 mil.

O quadro de nº 21 demonstra a estrutura principal das despesas administrativas realizadas no exercício de 2023, em comparação as mesmas de 2022.

Quadro 21 - Despesas Administrativas Realizadas

Conta Contábil		R\$ Mil		
		2023	2022	%
4.02.01	Despesas Administração dos Planos Previdenciais	3.401	3.379	0,65%
4.02.01.01	Pessoal e Encargos	1.916	1.805	6,15%
4.02.01.02	Treinamentos, Congressos e Seminários	19	17	11,76%
4.02.01.03	Viagens e Estadias	24	8	200,00%
4.02.01.04	Serviços de Terceiros	1.155	1.264	-8,62%
4.02.01.04.01	Serviços Atuariais	128	119	7,56%
4.02.01.04.03	Serviços Jurídicos	195	183	6,56%
4.02.01.04.04	Recursos Humanos	13	12	8,33%
4.02.01.04.05	Tecnologia da Informação	386	525	-26,48%
4.02.01.04.06	Gestão/Planejamento Estratégico	94	82	14,63%
4.02.01.04.07	Auditoria Contábil	39	42	-7,14%
4.02.01.04.09	Serviços e Consultorias de Investimentos	227	232	-2,16%
4.02.01.04.10	Serviços de Conservação e manutenção	73	69	5,80%
4.2.01.05	Despesas Gerais	214	214	0,00%
4.2.01.06	Depreciações e Amortizações	9	12	-25,00%
4.2.01.07	Tributos	60	59	1,69%
4.2.01.98	Outras Despesas	4	-	-

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Na conta contábil Outras Despesas (4.02.01.98), registrou-se o total de R\$ 4 mil, referente à parcela do Patrocinador FAPERS do equacionamento do déficit do PGS, realizado em 25 de abril de 2023 – Vide Nota 6.2.1.

7.2.1 – RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os critérios de rateio das despesas administrativas do PGA entre os planos de benefícios são descritos no Plano de Custeio Administrativo Anual, devidamente avaliado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

O valor total das despesas administrativas comuns é rateado por plano de benefícios, objetivando apurar o custo administrativo de cada um deles. O critério adotado em 2023 para o referido rateio foi a proporcionalidade do patrimônio dos investimentos de cada plano de benefícios, resultando nos seguintes percentuais:

- PBD-I: 2,17%;
- Plano Misto: 36,85%;
- PGS: 35,22%; e
- Prever: 25,76%.

O quadro de nº 22 demonstra as despesas administrativas realizadas em 2023 por plano de benefícios, em comparação às mesmas de 2022.

Quadro 22 - Despesas Administrativas realizadas por plano de benefícios R\$ Mil

Plano de Benefícios	2023	2022	%
PBD-I	74	74	0,00%
Plano Misto	1.255	1.238	1,37%
PGS	1.202	1.199	0,25%
Prever	870	868	0,23%
Total	3.401	3.379	0,65%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 8 – TÁBUA DE MORTALIDADE, TAXA DE JUROS ATUARIAL E DURAÇÃO DO PASSIVO (DURATION)

Anualmente, os atuários responsáveis contratados pela FAPERS emitem o Estudo Técnico de Adequação Atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, com o objetivo de atender às determinações do Capítulo III da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, e de avaliar a adequação e a aderência das taxas de juros e da tábua de mortalidade, inclusive das hipóteses de rentabilidade dos investimentos aos planos de custeio e aos fluxos futuros de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios dos planos de benefícios, junto à consultoria dos investimentos.

Os referidos estudos são apreciados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, o qual delibera pela aplicabilidade, ou não, das premissas indicadas pelos atuários.

Vale lembrar que o Plano de Benefícios Prever, por tratar-se de um plano de contribuição definida, não contempla premissas atuariais.

8.1 – TÁBUA DE MORTALIDADE

Tábua de Mortalidade é uma tabela atuarial utilizada para calcular as probabilidades de vida e morte de uma população.

A FAPERS utiliza a Tábua de mortalidade geral AT-2000 segregada por sexo para administração dos Planos Misto e PGS, e a Tábua AT-2000 segregada por sexo sendo a feminina desagravada em dez por cento para o PBD-I, conforme descrito nos Pareceres Atuariais de nº 001/2023, 002/2023 e 003/2023 emitidos pela Método Atuarial Ltda, em 24 de fevereiro de 2023.

8.2 – TAXA DE JUROS ATUARIAL

A taxa de juros atuarial representa a taxa de juros utilizada como premissa atuarial para apuração das Reservas Matemáticas dos Planos de benefícios.

A Deliberação de nº 021/2022, assinada pelo Conselho Deliberativo da FAPERS, em 20 de dezembro de 2022, autorizou as taxas de juros de 3,10% no PBD-I, de 4,83% no Plano Misto e de 4,89% no PGS, aplicáveis de dezembro de 2022 a novembro de 2023, referentes aos Pareceres Atuariais de nº 001/2023, 002/2023 e 003/2023 emitidos pela Método Atuarial Ltda, em 24 de fevereiro de 2023.

A partir de dezembro de 2023, com base no Parecer de nº 010/2023 emitido pela Método Atuarial Ltda, em 30 de agosto de 2023, referente ao Estudo Técnico de Adequação Atuarial, devidamente analisado pelo Conselho Deliberativo da FAPERS, em 12 de dezembro de 2023, conforme Deliberação de nº 017/2023, as taxas de juros aplicadas foram de 3,19% no PBD-I, de 4,95% no Plano Misto e de 5,04% no PGS.

Observa-se no quadro de nº 23 as taxas de juros atuariais praticadas de dezembro de 2022 a novembro de 2023, bem como às mesmas a partir de dezembro de 2023.

Quadro 23 - Taxas de Juros dos Planos de Benefícios

Deliberação CD nº	Aplicabilidade	PBD-I	Plano Misto	PGS
021/2021	De dezembro/2021 a novembro de 2022	3,25%	5,00%	5,11%
021/2022	De dezembro/2022 a novembro de 2023	3,10%	4,83%	4,89%
017/2023	A partir de dezembro/2023	3,19%	4,95%	5,04%

Fonte: Controladoria

Os Pareceres Atuariais de nº 001/2024, 002/2024 e 003/2024 emitidos pela Método Atuarial Ltda, em 21 de fevereiro de 2024, descrevem os impactos no Passivo dos planos na adoção das novas taxas de juros atuariais, em dezembro de 2023, que reduziram as Provisões Matemáticas do PBD-I em R\$ 88 mil, do Plano Misto em R\$ 968 mil e do PGS em R\$ 3.360 mil.

8.3 – DURAÇÃO DO PASSIVO (*DURATION*)

Duração do passivo (*Duration*) é o horizonte de tempo previsto aos fluxos de caixa de cada plano de benefícios.

Para o cálculo da *duration* dos planos, a Método Atuarial Ltda considerou como data base o mês de dezembro de 2023, bem como as determinações da Portaria DIFIS/PREVIC de nº 363, emitida em 27 de abril de 2023.

Em 19 de fevereiro de 2024, os referidos atuários emitiram os Pareceres de Avaliações Atuariais de 31 de dezembro de 2023 dos planos de benefícios, apresentando os seguintes resultados de *duration*:

- PBD-I de 8,5 anos, Parecer Atuarial nº 001/2024;
- Plano Misto de 8,87 anos, Parecer Atuarial nº 002/2024; e
- PGS de 10,22 anos, Parecer Atuarial nº 003/2024.

NOTA 9 – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

O Ajuste de Precificação, disposto na Subseção IV do Capítulo III da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação, positivo ou negativo, de cada plano de benefícios, é indicado nas Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado, conforme determinação da legislação vigente, mas ressalta-se que os ajustes de precificação não são objeto de registro contábil.

Nos quadros de nº 24 a nº 26 demonstram-se os títulos públicos federais utilizados para o cálculo do ajuste de precificação, em 31 de dezembro de 2023, para cada plano de benefícios e por faixa de vencimento, enviados a PREVIC através do sistema Venturo, conforme disposto na Portaria DIFIS/PREVIC de nº 363, emitida em 27 de abril de 2023.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS**Quadro 24 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano de Benefício I - PBD-I**

R\$ Mil

Ativo	Ano de Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2030	293	691	1.246	1.454	208
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2035	360	1.270	1.548	1.912	364
Total PBD-I		653	1.961	2.794	3.366	572

Fonte: Núcleo de Investimentos

Quadro 25 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano de Benefícios II - Plano Misto

R\$ Mil

Ativo	Ano de Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2030	6693	16.896	28.466	30.254	1.788
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2035	4888	13.396	20.791	22.449	1.658
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2040	2438	5.997	10.622	11.627	1.005
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2045	872	2.104	3.754	4.179	425
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2050	1400	3.584	6.125	6.896	771
Total Plano Misto		16.291	41.977	69.758	75.405	5.647

Fonte: Núcleo de Investimentos

Quadro 26 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano Geral Saldado - PGS

R\$ Mil

Ativo	Ano de Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2026	2.509	7.703	10.737	10.962	225
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2028	1.807	5.780	7.779	8.017	238
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2030	6.284	14.681	26.483	28.273	1.790
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2035	8.138	19.708	34.034	37.104	3.070
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2040	4.995	13.364	21.864	23.601	1.737
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2045	3.394	9.698	14.639	16.086	1.447
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2050	3.200	8.399	14.016	15.570	1.554
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2055	1.955	4.990	8.051	9.483	1.432
Total PGS		32.282	84.323	137.603	149.096	11.493

Fonte: Núcleo de Investimentos

Para o Plano Prever não há registro de ajuste de precificação, por tratar-se de plano de benefícios de contribuição definida.

NOTA 10 – APURAÇÃO DE RESULTADOS – SUPERÁVIT/ DÉFICIT TÉCNICO E EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

O resultado técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico, ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso, avaliados a partir de limites e critérios diferenciados estabelecidos pela legislação, em função da duração do passivo atuarial.

No caso de superávit o ajuste positivo não poderá ser adicionado para fins de destinação/ utilização, o mesmo é informado apenas para comparação.

Os quadros do nº 27 ao nº 29 demonstram o superávit/déficit Técnico e o equilíbrio técnico ajustado dos planos de benefícios referentes ao exercício de 2023.

Quadro 27 - Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado do PBD-I

R\$ Mil

Exercício	31/12/2023	31/12/2022	%
A) Equilíbrio Técnico - Superávit	1.431	1.397	2,43%
B)(+/-) Ajuste de Precificação	572	416	37,50%
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	2.003	1.813	10,48%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O PBD-I apresentou Superávit total de R\$ 1.431 mil, em 31 de dezembro de 2023, e encerrou o exercício de 2023 com equilíbrio técnico ajustado positivo de R\$ 2.003 mil.

Quadro 28 - Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano Misto

R\$ Mil

Exercício	31/12/2023	31/12/2022	%
A) Equilíbrio Técnico - Déficit	(14.189)	(16.829)	-15,69%
B)(+/-) Ajuste de Precificação	5.647	5.272	7,11%
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	(8.542)	(11.557)	-26,09%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O Plano Misto, em 31 de dezembro de 2023, apresentou Déficit de R\$ 14.189 mil, e encerrou o exercício de 2023 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 8.542 mil.

Quadro 29 - Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado do PGS

R\$ Mil

Exercício	31/12/2023	31/12/2022	%
A) Equilíbrio Técnico - Déficit	(36.824)	(45.307)	-18,72%
B)(+/-) Ajuste de Precificação	11.493	12.513	-8,15%
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	(25.331)	(32.794)	-22,76%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 2023, o PGS apresentou saldo final deficitário, de R\$ 36.824 mil, e encerrou o exercício de 2023 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 25.331 mil.

A ocorrência de déficits atuariais em planos de benefício do tipo BD (Benefício Definido) não é fato anormal no segmento da previdência complementar do país. As provisões matemáticas aumentam em função de premissas atuariais (tábua de mortalidade, inflação, longevidade, idade e sexo dos beneficiários dos assistidos, etc.), enquanto a rentabilidade dos ativos pode não alcançar a meta atuarial. Quando o déficit ultrapassa determinado limite estabelecido pela legislação, a entidade é obrigada a fazer o equacionamento, como uma medida necessária e preventiva para atender a todos assistidos e pensionistas no futuro.

O Balanço de 2022 da FAPERS, ainda como reflexo da pandemia nos mercados financeiros do Brasil e mundiais, apontou a necessidade de equacionar déficit no PGS de R\$ 11.925 mil, e no Plano Misto de R\$ 5.153 mil, a partir de 2024.

No entanto, tendo em vista a Resolução nº 58 do CNPC, emitida no dia 14 de novembro de 2023, esse equacionamento pode ser postergado para 2025, justamente devido à crise da economia, alta volatilidade e baixa rentabilidade das diferentes classes de ativos em 2022.

A faculdade dessa prorrogação exigiu a realização de estudos técnicos pela consultoria atuarial independente contratada, que demonstrasse os efeitos da medida nos resultados dos planos de benefícios, bem como na sua solvência e liquidez. Posteriormente o tema foi apreciado pelo Conselho Deliberativo da FAPERS em reunião extraordinária no dia 01 de dezembro de 2023, e que deliberou por unanimidade pela postergação do equacionamento de déficit relativo ao exercício de 2022.

Essa medida buscou beneficiar os assistidos e pensionistas do PGS e aqueles com benefícios vitalícios do Plano Misto, bem como ao Patrocinador ASCAR, enquanto almeja-se que os cenários econômicos proporcionem melhores expectativas de rentabilidade para os próximos períodos.

NOTA 11 – CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS

Fundos são os valores do Patrimônio Social do plano de benefícios que possuem destinação específica, sendo classificados em: Fundos Previdenciais, Fundos Administrativos e Fundos para Garantias das Operações com Participantes.

11.1 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – CONTA DE OSCILAÇÃO DE RISCO - COR

Dos planos de benefícios administrados pela FAPERS, o Plano Misto é o único que possui Fundo Previdencial, chamado de Conta de Oscilação de Riscos - COR.

No Regulamento do Plano de Benefícios II – PLANO MISTO vigente, consta no item VIII do Capítulo III: *“Conta de Oscilação de Riscos (COR): É a conta onde são creditadas as parcelas da CIV, não reversíveis aos Participantes, nos casos de desligamento do Plano, mediante opção pelo Instituto do Resgate ou Portabilidade, e dos saldos remanescentes dos Participantes e Assistidos falecidos que não possuem Beneficiários. A conta suprirá eventual insuficiência do Plano.”*

No quadro de nº 30 demonstra-se a movimentação do Fundo Previdencial realizados em 2023, em comparação aos valores de 2022.

Quadro 30 - Fundo Previdencial - Conta de Oscilação de Risco - COR

R\$ Mil

Plano Misto - conta contábil 2.03.02.01.	2023	2022	%
Saldo Inicial	24	0	-
Constituição	86	23	273,91%
Correção	6	1	500,00%
Reversão	-	-	-
Saldo final	116	24	383,33%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.2 – FUNDOS ADMINISTRATIVOS

O Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA vigente para o exercício de 2022, cita no item VIII do Capítulo II: *“Fundo Administrativo: patrimônio constituído por sobras oriundas da diferença positiva entre as contribuições administrativas e as despesas administrativas acrescido do respectivo rendimento auferido na carteira de investimentos, o qual objetiva a cobertura das despesas administrativas a serem realizadas pela Fundação na administração dos Planos de Benefícios, na forma dos seus regulamentos;”*.

Os percentuais de rateio do Fundo Administrativo entre os Planos de Benefícios, para o exercício de 2022, descritos no Plano de Custeio Administrativo 2022, estão demonstrados no quadro de nº 31.

Quadro 31 - Participação dos Planos de Benefícios no saldo do Fundo Administrativo Acumulado

Critério	Período	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Total
Pelo Patrimônio Fundo Administrativo	De janeiro a dezembro de 2023	49,62%	9,72%	14,16%	26,50%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No quadro de nº 32 verificam-se os valores de constituição e de reversão do Fundo Administrativo do PGA, bem como o saldo acumulado representado em cada plano de benefícios, em 31 de dezembro de 2023.

Quadro 32 - Resumo do Fundo Administrativo Acumulado

R\$ Mil

Conta Contábil 2.03.02.02.	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA
Saldo em 31/12/2022	1.200	244	294	760	2.498
Reversão para planos benefícios	0	0	0	0	0
Constituição Fundo. Adm. PGA	67	165	36	322	590
Reversão Fundo. Adm. PGA	-123	-10	-118	-27	-278
Saldo em 31/12/2023	1.144	399	212	1.055	2.810

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Mensalmente efetua-se o registro de ajuste contábil do Fundo Administrativo no balancete auxiliar *Plano de Ajuste*, em atendimento a Instrução Normativa PREVIC nº 31 de 20/08/2020, a fim de eliminar o efeito de duplicidade de registro decorrente do processo de consolidação dos balancetes contábeis, visto que o Fundo Administrativo é registrado tanto no Plano de Gestão Administrativa quanto nos Planos de Benefícios.

11.3 – FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - FUNDO DE RESERVA PARA COBERTURA DE MORTE/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Fundos para Garantia das Operações com Participantes correspondem aos fundos de reservas formados com destinação específica, relativos aos empréstimos concedidos aos participantes da Entidade, conforme versão nº 07 do Regulamento para a Concessão de Empréstimo Pessoal, em vigor desde 01 de junho de 2022.

O conceito de Fundo de Reserva para Cobertura de Morte/Aposentadoria por Invalidez consta no Capítulo VIII, Artigo nº 19 e inciso III do atual Regulamento de Empréstimos, como segue: *"corresponde ao custo de formação de um fundo de reserva para liquidar saldo devedor do mutuário que vier a falecer ou aposentar-se por invalidez, sendo constituído por percentual definido pela Fundação por meio de Resolução Executiva, incidente sobre o valor do Empréstimo, aprovado pelo Conselho Deliberativo."*

No quadro de nº 33 demonstra-se o saldo acumulado do referido Fundo, em 31 de dezembro de 2023, consolidado e por plano de benefícios.

Quadro 33 - Fundo de Reserva para Cobertura de Morte/Aposentadoria por Invalidez

R\$ Mil

Conta Contábil 2.03.02.03.01	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	4	371	156	75	606
Constituição	0	26	17	20	63
Reversão	0	-14	-22	-45	-81
Saldo em 31/12/2023	4	383	151	50	588

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 12 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade. O pronunciamento técnico do CPC nº 25, de 26 de setembro de 2009, define três tipos de graus de risco, de acordo com a probabilidade de perda dos processos, como segue:

- **Remota:** Eventos julgados pela assessoria jurídica como Decisão Desfavorável, não havendo obrigatoriedade de reconhecimento contábil e de registro em notas explicativas;

- **Possível:** Eventos julgados pela assessoria jurídica como perda Possível, não há obrigatoriedade de registro contábil, mas deverão ser citados em Notas Explicativas;

- **Provável:** Eventos julgados pela assessoria jurídica como perda Provável, sendo obrigatório o registro de provisão contábil, em Exigível Contingencial da Gestão Previdencial, e a menção em Notas Explicativas.

12.1 – PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

Os eventos julgados como probabilidade de perda possível, posicionados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, estão dispostos no quadro de nº 34, onde percebe-se a redução de dois processos no Plano Misto e de um processo no PGS, ambos relativos a empréstimos.

Quadro 34 - Resumo dos processos com probabilidade de perda grau de risco Possível

Planos	Em 31/12/2023			Em 31/12/2022		
	Quantidade	Tipo	R\$ Mil	Quantidade	Tipo	R\$ Mil
Plano Misto	2	Previdenciário	79	2	Previdenciário	79
	1	Empresários	1	3	Empresários	213
PGS	2	Previdenciário	79	2	Previdenciário	79
	1	Empresários	1	2	Empresários	3
PGA	2	Cível	1616	2	Cível	1616
	1	Administrativo	1027	1	Administrativo	1027
Total	9		2803	12		3017

Fonte: Assessoria Jurídica e Núcleo de Contabilidade

12.2 – PROBABILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

Em 2023, não houve alterações nos processos judiciais julgados como perda provável, de acordo com a assessoria jurídica externa contratada pela FAPERS.

Os valores permanecem devidamente provisionados no Exigível Contingencial da Gestão Previdencial (Conta contábil 2.02), como demonstra-se no quadro de nº 35, que compara os exercícios 2023 e 2022.

Quadro 35 - Resumo dos processos judiciais reconhecidos contabilmente como perda grau de risco provável

Planos	Em 31/12/2023			Em 31/12/2022		
	Quantidade	Tipo	R\$ Mil	Quantidade	Tipo	R\$ Mil
Plano Misto	1	Previdenciário	268	1	Previdenciário	268
PGS	1	Previdenciário	228	1	Previdenciário	228
Total	2		496	2		496

Fonte: Assessoria jurídica e Núcleo de Contabilidade

NOTA 13 – DEPÓSITOS JUDICIAIS - GESTÃO PREVIDENCIAL

O quadro de nº 36 apresenta os saldos existentes de depósitos judiciais de origem Previdencial, realizados pela Fundação, até 31 de dezembro de 2023, em comparação aos mesmos de 31 de dezembro de 2022.

Quadro 36 - Resumo Depósitos Judiciais Gestão Previdencial

Processo Gestão Previdencial	Conta Contábil 1.02.01.05.01.01	Plano Misto		PGS		Prever		Consolidado
		Quantidade	R\$ Mil	Quantidade	R\$ Mil	Quantidade	R\$ Mil	R\$ Mil
2023		2	303	1	3	-	-	306
2022		1	269	1	3	-	-	272

Fonte: Assessoria jurídica e Núcleo de Contabilidade

Em julho de 2023, no Plano Misto efetuou-se um depósito judicial de R\$ 34 Mil, totalizando de R\$ 306 Mil em 31 de dezembro de 2023. No PGS e no PREVER não houve movimentação de depósitos judiciais.



NOTA 14 – TRIBUTAÇÃO

14.1 – IRPJ E CSLL

A FAPERS dispõe de isenção tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme artigo 5º da Lei nº 11053/2004, artigo 5º da Lei nº 10426/2002, e artigos 10 e 17 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 588/2005.

14.2 – PIS E COFINS

Referente à exigência legal de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime cumulativo sobre as receitas administrativas do Plano de Gestão Administrativa – PGA (conforme determina art.69, § 1º, da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001), a Fundação ingressou, em 01 de fevereiro de 2007, com um mandado de Segurança de nº 2007.71.00.00058-8-RS, com efeito de suspender a exigibilidade do PIS e COFINS, e em 18 de maio de 2010, obteve ganho da causa, ficando a partir desta data, isenta da obrigatoriedade de recolhimento de PIS e de COFINS.

Em 14 de janeiro de 2016, a Fundação recebeu uma manifestação de inconformidade da Delegacia da Receita Federal, via processo administrativo, referente à compensação de créditos de PIS e COFINS efetuada nos anos de 2010 e 2011, decorrentes do ganho de causa de isenção da obrigatoriedade de recolhimento dos mesmos, no processo supracitado.

Desde 31 de dezembro de 2017, e sem alteração no decorrer até 31 de dezembro de 2023, de acordo com a assessoria jurídica da FAPERS, este processo administrativo é considerado com probabilidade de perda possível.

14.3 – TAFIC

A Entidade é sujeita à tributação da Taxa de Fiscalização e Controle de Previdência Complementar (TAFIC), principal receita da PREVIC, calculada de forma quadrimestral com base nos Recursos Garantidores do Planos de Benefícios, conforme artigo nº 12 da Lei 12154/2009.

NOTA 15 – PARTES RELACIONADAS

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBCT 17 (renumerada para NBC TG05 (R3), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) (IAS 24 do IASB), que trata da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade do Balanço Patrimonial e das Demonstrações dos Resultados estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As EFPCs têm como objetivos principais a instituição e a administração de planos de benefícios complementares da Previdência Social, e para tanto, realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:

- Recebimentos de contribuições previdenciárias e administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos;
- pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;
- concessão de empréstimos aos participantes e assistidos, mediante regulamentos próprios; e
- pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva, membros dos Conselhos Estatutários e membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho Deliberativo.

Além das operações recorrentes, as entidades realizam outras transações consideradas não recorrentes, tais como operações de contrações de dívidas e de locação de imóveis com patrocinadores.

Considera-se que uma entidade está relacionada com a Fundação se:

- For patrocinador ou instituidor de um dos planos administrados pela Fundação;
- fizer parte do sistema como controlada e/ou coligada, em empreendimentos controlados em conjunto, operações em conjunto e entidades estruturadas;
- exercer influência relevante sobre a Fundação ou sofrer influência significativa dos Patrocinadores; e
- for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas consideradas influentes nas decisões da Fundação.

Tendo como base o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) do CFC acima citado, na FAPERS podemos considerar como partes relacionadas:

- Pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Entidade, tomadas em conjunto ou individualmente;
- pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Fundação ou em um dos patrocinadores dos planos administrados pela Entidade; e
- pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens anteriores, cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral.

As transações recorrentes com as partes relacionadas realizadas pela FAPERS, geradas a partir de Convênios de Adesões assinados entre as partes, foram registradas nas demonstrações contábeis, tais como:

- Recebimentos de contribuições previdenciárias e administrativas, vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios, pelos patrocinadores ASCAR e FAPERS;
- recebimentos de contribuições previdenciárias e administrativas, vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios, por participantes, assistidos e autopatrocinados;
- concessões de empréstimos aos participantes nas condições impostas pelo regulamento próprio;
- concessões de benefícios de prestação única, continuada, pensões e pecúlios de acordo com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios; e
- pagamentos de remunerações aos empregados e diretores da Fundação, que podem ser participantes dos planos de benefícios, entretanto, ressalta-se nesta relação, que os mesmos obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.

As transações não recorrentes com partes relacionadas são aquelas que, embora previstas na legislação da previdência complementar, não decorrem da natureza da Entidade e dos planos de benefícios por ela administrados e atendem a eventos específicos.

Na FAPERS as transações não recorrentes com partes relacionadas realizadas referem-se às Operações Contratadas, devidamente registradas nas demonstrações contábeis e descritas na Nota 6.

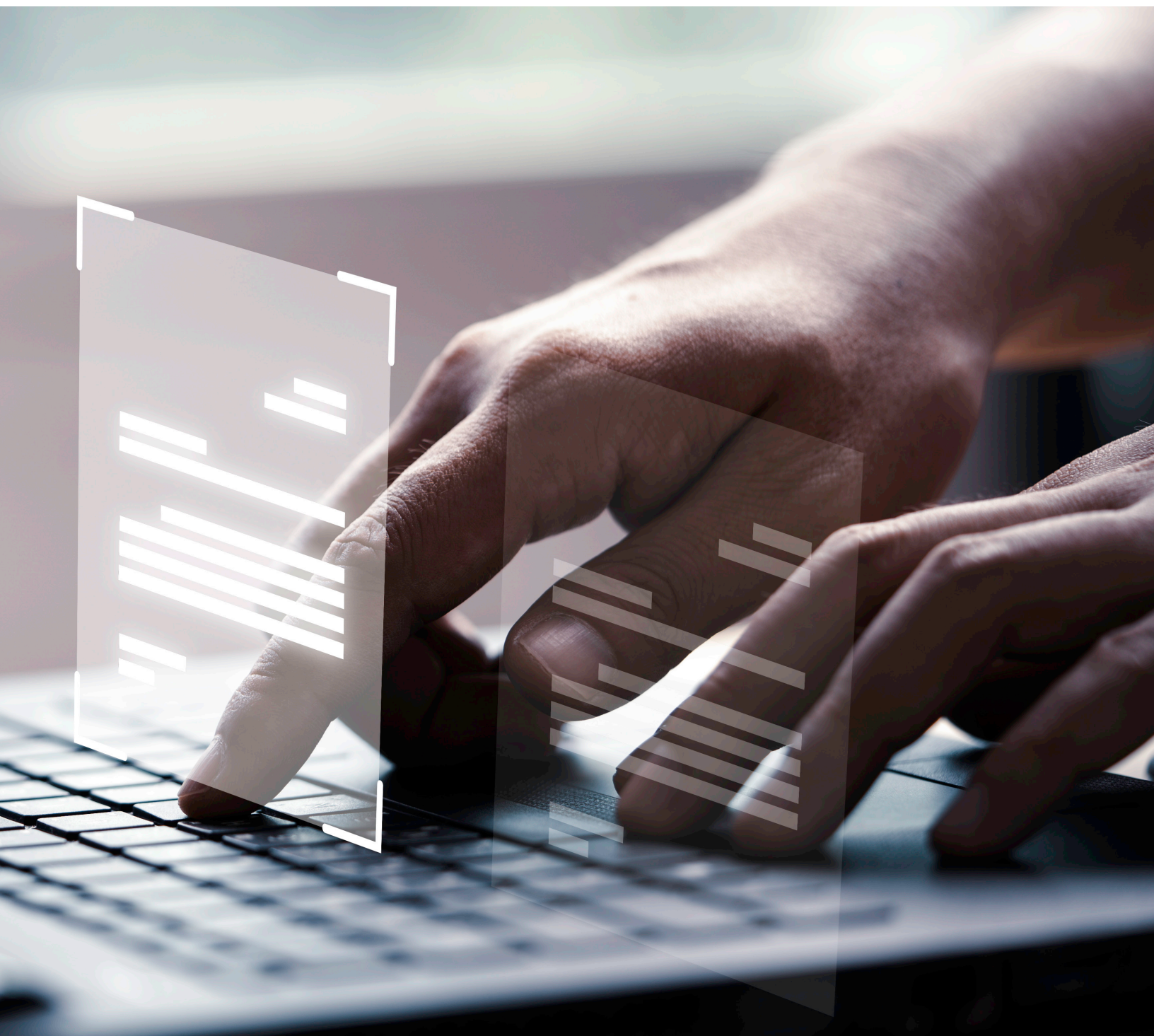
O grau de dependência da Fundação com seus patrocinadores representa o percentual apurado pela soma de ativos financeiros e recebíveis juntos aos mesmos em relação ao ativo total por plano de benefícios.

No quadro de nº 37, verifica-se o Grau de Dependência dos Patrocinadores da FAPERS em 2023.

Quadro 37 - Grau de Dependência dos Patrocinadores

Planos de Benefícios	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Consolidado
Contribuições a Receber Patrocinadores	R\$ -	R\$ 494	R\$ 39	R\$ 924	R\$ 1.457
Operações Contratadas Patrocinadores	R\$ 1.486	R\$ -	R\$ 64.132	R\$ -	R\$ 65.618
Ativo Total	R\$ 15.553	R\$ 241.330	R\$ 279.999	R\$ 184.291	R\$ 721.173
Grau de Dependência dos Patrocinadores	9,55%	0,20%	22,92%	0,50%	9,30%

Fonte: Núcleo de Contabilidade



NOTA 16 – FATOS RELEVANTES

16.1 – CNPJ POR PLANO

O Conselho Nacional de Previdência Complementar publicou em 11 de dezembro de 2018 a Resolução CNPC nº 31/2018, instituindo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ por plano de benefícios, objetivando que cada plano de benefícios administrado pela EFPC tenha total independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, tendo uma identidade própria e individualizada em todos os aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos, conforme estabelece a Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, em seu artigo 34.

O prazo para as EFPCs se adequarem à referida Resolução era de três anos, ou seja, prazo final em 31 de dezembro de 2021. Em 2021, por meio de sua Resolução nº 46, de 01 de outubro de 2021, o CNPC prorrogou o prazo para mais um ano, ou seja, para 31 de dezembro de 2022.

A Receita Federal do Brasil, com apoio da PREVIC, em 10 de outubro de 2022, informou por meio da Nota RFB/SUFIS nº 8 que os CNPJs dos planos de benefícios administrados pelas EFPCs foram criados, identificados pelo Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB. No dia 20 de outubro de 2022 foram emitidos os referidos CNPJs, informados no quadro de nº 01 da Nota 2.

Com a publicação da Resolução Previc nº 12, de 16 de agosto de 2022, foram definidas as regras para realizar os procedimentos de transferência ou qualquer outra forma de troca de ativos entre os planos administrados pela EFPC, decorrentes da implementação do registro no CNPJ dos planos de benefícios.

Por consequência das dificuldades para as EFPCs se adequarem às referidas obrigações legais o CNPC, por meio de sua Resolução nº 56/2022, prorrogou novamente o prazo máximo para até 30 de junho de 2023. A PREVIC, por sua vez, publicou em 23 de dezembro de 2022, a Resolução nº 19/2022, também referindo-se ao prazo final em 30 de junho de 2023, e através da Resolução CNPC nº 57 de 28 de junho de 2023, o referido prazo foi definitivamente prorrogado para 31/12/2023.

A FAPERS concluiu a abertura de contas de depósitos à vista, tanto para os planos de benefícios quanto para o PGA, e atendeu aos demais dispositivos que tratam a legislação pertinente sobre o CNPJ por plano de benefícios, até 21 de dezembro de 2023.

Das exigências legais referentes ao tema, a FAPERS já possuía a segregação contábil dos ativos entre os planos de benefícios e PGA por ela administrados, desde 2010.

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF: 241.911.910-04

Neiva Minussi Bidinotto
Controller - CRC/RS: 049965/0-9
CPF: 424.032.780-68

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora - CRC/RS:058855/0-6
CPF: 641.913.030-15



PARECERES ATUARIAIS

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefício I - PBD-I)

PARECER ATUARIAL 001/2024

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2023 DO PLANO DE BENEFÍCIO I – PBD-I

A avaliação do Plano de Benefício I - PBD-I foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

- 1) A situação financeira – atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2023, um superávit técnico de R\$ 1.430.619,01 equivalente a 9,95% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 14.385.234,08, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.
- 2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2023.
- 3) A População do plano é constituída de 13 aposentados, cuja idade média é de 77,92 anos com benefício médio de R\$ 6.151,58, e uma pensionista com benefício de R\$ 5.954,33.
- 4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

PLANO PBD-I	
Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	3,19%
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	97,99%
Indexador econômico	Variação do INPC

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

(*) Feminina Suavizada em 10%

Com relação à taxa de juros do Plano e tendo em vista a situação superavitária do mesmo, e obedecendo ao disposto na legislação, esta premissa foi realinhada, passando a taxa de juros de 3,10% para 3,19%, conforme Estudo Técnico de Adequação Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Deliberação nº 017/2023 referente à Ata nº 367/2023, de 12 de dezembro de 2023.

Com esse ajuste, o impacto no passivo do plano foi uma redução de R\$ 88.237,80 , equivalente a 0,61% das provisões de dezembro/2023.

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2023, foi de 7,15% contra uma meta atuarial de 6,93% o que, representa obter mais 0,22 pontos percentuais abaixo da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

5) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2023, as seguintes aberturas:

Descrição	Valor	
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$	14.385.234,08
Provisões Matemáticas	R\$	12.954.615,07
Resultado	R\$	1.430.619,01

6) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e do Superávit Técnico, atestamos que os mesmos foram calculados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

7) Com base na Portaria DIFIS/PREVIC nº 363 de 27 de abril de 2023, bem como a respectiva planilha fornecida pela PREVIC e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2023, calculamos o duration do plano em 8,50 anos.

É o parecer.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2024.

P/Método Atuarial

Felipe Teixeira Martini
Atuário MIBA 3501

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefícios II – Plano Misto)

PARECER ATUARIAL 002/2024

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2023 DO PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

A avaliação do Plano de Benefícios II – Plano Misto foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

- 1) A situação financeira e atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto da FAPERS apresentou, em 31/12/2023, um déficit técnico de 14.188.868,65 equivalente a 5,92% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 239.689.680,26.
- 2) Os dados cadastrais posicionados em 31/12/2023 foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2023.
- 3) A População do plano é assim constituída:

PLANO MISTO			
Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Participantes	541	R\$ -	52,75
Assistidos	445	R\$ 1.633,40	69,83
Pensionistas	69	R\$ 3.050,33	64,47
Total	1.055	R\$ 1.823,61	60,72

- 4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial (*)	4,95%
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	97,99%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) Só para Benefícios Concedidos

(*)De jan a nov/2023 4,83% e 4,95% a partir de dezembro/2023

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 MASC. e FEM.
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49
Tábua de entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS (**)
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

(**) com redutor de 76%

A taxa de juros do Plano, capaz de honrar os compromissos do Plano foi alterada de 4,83%, para 4,95% conforme Estudo Técnico Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo conforme Deliberação nº 017/2023 Referente à Ata nº 367/2023 de 12 de dezembro de 2023. Apesar dos resultados dos estudos elaborados pela consultoria financeira da fundação terem sido um pouco superior a essa taxa adotada, se optou pelo limite máximo permitido pela legislação.

Com esse ajuste, o impacto no passivo do plano foi uma redução de R\$ 967.898,01 equivalente a 0,38% das provisões de dezembro/2023

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2023, foi de 11,78% contra uma meta atuarial de 8,73%, o que, em termos reais, representa obter 3,05 (pontos percentuais) acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

5) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2023, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R\$ 131.054.684,08
Benefícios a Conceder	R\$ 124.879.935,24
Provisões Matemáticas a Constituir	-R\$ 2.056.070,41
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R\$ 253.878.548,91
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 239.689.680,26
Resultado	-R\$ 14.188.868,65

6) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

7) Com base na Portaria DIFIS/PREVIC nº 363 de 27 de abril de 2023, bem como a respectiva planilha fornecida pela PREVIC e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2023 calculamos o duration do plano em 8,87 anos.

8) Os custos dos benefícios de risco estão acima do valor cobrado atualmente, porém, tendo em vista o saldo existente atualmente na Conta para Cobertura dos Benefícios de Risco, no valor de R\$ 12.066.926,54, entendemos que não há necessidade de reajuste da alíquota de contribuição de 20,82% sobre o valor das contribuições normais dos patrocinadores.

9) O equacionamento de 2022 no valor de R\$ 5.153.184,06 foi suspenso, segundo o Parecer Atuarial, 23/2023 denominado "POSTERGAÇÃO DO EQUACIONAMENTO DE DEZEMBRO/2022".

10) De acordo com o demonstrativo abaixo, o Plano necessita de equacionamento. Assim, durante o ano de 2024, a entidade irá estudar a forma de equacionamento a ser implementada a partir de 2025.

LIMITE PARA EQUACIONAMENTO MISTO	dez/23
Provisões Matemáticas (PM)	126.211.180,37
Duração do passivo	8,8729
Limite: $1\% \times (\text{duration}-4) \times (\text{PM})$	4,87%
Limite	R\$ (6.150.144,61)
Déficit	R\$ (14.188.868,65)
Ajuste de precificação	5.647.182,86
Déficit Técnico ajustado	R\$ (8.541.685,79)
Necessidade de equacionamento	2.391.541,18

É o parecer.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2024.
P/Método Atuarial

Felipe Teixeira Martini
Atuário MIBA 3501

PARECER ATUARIAL (Plano Geral Saldado – PGS)

PARECER ATUARIAL 003/2023

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022 DO PLANO GERAL SALDADO – PGS

A avaliação do Plano Geral Saldado – PGS foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

- 1) A situação financeira-atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2023 um déficit técnico de R\$ 36.823.753,86, demonstrando um desequilíbrio do plano equivalente a 13,20% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 278.908.194,71.
- 2) Os dados cadastrais, posicionados em dezembro/2023, foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2023.
- 3) A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Participantes	62	R\$ 894,29	60,11
Aposentados	513	R\$ 3.786,65	70,87
Pensionistas	90	R\$ 4.584,86	70,81
Total	665	R\$ 3.625,01	69,86

- 4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	(*) 5,04 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	97,99%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*)De jan a nov/2023 4,89% e 5,04% a partir de dezembro/2023

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 MASC. E FEM.
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

A taxa de juros do Plano, capaz de honrar os compromissos do Plano foi alterada de 4,89% para 5,04%, conforme Estudo Técnico de Adequação Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Deliberação nº 017/2023 referente à Ata nº 367/2023 de 12 de dezembro de 2023.

Com esse ajuste, o impacto no passivo do plano foi uma redução de R\$ 3.359.651,56, equivalente a 1,06% das provisões de dezembro/2023.

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2023, foi de 10,94% contra uma meta atuarial de 8,79%, o que, em termos reais, representa obter mais 2,15 (pontos percentuais) abaixo da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2023, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R\$	328.991.223,95
Benefícios a Conceder	R\$	27.884.610,34
Provisões Matemáticas a Constituir	-R\$	41.143.885,72
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R\$	315.731.948,57
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$	278.908.194,71
Déficit técnico	-R\$	36.823.753,86

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do resultado, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Com base na Portaria DIFIS/PREVIC nº 363 de 27 de abril de 2023, bem como a respectiva planilha fornecida pela PREVIC e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2023, calculamos o duration do plano em 10,2190 anos.

9) O Déficit técnico de 2022 de R\$ 11.925.317,82 foi suspenso, segundo o Parecer Atuarial, 22/2023 denominado "POSTERGAÇÃO DO EQUACIONAMENTO DE DEZEMBRO/2022"

10) De acordo com o demonstrativo abaixo, o Plano necessita de um novo equacionamento, cujas formas de equacionamento deverão ser realizadas durante o ano de 2024, sendo sua implantação a partir de 2025.

LIMITE PARA EQUACIONAMENTO PGS	dez/23	
Provisões Matemáticas (PM)	R\$	315.731.948,57
Duração do passivo		10,2190
Limite: 1% x (duration-4) x (PM)		6,22%
Limite	R\$	(19.635.369,88)
Déficit	R\$	(36.823.753,86)
Ajuste de precificação	R\$	11.492.578,97
Déficit Técnico ajustado	R\$	(25.331.174,89)
Necessidade de equacionamento		5.695.805,01

É o parecer.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2024.

P/Método Atuarial

Felipe Teixeira Martini
Atuário MIBA 3501

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefícios PREVER)

PARECER ATUARIAL 004/2024

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER ATUARIAL SOBRE O PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER EM 31/12/2023

Preliminarmente cabe esclarecer que este Plano recebeu participantes do Plano de Benefícios II - Plano Misto, por meio de migrações, com seus respectivos saldos de contas. Os saldos de contas CIV do Plano Misto que migraram para este Plano, foram convertidos em CIP como forma de incentivar a Migração. Em função disso, os saldos de contas dos participantes são bem superiores ao saldo da CIV.

1 - Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos:

O Plano de Contribuição Definida da FAPERS, PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

As Provisões Matemáticas desse Plano, registradas no Demonstrativo Contábil do exercício de 2023, foram identificadas nos saldos de conta dos participantes e dos patrocinadores em 31/12/2023, e seus valores correspondem aos indicados na tabela abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano CD FAPERS, em 31/12/2023

CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	-R\$ 184.062.198,97
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA	R\$ 182.956.617,52
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS (P	R\$ 182.956.617,52
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	R\$ 21.291.735,03
2.3.1.1.01.01.00	<i>Contribuição Definida</i>	R\$ 21.291.735,03
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos assistidos	R\$ 21.291.735,03
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	R\$ 161.664.882,49
2.3.1.1.02.01.01	<i>Saldo de Contas - Parcela Patroc</i>	R\$ 39.693.605,16
2.3.1.1.02.01.02	<i>Saldo de Contas - Parcela Partici</i>	R\$ 121.971.277,33
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	R\$ 1.105.581,45
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 1.055.468,82
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	R\$ 50.112,63

A Avaliação Atuarial de 2023 foi realizada com base no Regulamento do Plano, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Portaria nº 271, de 15/06/2016, e nas informações cadastrais dos Participantes e Assistidos abrangidos pelo Plano na data-base de 31/12/2023.

2 - Frequência de participantes:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Participantes	880		47,60
Assistidos	78	R\$ 2.955,93	66,14
Pensionistas	9	R\$ 3.095,05	46,88
Total	967	R\$ 2.970,32	49,09

3 - Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos do plano avaliado. Como os benefícios do Plano PREVER são estruturados na modalidade de Contribuição Definida, as Provisões Matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições e, após a concessão do benefício, pela dedução dos valores pagos, acrescidas do retorno dos investimentos, não cabendo a utilização de hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios. Na avaliação de benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, adota-se o Método de Capitalização Individual (ou financeira), visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria.

Neste caso, o Custo Normal equivale ao valor estimado das contribuições dos participantes definidas no plano de custeio para o próximo exercício e o Passivo Atuarial será equivalente ao saldo de conta acumulado. A estabilidade do custo no caso da adoção do Método de Capitalização Individual (ou financeira) dependerá apenas das regras de cálculo das contribuições estabelecidas pelo plano avaliado.

4 – Rentabilidade do Plano

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2023, foi de 9,86%. Considerando a meta de rentabilidade que é 8,33%, pode-se dizer que o Plano teve uma rentabilidade positiva de 1,53 pontos percentuais, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

5 - Considerações Finais

O Plano PREVER apresenta em 31/12/2023 Equilíbrio Técnico nulo, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano corresponde exatamente ao valor das Provisões Matemáticas avaliadas em R\$ 182.956.617,52 conforme demonstrado no item 1 deste parecer, bem como Fundo Administrativo no valor de R\$ 1.055.581,45 e Fundo Investimentos no valor de R\$ 50.112,63.

Esta situação ocorre em planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida não é prevista a formação de superávit ou déficit técnico, pois os ganhos e perdas financeiras são repassados para os saldos de conta que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.

Este é o parecer.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2024.

P/Método Atuarial

Felipe Teixeira Martini

Atuário MIBA 3501

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

Aos Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL
NO RIO GRANDE DO SUL
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas por plano de benefício, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas e individual por plano de benefício da FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Investimento Americanas S/A

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 5.3 que descreve a aquisição de Debêntures da empresa B2W Digital em maio/2021, a qual foi incorporada posteriormente por sua controladora, Americanas S/A. Na oportunidade, foram investidos R\$ 5 milhões distribuídos nos planos PGA (6,1%), PBD-I (12,3%) e PREVER (81,6%), com remuneração de IPCA + 6,957% a.a. e pagamentos de juros semestrais.

Com a decretação da recuperação judicial pela justiça federal, os valores que constam nos balancetes foram reduzidos, valendo apenas 10,6% do valor de face. Esse valor em 31 de dezembro de 2023, conforme posição do banco custodiante perfaz um montante de R\$ 530.039,37.

Nossa opinião não contém nenhuma modificação relacionada a esse assunto.

Déficit Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, o Plano Misto, em 31 de dezembro de 2023, apresentou Déficit de R\$ 14.189 mil, e encerrou o exercício em equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 8.542 mil e o PGS se apresentou deficitário em R\$ 36.824 mil, com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 25.331 mil, assim, durante o ano de 2024, a Entidade irá estudar a forma de equacionamento a ser implementada a partir de 2025.

O Balanço de 2022 da FAPERS, ainda como reflexo da pandemia nos mercados financeiros do Brasil e mundiais, apontou a necessidade de equacionar déficit no PGS de R\$ 11.925 mil, e no Plano Misto de R\$ 5.153 mil, a partir de 2024, sendo que com base na Resolução nº 58 do CNPC de 14 de novembro de 2023, esse equacionamento pode ser postergado para 2025.

A faculdade dessa prorrogação exigiu a realização de estudos técnicos pela consultoria atuarial independente contratada, que demonstrasse os efeitos da medida nos resultados dos planos de benefícios, bem como na sua solvência e liquidez. Posteriormente o tema foi apreciado pelo Conselho Deliberativo da FAPERS em reunião extraordinária no dia 01 de dezembro de 2023, e que deliberou por unanimidade pela postergação do equacionamento de déficit relativo ao exercício de 2022.

Nossa opinião não contém nenhuma modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes com emissão do relatório em 28 de fevereiro de 2023, sem modificação.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomada sem conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Eldorado do Sul, 28 de fevereiro de 2024.

ROBERTO
CALDAS
BIANCHESSI: 3805
3805174500
0

Assinado de
forma digital por
ROBERTO CALDAS
BIANCHESSI:3805
1745000
Dados: 2024.03.11
17:08:11 -03'00'

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Roberto Caldas Bianchessi', is written over a faint digital signature line.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/F-0
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstra es das Muta es do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstra es do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstra es do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstra es das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e as Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis, todas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Com base nos exames efetuados, considerando ainda os Pareceres do Atuário, a respeito do Plano de Benefício I-PBD-I, do Plano de Benefícios II-Plano Misto, do Plano Geral Saldado-PGS e do Plano de Benefícios Prever emitidos em fevereiro de 2024, pela Método Atuarial e do Relatório circunstanciado sobre procedimentos de auditoria aplicados na auditoria das Demonstra es Contábeis, emitido pela AudiLink & Cia. Auditores, datado de 28 de fevereiro de 2024, o Conselho Fiscal opina favoravelmente   aprova o dos referidos documentos.

Porto Alegre, 25 de março de 2024.

Conselheiros Titulares

Clairto Dal Forno

Presidente

Guilherme Cezere Celi

Secretário

Gladimir Ramos de Souza

Manifestação do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e baseado nos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Externa e do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 em reunião realizada nesta data, delibera pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2023, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre, 26 de março de 2024.

Conselheiros Titulares

Cristiano Ramos Moreira
Presidente

Diego Barden dos Santos
Secretário

André Macke Franck

Mateus Stefanello

Ricardo Machado Barbosa

Marli Theresinha Bühler



FAPERS

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA
DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL